



Presidência da República – PR / Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno - SFC
Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social - DS
Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas de Previdência e Assistência Social - DSPAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL **PROCESSO:** 35000.000540/2002-48
EXERCÍCIO: 2001
OBJETIVO: AVALIAR A GESTÃO
UNIDADE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CIDADE: BRASÍLIA/DF
RELATÓRIO: 087911 **TIPO DE AUDITORIA:** AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Apresentamos o resultado dos exames realizados sobre os atos dos gestores da Unidade referenciada, ocorridos no exercício de 2001, conforme determinação contida na OS nº 087911 e consoante o estabelecido nas IN/TCU nº 12, de 24/09/1996 e IN/SFC/MF nº01, de 06/04/2001.

I – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados no período de 04/03/2002 a 28/03/2002, incluindo exames aplicados na sede do Instituto Nacional do Seguro Social e nas Gerências Executivas Estaduais do INSS, em obediência às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, com o objetivo de avaliar e emitir opinião sobre os atos de gestão dos responsáveis pela Unidade (constantes no Rol dos Responsáveis fls. 04 a 09 do Processo) no exercício objeto da auditoria. Não houve restrições aos nossos exames, realizados por seleção de itens das áreas Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Pessoas, do Suprimento de Bens e Serviços e Operacional.

II - CONTROLES DA GESTÃO

Controles Externos

Atuação do TCU/SECEX

1.1.1 INFORMAÇÃO: Quanto à atuação do TCU/SECEX a análise evidencia que o INSS age com imprecisão e falta de controle efetivo sobre as decisões/diligências do Tribunal. Com relação ao atendimento das solicitações demandadas por esta SFC a respeito das providências adotadas pelo órgão, em muitas das vezes, são apresentadas informações de forma insatisfatória e/ou incompatível, incompletas, esparsas, em cópias de documentos juntados com pouca coerência e em alguns casos, limitando-se a informar que as providências foram ou estão sendo adotadas, sem, contudo, apresentar soluções e implementações efetivas.

As diligências, recomendações e decisões do TCU, que foram objeto de diligência por parte desta SFC, são as seguintes:

a) TC 700.361/97-9 (Acórdão TCU nº 62/2000-Plenário) - Concessão Fraudulenta de CND's à Empresa ENCOL

Assunto: Quitação de débitos com a União decorrentes da concessão fraudulenta de CND's à empresa Encol S.A. Engenharia, Comércio e Indústria, por parte dos senhores Laerte Horta (ex-Superintendente Estadual do INSS no Estado de São Paulo), Áurea Delgado Leonel (Procuradora Autárquica do INSS/SP) e Carlos Alberto Ferraz e Silva (Coordenador de Arrecadação e Fiscalização do Instituto em São Paulo), nos exercícios de 1996 e 1997, em atendimento ao Acórdão/TCU n.º 062, de 12/04/2000.

O Tribunal de Contas da União com fundamento nos arts. 1º, II, 41 e 43, inciso II, da Lei nº 8.443/92, Acórdão 062/2000, decidiu:

- a) “rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Laerte Horta, Áurea Delgado Leonel e Carlos Alberto Ferraz e Silva e aplicar a cada um deles a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 220, inciso II, do Regimento Interno, no valor individual de R\$ 9.562,00 (nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (art. 165, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;
- b) determinar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que o INSS, caso não atendidas as notificações, efetue, com a observância do disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90, o desconto das dívidas nos vencimentos dos responsáveis, acrescidas dos encargos legais calculados a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento de cada parcela, ou, em caso de impossibilidade do desconto, autorizar a cobrança judicial das dívidas não recolhidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92;
- c) inabilitar, pelo prazo de 8 (oito) anos, os senhores Laerte Horta, Áurea Delgado Leonel e Carlos Alberto Ferraz e Silva, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443/92, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública;
- d) determinar à SECEX-SP que acompanhe a implementação das medidas consignadas nas alíneas a e b, supra;
- e) encaminhar cópia da documentação pertinente, inclusive dos presentes Relatório, Voto e Decisão, ao Ministério Público da União, para adoção das providências que entender convenientes;
- f) encaminhar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e ao Instituto Nacional do Seguro Social;
- g) determinar a juntada dos presentes autos às contas do INSS relativas ao exercício de 1996.”

Em resposta à solicitação de informações, feita por esta Secretaria, o INSS encaminhou o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 285, de 03/05/2001, tendo como anexo documento da Auditoria Regional II - São Paulo, de 10/04/2001, informando que de acordo com a Certidão emitida em 29/03/2001 pelo TCU, o Acórdão em referência encontra-se sob efeito suspensivo, nos termos do art. 48 c/c o art. 33 da Lei nº 8.443/92, em razão da interposição de pedido de reexame, ainda não apreciado pelo TCU.

Em 28/12/2001 foram solicitadas informações atualizadas, por meio da SA N.º 03/0883002001, sobre o pedido de reexame e situação do Acórdão.

Justificativa do Gestor: O INSS por meio de documento da Divisão de Auditoria em Administração, de 14/01/2002, informou que: a) acórdão em nome dos Senhores *Laerte Horta e Carlos Alberto Ferraz e Silva*, encontra-se sob efeito suspensivo em razão de pedido de reexame, ainda não apreciado pelo TCU, conforme Certidão expedida pela citada Corte de Contas, de 29/03/2001; b) a Senhora *Áurea Delgado Leonel*, encontra-se resguardada em seus direitos, em razão da Ação Cautelar com pedido de liminar e Mandado de Segurança nº 2001.61.00.001086-2.

b)TC-012.513/1999-7 (Decisão TCU n.º 624/2001) - Movimentação das Contribuições Arrecadadas

Assunto: Recomenda ao MPAS que estude a possibilidade de disponibilizar o acesso ao segurado da movimentação mensal das contribuições previdenciárias arrecadadas, com respeito à parcela patronal e dos empregados, mantidas no INSS, como forma de incentivar a fiscalização, pelo próprio segurado, dos pagamentos à Previdência Social.

A SA N.º 03/0883002011, de 28/12/2001, solicitou informar as medidas implementadas.

Justificativa do Gestor: em resposta, o Ofício/INSS/DCPES/N.º 123, de 01/02/2002, informou que o acompanhamento, por parte dos segurados, dos valores pagos ao INSS em seu nome, foi disponibilizado na INTERNET, página do Ministério da Previdência – www.previdenciasocial.gov.br, e que o acesso se dá através do item “serviços”, “segurados”, “contribuições” e “extrato de recolhimentos do contribuinte”, mediante uma senha. Também foi informado, que a verificação da cota patronal da empresa encontra óbice no sigilo fiscal, estabelecido no art. 198 do Código Tributário Nacional. Entende-se que a recomendação foi atendida. Contudo, cabe ressaltar que o acesso a informações pela INTERNET não atende prontamente a todos os trabalhadores, tendo em vista que a maioria dos brasileiros não fazem uso de computadores e acesso a INTERNET.

c) DECISÃO TCU n.º 1.049/2000 – Plenário – Relatório de Auditoria INSS e DATAPREV

Assunto: Refere-se à “avaliação do sistema de controle da concessão de Certidão Negativa de Débito – CND, situação contábil e financeira, parcelamento de débitos e outros aspectos legais e operacionais relevantes. Solicitação de Comissão Parlamentar. Insuficiência de recursos humanos e materiais. Ausência de segregação de funções para os servidores que habilitam, concedem e revisam os benefícios. Fragilidade dos sistemas informatizados. Transferências indevidamente efetuadas a terceiros. Falhas de caráter operacional. Determinação. Necessidade de avaliação dos custos de prestação de serviços entre o INSS e a DATAPREV. Inclusão no plano de auditoria. Juntada às contas.” (texto da Decisão).

O Ofício DSPAS/SFC/MF N.º 6.763, de 05/09/2001, solicitou informações quanto ao cumprimento das determinações constantes nos itens 8.1 e 8.2 da referenciada Decisão. Em resposta, a Coordenação de Arrecadação apresentou as providências adotadas quanto aos subitens 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.10, e a Coordenação Geral de Cobrança se reportou ao subitem 8.2.3, a saber:

“8.1.1. providencie a regularização das transferências indevidamente efetuadas a ‘Terceiros’ (SESC, SEBRAE, SENAI e outros), nos exercícios de 1994 a 1998, consignado nas próximas contas as medidas implementadas para a recuperação desses valores;”

Em resposta a Coordenação de Contabilidade do INSS informou que solicitou esclarecimentos ao TCU quanto à origem das divergências apontadas, estando aguardando o retorno destas informações para poder se posicionar melhor sobre o assunto.

“8.1.3. *normatize as rotinas de emissão de Certidões Negativas de Débito – CND que fogem à regra geral, principalmente aquelas referentes a contribuintes com restrições, de forma a minimizar a emissão de CND por meio de Autorização Especial, realizando levantamento e fiscalização sobre as emissões passadas;*”

Foi informado que a emissão de Certidões Negativas de Débito, e Positivas com efeito de Negativas, é regulada pela Ordem de Serviço INSS/DAF n.º 207, de 08/04/1999, item III. Além disso, todas as CND emitidas, especiais ou não, podem ser gerenciadas via sistema corporativo, o que permite a fiscalização e o controle destes documentos. O acompanhamento e o controle das emissões passadas são feitos pelas Gerências Executivas, pela Coordenadoria de Arrecadação e pela Auditoria Geral. Atualmente, não se podem reduzir as

autorizações especiais mormente porque as restrições aí detectadas se devem a falhas de contribuição decorrente de problemas nos sistemas de arrecadação.

“8.1.4. quanto ao Sistema de Atualização de Guias da Previdência – AGUIA, estude a possibilidade de requisitar à DATAPREV o desenvolvimento de uma rotina de emissão de relatório periódico que identifique os registros com “marcas de erro”, definindo uma equipe de controle para verificar os relatórios emitidos, tanto das guias atuais quanto daquelas já pertencentes ao banco de dados, de forma a efetuar as devidas correções,”

Foi informado que o Sistema INFORMAR já disponibiliza relatórios contendo GPS com “marcas de erro”, com dados desde 1996. Estas informações podem ser obtidas através de uma consulta personalizada ao sistema que funciona na INTRANET da previdência social (INTRAPREV).

O “acerto” das GPS com marcas de erro cabe às Gerências Executivas do INSS. Entretanto, esta atividade ainda não está sendo feita de forma contínua por falta de recursos humanos e capacitação técnica adequada nos sistemas INFORMAR e AGUIA.

“8.1.10. implemente, com a maior brevidade possível, procedimentos de confronto entre os fluxos financeiro e documental (Guia da Previdência Social – GPS) da arrecadação das contribuições previdenciárias,”

Este item foi respondido pela Divisão para Rede Bancária da Diretoria de Administração do INSS, por ocasião do pedido de informações/providências do TCU no processo n.º 018.865/1996-8, *In verbis*:

“As informações relativas às divergências detectadas quando da realização do confronto físico e financeiro são disponibilizadas pelo SCF – Sistema de Controle Financeiro – desde junho/99 (relativas a 1998 em diante), e estas são apresentadas diariamente aos agentes contratados para regularização.”

“8.2.3. adotem providências para viabilizar a migração de todos os dados referentes à dívida (administrativa e judicial), contidos no sistema antecessor (ATARE) para o Sistema de Registro e Controle de Débitos, Parcelamento e Cobrança – SICOB,”

A migração dos processos do antigo sistema ATARE para o SICOB se iniciou em abril de 1999, quando foram migrados 11.529 processos de débito no valor de R\$5.548.194.006,00 e 74112 processos de parcelamento no valor de R\$7.311.009.728,00. No período de maio de 1999 à setembro de 2001 foram migrados 2.679 processos de débito no valor de R\$848.983.014,00 e 10.859 processos de parcelamento no valor de R\$7.652.587.068,00, restando ainda a serem migrados 799 processos de débito no valor de R\$389.055.642,00 e 1.057 processos de parcelamento no valor de R\$209.214.439,00.

No que se refere ao resíduo de débitos e parcelamentos ainda não migrados informamos que a Coordenação Geral de Cobrança do INSS e a DATAPREV estão tomando medidas conjuntas de modo que a situação se normalize o mais rapidamente possível, entretanto, trata-se de processos que necessitam de análise criteriosa, visto que possuem inconsistências passíveis de saneamento de relativa complexidade, além do que muitos deles já se encontram quitados, necessitando providências quanto a confirmação do recolhimento e a respectiva apropriação/baixa nos sistemas.

A SA N.º 03/0883002011, de 28/12/2001, solicitou informar situação atual no tocante a: a) regularização das transferências indevidamente efetuadas a terceiros (SESC, SEBRAE, SENAI e outros); b) normatização das rotinas de emissão de CND para minimização de autorizações especiais; c) a regularidade e continuidade de “acerto” das GPS com marcas de erro; d) migração do resíduo de débitos e parcelamentos pendentes do sistema ATARE para o SICOB.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício/INSS/DCPRES/N.º123, de 01/02/2002, foram repassadas as seguintes informações:

- a) regularização das transferências indevidamente efetuadas a terceiros (SESC, SEBRAE, SENAI e outros);

“Continua-se aguardando resposta do TCU quanto ao detalhamento das irregularidades encontradas;”

- b) normatização das rotinas de emissão de CND para minimização de autorizações especiais;

“Que não há como, diante dos dados e dos sistemas existentes, reduzir-se de maneira drástica os casos de autorizações. Há uma diversidade de fatos e situações que por si só demonstram a necessidade de intervenção manual e a impossibilidade de emissão automática: recolhimentos errados, débitos sub-júdice, valores depositados judicialmente, ausência de dados cadastrais, parcelamentos especiais e feitos judicialmente etc.;”

- c) a regularidade e continuidade de “acertos” das GPS com marcas de erro;

“A correção das GPS com marcas de erro é feita nas Agências da Previdência Social no instante em que o contribuinte procura o órgão para regularizar os seus recolhimentos. Não há recursos humanos disponíveis nestas unidades para acertar estas guias de forma integral e preventiva. Com o surgimento da GPs eletrônica e o “batimento” entre estes pagamentos e os valores declarados em GFIP, este problema tende a diminuir significativamente.”

- d) migração do resíduo de débitos e parcelamentos pendentes do sistema ATARE para o SICOB.

“No exercício de 2001 foi desenvolvido um grande esforço na migração de débitos e parcelamentos do sistema ATARE(PRODIN) para o SISCOB, conforme tabela abaixo:

Tipo	Posição após migração	Migração em 2001	Saldo a migrar
Débitos	1471	875	596
Parcelamentos	6908	6021	887
Total	8379	6896	1483

Informando-se ainda que o processo de migração é muito trabalhoso, visto ser necessário identificar a situação pontual em cada processo, onde até o momento já foram catalogados 3.141 ajustes para possibilitar a migração.”

d)TC 004.810/98-8 (Decisão TCU n.º 108/2000 – Plenário) – Certidão de Tempo de Serviço Rural

Assunto: O Tribunal de Contas do Estado/RS solicita o exame, pela Diretoria do Seguro Social/INSS, da legalidade de certidões de tempo de serviço rural averbado para fins de aposentadoria. A Diretoria de Benefícios emitiu a Ordem de Serviço INSS/DSS/N.º 617 de 26/11/1998, disciplinando a emissão de certidões de tempo de serviço com o cômputo de tempo de atividade rural e determinou a revisão de todas as certidões expedidas em desacordo com este ato a partir de 14/10/1996, porém com relação ao objeto da presente TC o Instituto não se manifestou se havia ou não regularizado a situação.

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou do Instituto a situação atual da regularização.

Justificativa do Gestor: O gestor informou que a Ordem de Serviço INSS/DSS-617/98 foi revogada pela Instrução Normativa INSS/DC nº 20, de 18/05/2000 e que, posteriormente, a IN INSS/DC nº 20/2000 foi revogada pela Instrução Normativa INSS/DC nº 057, de 11.10.2001, cujos artigos 331 e 332 tratam/remetem ao mesmo procedimento retromencionado.

Além disso, informou que *“Tendo em vista o contido no inciso II, do art. 131 do Decreto nº 3048/999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências, e conforme disciplina o art. 115 da IN INSS/DC nº 20/2000, as certidões de tempo de contribuição, emitidas em qualquer época, com período de atividade rural, caso haja solicitação de ratificação/retificação ou qualquer outra informação, deverão ser revistas, observando o contido no art. 193, inciso II do citado decreto e na Ordem de Serviço INSS/DSS nº 590/97”*.

Comentário: A despeito da justificativa e da normatização do gestor, não foram informadas as providências quanto à revisão de todas as certidões expedidas em desacordo com a IN INSS/DC nº 057/2001, a partir de 14.10.96.

e) TC 025.238/91-4 (Decisão TCU n.º 690/98 Plenário) - Ressarcimento de Valores e Pagamentos Suspensos

Assunto: A Decisão refere-se à:

- a) processo disciplinar n.º 35000.017935/92-92 referente ao ressarcimento de valores pagos indevidamente a Regina Teixeira Santana (Processo n.º DF 22/75.936.718-3), em atenção à Decisão n.º 690/98 - TCU - Plenário; e
- b) solicitação de posição atual dos benefícios nas RJ 43/11.013.714-0, 43/10.516.794-9, 58/73.312.995-1, 58/73.311.943-3 e 069.078.969-6, cujos pagamentos haviam sido suspensos e foram, "a posteriori", restabelecidos por força de Mandado de Segurança.

Com relação à alínea “a”, a Diretoria de Benefícios do INSS, após investigação realizada pela Gerência Executiva de Cascavel/PR, em 11/08/2000, a beneficiária informou que nunca recebeu os valores correspondentes ao referido benefício. A Gerência, por vez, também não informou quem de fato vinha se apropriando mensalmente das importâncias, bem como se os pagamentos foram suspensos. Relativamente à alínea “b” a Diretoria de Benefícios encaminhou-nos os extratos correspondentes aos últimos seis meses, comprovando a regularidade dos pagamentos, embora não se manifestando quanto à legalidade ou não da manutenção desses benefícios.

Por meio da SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, foi solicitado: a) Informar, por meio da Gerência Executiva de Cascavel/PR, quem vinha se apropriando mensalmente das importâncias e se houve suspensão do pagamento; b) Manifestar-se quanto à legalidade ou não da manutenção desses benefícios.

Justificativa do Gestor: O gestor informou que:

“a) A Srª Regina Teixeira de Santana, filha de Leocadia Teixeira Santana e de Benedito Francisco de Santana, DN 17/03/58, NIT nº 1.213.828.719-1, RG nº 692.706, CPF nº 245.155.311-15, CTPS nº 0051377/549 e Título de Eleitor nº 00.070.812.510.15, recebedora da pensão estatutária 22/075.936.718-3. Paradeiro desconhecido.

Elaborada a planilha dos valores a serem devolvidos, que perfaz o montante de R\$ 295.908,35 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos), atualizado até outubro de 2001.

A Coordenação-Geral de Benefícios, vem trabalhando para localizar a devedora.

Até o momento sem sucesso.

b) *Posição atual dos benefícios 43/11013714-0, 43/10516794-9, 58/73312995-1, 58/73311943-3, 58/069078969-6 e 58/20701246-6.*

As Procuradorias das Gerências Executivas, mantenedoras dos benefícios, prestaram os seguintes esclarecimentos:

- NB 43/011013714.0 - Raul Bailly Guimarães, NB 58/073312995-1 - Ion As Weber e NB 58/073311943-3 Marcus Maravilhas. Benefícios mantidos por força da Ação Ordinária nº 910009696-2 . Processo encaminhado ao STJ em razão da interposição do recurso especial por parte do INSS;

- NB 43/01051694-9 - Bento Gonçalves Ferreira Gomes. Existe os seguintes processos na Justiça:

- Proc. 90.004.6819-1 - arquivado na 28ª Vara Federal;

- Proc. 91.0017720-2, 01.0046394-9 e 91.0019283-3 - encontram-se na TRF da 2ª Região.

OBS.: Faz-se necessário que a SFC informe o nº do processo para que a Procuradoria possa prestar informações precisas, objeto do benefício.

- NB 58/06907869-6 - George Stuart London;

Proc. nº 88.0020297-6 - encontra-se na 39ª Vara Federal aguardando despacho conclusivo do MM Juiz.

- NB 58/207012466 - Carlos Fernandes Priess.

Ação Ordinária nº 91.10319-5 - O TRF da 4ª Região decide por unanimidade, negar provimento e apelação do INSS e reconhece o direito a pretensão do autor”.

Comentário: Apesar da justificativa apresentada, as medidas adotadas pelo gestor não alcançaram os efeitos desejados. No tocante à observação (informação de número de processo) feita pela Procuradoria, informamos que os mecanismos de controle interno administrativo são afetos ao próprio gestor e não a esta SFC. A dificuldade de identificação de processos relacionados a TC cujo próprio TCU já havia comunicado anteriormente a entidade demonstra fragilidades em seus controles internos, bem como desconhecimento das situações/impropriedades relacionadas à sua área de competência.

f) TC 014.608/99-5 (Decisão TCU n.º 250/2000-Segunda Câmara) – Auditoria Interna Posto INSS Manaus

Assunto: A questão está fundamentada pelo Ofício n.º 1.370/SGC/TCU/2ª Câmara, de 17/07/2000, Decisão N.º 250/2000 da Sessão de 13/07/2000, Relatório e Voto. A Decisão determina à Presidência do INSS que: “8.2.1. empreenda gestões junto à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, para a correção das falhas nos dados cadastrais dos segurados no âmbito do Sistema Único de Benefícios – SUB, notadamente quanto à possibilidade de inserção de dados pessoais de forma incompleta ou inconsistente, resultando em perda de eficácia nas críticas do Sistema, visto que as deficiências verificadas nos dados cadastrais podem suscitar a concessão de mais de um benefício a um mesmo titular, além de tornar o SUB vulnerável a erros administrativos e fraudes. 8.2.2. adote providências fitando garantir eficácia às recomendações da Auditoria Interna da Autarquia, notadamente em relação à Gerência Executiva do INSS/AM, instaurando, se necessário, as devidas apurações disciplinares dos administradores eventualmente omissos.”

Foi solicitado através da SA N.º 087911-08, de 04/03/2002, informar providências adotadas no sentido de atender a Decisão n.º 250/2000-TCU-2ª Câmara.

Justificativa do Gestor: Em atendimento à solicitação de auditoria, foi encaminhado o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 487, de 01/04/2002, informando:

1 - Que estão sendo adotadas providências, no sentido de sanear as inconsistências detectadas no Sistema Único de Benefício - SUB.

1.1 – A empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, por meio de seu órgão de controle interno, por amostragem, realizou auditoria nas bases de dados de benefícios, utilizando os bancos de dados cadastrais BDSISBEN nos datasets DS-CONCESSAO, DS-BENEF-ANTERIOR, DS-TITULAR-BENEF, DS-CONSIGNACAO e DS-BENEFICIO. Em 29/12/00, foi elaborado relatório com comentários sobre a Auditoria de Base de Dados de Benefícios, fazendo recomendações e ao mesmo tempo informando as providências que deverão ser adotadas para solucionar as falhas apontadas.

1.2 - Que a metodologia utilizada para a realização da auditoria foram levados em consideração, os seguintes itens:

- a) identificação Única do Segurado - a mesma é realizada no Sistema de Benefícios por meio do Número de Identificação do Trabalhador - NIT ou pela utilização da combinação dos campos nome do titular, nome da mãe e data de nascimento;
- b) integridade dos dados - verificação da integridade de dados e se as informações estão precisas e completas;
- c) consistência entre campos - verificação das divergências no relacionamento dos campos;
- d) ausência de crítica – verificação da ocorrência de procedimentos de entrada de dados por mais de um sistema ou sem as mesmas validações e obrigatoriedade de dados existentes no Sistema de Concessão pelo Prisma.

2 – Que, com base nos relatórios mencionados anteriormente, foi realizada reunião no dia 29/01/2002, com a participação de representantes da Diretoria de Benefícios, Auditoria Geral do INSS e a DATAPREV, com o objetivo de elaborar proposta de trabalho enfocando o sistema e o negócio.

2.1 - Como resultado foi formado um grupo de trabalho com representantes das mencionadas áreas e a DATAPREV, que analisou o relatório de auditoria e verificou as implementações de crítica e acertos nos Sistemas de Benefícios.

3 – Que, as recomendações na Solicitação de Auditoria nº 087911-08, de 04/03/2002, já estão sendo atendidas, e que em reunião realizada no dia 25/02/2002 ficou decidido que a Auditoria da DATAPREV fará uma nova avaliação das base de dados sobre benefícios e os trabalhos com os respectivos relatórios deverão estar concluídos até o mês de maio de 2002.

4 – Que, as implementações de novas críticas e ou acertos serão realizadas no decorrer do exercício de 2002, à medida que sejam necessárias.

Adicionalmente, o gestor informou, quando da leitura de versão preliminar do relatório que *“uma vez identificadas as inconsistências de inserção de dados cadastrais, esta Instituição junto à DATAPREV está implementando a cada versão os meios de controle”*.

Comentário: O assunto continua pendente de regularização, a despeito dos trabalhos de validação da base de dados de benefícios que vem sendo realizados por esta Secretaria. O levantamento das inconsistências e avaliação dos dados de benefícios, tendo como referência setembro de 2001, tem apontado vários problemas nos registros contidos no banco de dados.

g) TC 009.752/93-5 – Prestação de Contas de 1992

Assunto: Prestação de Contas do Instituto Nacional de Seguro Social, exercício de 1992. Deverá constar no Relatório de Auditoria referente às próximas contas do INSS, conforme ofício 344/99 da 4ª SECEX, de 28/09/1999, as seguintes informações:

- a) conclusão a que chegou a Comissão de Sindicância instaurada pela DATAPREV, consoante informado no item 18 do Parecer/CISET/MPAS n.º 13/93;
- b) as providências adotadas pelo INSS e os resultados alcançados visando à regularização dos convênios, processos ns.º: 011.696/91-86, 021.108/90, 008.342/91-45, 008.725/91-12, 008.343/91-78, 014.870/91-98, 000.700/91-90, 009.808/91-75;
- c) a situação do imóvel cedido à Associação Nacional dos Procuradores das Autarquias Federais – ANPAF;
- d) compatibilização do quantitativo de cargos em comissão e de funções gratificadas, com os limites estabelecidos pela Lei n.º 8.422/92;
- e) as providências adotadas pelo INSS e os resultados porventura alcançados relativamente aos fatos constantes dos Relatórios de Auditoria de Acompanhamento ns.º 004/92, 005/92, 007/92, 008/92 e 002/92;
 - e.1) trabalhos das comissões de inquérito e sindicância instaurados em decorrência de irregularidades verificadas na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro;
 - e.2) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos indevidamente pela Direção Geral/DF;
 - e.3) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos pela Superintendência Estadual de Alagoas.
- f) o resultado dos procedimentos administrativos instaurados para apurar responsabilidades por atos que configuram fracionamento de despesa, com fuga ao processo licitatório;
- g) o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão instituída pela Portaria/INSS/SEAL/N.º 112/93.

Em 17/10/2001, foi reiterado o Ofício n.º 6.763/DSPAS/SFC/MF, pelo Ofício n.º 8063/DSPAS/SFC/MF, solicitando informações/esclarecimentos atuais sobre as providências adotadas pelo Instituto, com vistas ao atendimento das recomendações/determinações do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 0700246/2001. Em resposta, foi encaminhado a esta SFC o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 1258, de 06/12/2001, tendo em anexo o Memorando INSS/AUDGER N.º 00803, de 30/10/2001, encaminhado ao Diretor-Presidente do INSS, informando que foi baixada recomendação através do Memorando/INSS/AUDGER n.º 443/2001 à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, sobre o assunto em questão (TC 009.752/1992) e que ainda não houve manifestação até a data de 06/12/2001.

A SA N.º 087911-08, de 04/03/2002, solicitou informar as medidas adotadas, em atendimento ao item 2 do ofício n.º 345/99, 4ª SECEX, de 28/09/1999, e situação atual dos itens acima listados.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/DCGAB N.º 487, de 01/04/2002, encaminhando documento da Divisão de Auditoria em Administração, de 11/03/2002, foi informado que:

“Item B) - a Coordenação de Contabilidade através de Ofício n.º 225/2000 de 01/05/2000 notificou a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) a recolher o valor de R\$ 113.225,25 (Cento e treze mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), referente a juros e correção monetária requerido pela Instituição, sob alegação de que os recursos liberados, em 21.12.90, para realização do convênio estabelecido no processo n.º 021.108/90 (convênio não realizado) só retornou aos cofres da Instituição após a devida prestação de contas efetuada em 31.01.92 (anexo fl. 01).

Em 04/08/2000 a ENAP através de seu parecer nº001/2000 informa que efetuou o depósito na importância recebida, referente a totalidade do convênio, justificando a medida com o fato de que os respectivos recursos apenas foram liberados no final do exercício de 1991, quando não havia possibilidade de executar as atividades previstas. Conclui a mesma que a cobrança efetuada pelo INSS é totalmente indevida, diante da IN/STN 03/90 item 23 e 23.1.

Não há informações sobre os outros convênios: processos nº 011.696/91, 008.342/91-15;008.725/91-12; 008.343/91-78; 014.870/91-98; 000.700/91-90 e 009.808/91-75.

Item C) - foram solicitadas informações a Coordenação-Geral de Logística em 31.01.2001, através do Memorando nº 048/01, reiterado em 21.06.2001 pelo Mem. nº 443/01, sem resposta até a presente data.

Item D) - Coordenação-Geral de Recursos Humanos informou em seu despacho de 27/01/99, que a compatibilização do quantitativo de cargos em comissão e de funções gratificadas foi efetuado com o advento do Decreto nº 1379 de 13/01/95. E que os itens "a", "e", "f" e "g" referem-se a trabalhos realizados pela Corregedoria."

Comentário: Continuam pendentes de informações atualizadas: os itens "a", "b" - processos nº 011.696/91, 008.342/91-15;008.725/91-12; 008.343/91-78; 014.870/91-98; 000.700/91-90 e 009.808/91-75, "c", "e", "f" e "g" do ofício 344/99 da 4ª SECEX, de 28/09/1999.

h) TC 014.077/2000-8 (Decisão TCU n.º160/2002 - Segunda Câmara) - UNESCO / CTIS (OFÍCIO 4ª SECEX N.º 219, de julho/2001 - com cópia dos Ofícios 208 a 211)

Assunto: Notificação de audiência com dirigentes do INSS para apresentação de informações/documentos quanto:

- a) à implementação das recomendações da SFC, contidas na Nota Técnica DSPAS n.º 20/2000, de 08/08/00;
- b) às atribuições das categorias de Recepcionistas Atendentes Níveis I e III, Analista de Processos e Auxiliar Técnico, contratadas em razão do acordo assinado com a UNESCO, em 16/11/98, para prestação de serviços de terceirização de mão-de-obra, por intermédio da subcontratação da empresa CTIS, encaminhando, para tanto, cópia do instrumento pactuado por meio do qual tais atribuições foram estabelecidas, e demais documentos que subsidiaram a contratação dessas atividades, incluindo o contrato celebrado entre a UNESCO e a CTIS.

Por meio do expediente AUDITORIA-GERAL/CORREGEDORIA – 01.100.4, de 31/07/2001, o INSS informou que respondeu ao item "a" do Ofício/4ª SECEX/ n.º 211, de jul/01, e que foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar quem deu causa à dispensa de licitação. Quanto ao item "b", o Instituto informou que encaminhou cópia de inteiro teor dos autos que tratam do contrato entre INSS e UNESCO ao TCU/4ª SECEX.

Em 28/12/2001, foi solicitado, por meio da SA N.º 03/0883002011, de 28/12/2001, ao INSS informar o resultado do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar quem deu causa à dispensa de licitação e o resultado da apreciação da 4ª SECEX do teor dos autos encaminhados.

O assunto foi tratado pela NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 20/2000 - Processo Administrativo n.º35000.007025/98-23, Cooperação Técnica INSS e UNESCO, diligência da SFC, item "g".

Justificativa do Gestor: Segundo informações recebidas do Gestor as seguintes providências foram tomadas:

O Ofício/CJ/N.º 48/2002, de 25/02/2002, com cópia do Parecer/CJ/N.º 2656/2002, de 20/02/2002, sugerindo a conversão da exoneração para a de destituição de cargo em comissão ao acusado RAUL CHRISTIANO DE SANDON PORTELLA, ex-Diretor de Administração Patrimonial do INSS, por ter violado a proibição presente no artigo 116, inciso I, II e III, da Lei 8.112/90, de 11/12/1990.

Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, foi encaminhado documento da Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, de 05/04/2002, informando:

- a) *que com referência a abertura de processo licitatório, item b da NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 20/2000, com vistas a selecionar empresa especializada na contratação das categorias funcionais necessárias ao projeto, prevista no Decreto n.º 2.271/97, foi formalizado o processo 35000.000431/2002-21, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, para a execução indireta de atividade de recepção, atendimento e supervisão de atendimento, junto as APS do INSS. A modalidade adotada para a contratação foi a concorrência pública, e procedimento encontra-se em fase de distribuição do edital. Abertura do edital está marcada para o dia 11/04/2002, às 9:00 horas.*
- b) *a elaboração de estudo para identificar as reais necessidades de recursos humanos a serem empregados no Programa de Melhoria e quantitativo ideal, foi elaborado um Projeto Básico pela Diretoria de Recursos humanos onde há as justificativas para o quantitativo a ser contratado e perfil o dos profissionais.*

Em face da conclusão do Processo Administrativo esta Secretaria recomendou, por meio do Ofício n.º 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, e que fosse informado as providências até 08/03/2002.

Em 11/04/2002, por meio do item 8.1 da Decisão/TCU nº 160/2002 – Segunda Câmara – o TCU determinou ao INSS o seguinte:

8.1.1 – *Cumprir as determinações exaradas no Ofício nº 3.419/DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2000;*

8.1.2 – *Em futuras contratações de mão-de-obra terceirizada, objetivando garantir a economicidade dos contratos dessa espécie, efetuar previamente estudos com vistas a quantificar as reais necessidades dos recursos humanos demandados.*

Comentário: O assunto continua pendente quanto ao contido no Ofício n.º 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, que determina a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, devendo ser implementada a determinação do TCU, constante da Decisão nº 160/2002 – 2ª Câmara, que teve também como base a Nota Técnica/DSPAS/SFC/MF Nº 20/2000.

i) TC-005.512/2001-0 Sigiloso- INSS-SP/MIRAMAR (Ofício/4ª SECEX/N.º 366, de 18/10/01 (Ofícios 356 a 365/2001-4ªSECEX-tratam de audiências) Processo Disciplinar 35366.000011/2000-81- Relatório de Auditoria n.º 053596A/2000

Assunto: Contrato de permuta de terrenos realizado entre o INSS-SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. Foi instaurado Processo de Sindicância n.º 35366.000011/00-81 para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 053596A, de 30/06/2000. O assunto está sendo apreciado pela Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados.

O Ofício n.º 6.700/DSPAS/SFC/MF, de 05/09/2001, reiterou ao INSS as solicitações formuladas no Relatório de Auditoria n.º 053596A/2000 e informações atualizadas do Processo

Disciplinar n.º 35366.000011/00-81. Em resposta, o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 905, de 20/09/2001, esclareceu que o Processo Disciplinar encontrava-se na fase de defesa com término previsto para o dia 25/09/2001.

Em 18/10/2001 foi encaminhado Ofício 366/2001 da 4ª SECEX/TCU a esta Secretaria anexado com cópias dos Ofícios n.º 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, e 365/2001-SECEX-4, dirigidos, respectivamente, aos Srs. Osvaldo de Oliveira Nunes, Crésio de Matos Rolim, Ildete dos Santos Pinto, Maria Oterlina Carvalho, Maria Helena Jacinta Carvalho, José Weber de Holanda, Laerte Hora, José Antônio Furlan, Luís Eduardo dos Santos e Dagoberto Battaglin Bejo comunicando Audiência aos acima citados.

Nova diligência foi realizada, por meio da SA N.º 03/0083002001, de 28/12/2001, solicitando informar situação atual.

Justificativa do Gestor: Em resposta, o Ofício/INSS/AUDGER n.º 00001, de 08/01/2002, informou que o Processo Disciplinar n.º 35366.000011/00-81 encontrava-se na Consultoria Jurídica do MPAS para julgamento. O Ofício n.º 623/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, solicitou esclarecimentos à Consultoria Jurídica sobre o processo Disciplinar 35366.000011/00-81, como resposta foi recebido o Ofício/CJ/N.º 48/2002, de 25/02/2002, encaminhando cópia do Parecer 2656/02, de 30/02/2002, sugerindo a absolvição do servidor JOSÉ WEBER DE HOLANDA ALVES, Procurador Federal, e aplicação das penas de suspensão: por 80 dias ao servidor JOSÉ ANTÔNIO FURLAN, Procurador Federal, face a violação aos incisos I e III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; por 60 dias ao servidor FAUSTO HESCHELLES, Arquiteto, por violação dos incisos I e III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; por 15 dias ao servidor LAERTE HORTA, Auditor Fiscal, por dupla violação ao inciso III do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90; e por 30 dias à servidora MARIA HELENA JACINTO DE CARVALHO, Procuradora Federal, por violações ao dever inserto no artigo 116, inciso III da Lei n.º 8.112/9.

O Ofício INSS/DCPRES/N.º 477, de 28/03/2002, tendo como anexo o documento 01-300.12 – Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, de 13/03/2002, informou que com referência ao contrato INSS e a empresa Miramar a situação é a seguinte:

Medidas tomadas pelo INSS:

- a) já estão sendo tomadas medidas de forma a regularizar e concluir o contrato entre o INSS e a empresa Miramar.
- b) as 7 (sete) construções compromissadas pela empresa Miramar em fazer já foram executadas 6 (seis), faltando 1 (uma) - a construção da APS em Mauá/SP.
- c) em face do pronunciamento da Procuradoria Geral de que o contrato está em vigor e que se *"diligencie para a eficaz e plena conclusão da obra contratada"* deverá o INSS estabelecer condições para conclusão da obra de construção da APS em Mauá/SP.

Medidas que estão sendo implementadas, cuja execução está a cargo do INSS/SP:

- a) deverá ser levantado se há alguma das pendências citadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República no Ofício N.º2887/D5PAS/SFC/MF, para se houver corrigi-las;
- b) deverá ser feito encontro de contas para verificar se há pendências de pagamentos a favor do INSS ou da empresa para efetivar o respectivo Terno Aditivo;
- c) há que se estabelecer os valores reais da torna a ser paga pela empresa Miramar ao INSS;
- d) deverão ser observados quais serviços foram executados nas referidas construções feitas pela empresa Miramar face às adequações ao Programa de

Melhoria do Atendimento na Previdência Social em virtude da determinação do Sr. Diretor de Administração do INSS em 01/12/1999, constante as fls. 872 do processo nº 35366.003272/94-51 (volumes de I a III) e apensos, e o que representou em valores dentro desta permuta INSS-Miramar. Deverão ser levantados os serviços extras que por acaso houver, assim como quaisquer diminuições de serviços previstos inicialmente;

- e) deverá ser verificada a forma de passar as respectivas escrituras pertinentes a permuta em tela, registrando-as nos respectivos Cartórios.

Em face da conclusão do Processo Disciplinar foi recomendado, por meio do Ofício n.º 972/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 27/02/2002, a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, e que fosse informado as providências até 12/03/2002.

Comentário: o assunto continua pendente quanto ao contido no Ofício n.º 972/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, que determina a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS.

j) TC 013.838/2000-9 – Concorrência Pública / PMA

Assunto: O Ofício SECEX/PR n.º 01.203/01, de 03/09/01, encaminha OF/SECEX/PR n.º 01.199/2001, de 03/09/2001, a esta DSPAS, para conhecimento - referência às irregularidades na execução da Concorrência Pública n.º 05/99, que teve por objeto a aquisição de mobiliário e divisórias especiais destinadas à implantação das agências do PMA no Paraná e Mato Grosso do Sul. A matéria não foi objeto de manifestação definitiva por parte do Tribunal, encontrando-se em fase de audiência dos responsáveis.

Por meio do OF/DSPAS/N.º 8.367, de 29/10/01, esta SFC solicitou ao INSS cópia das informações encaminhadas ao TCU em atendimento à diligência em pauta, a qual foi dirigida ao ex-Diretor de Administração daquele Instituto. Em resposta, o Chefe do Gabinete do Diretor-Presidente do INSS informou que o Ofício n.º 01-199/2001 foi remetido ao interessado em seu endereço residencial, não tendo aquela Diretoria tomado conhecimento das informações prestadas à SECEX/PR pelo ex-Diretor de Administração. (OFÍCIO/INSS/DCGAB/N.º 1.140, de 13/11/2001).

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informações.

Justificativa do Gestor: A Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, e resposta à SA, informou que foram atendidas as Recomendações n.º 01 e 02 solicitadas pela Procuradoria da República no Estado do Paraná(MPF) por intermédio dos Ofícios n.º 1114/INSS/DIRAM e n.º 001/2000/INSS/DDIRAM/CGL e Ofício n.º 1205/2000/DIRAM. Esclareceu, ainda, que o processo n.º 35000.006650/99-93, objeto da Concorrência n.º 005/00, foi encerrado e encaminhado à Auditoria-Geral para conhecimento das medidas adotadas e acompanhamento conforme determinação do MPF.

k) TC 025.590/92-8 (Decisão TCU n.º 325/1993 – Plenário) - Contrato FERCI

Assunto: Refere-se à falta de ressarcimento dos prejuízos apurados quando da execução do Contrato n.º 21/90, celebrado entre a empresa FERCI - Propaganda Comércio e Indústria S.A e o INSS (Decisão n.º 704/98 - TCU - Plenário). Ressalte-se que foi procedido registro na conta "Pagamentos Indevidos", no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, no exercício de 1998, sendo a empresa responsabilizada pelo valor de R\$314.696,36, à época.

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informar outras providências e situação atual.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, encaminhado Despacho PROGER/CGCONS/DLCP N.º 184/2002, em que foi informado, que o processo teria sido encaminhado à Procuradoria, para inscrição em Dívida Ativa, de valores apurados como prejuízos causados pela empresa na execução do Contrato. Porém em diligência a PPS/DF, obteve a informação de: *“Que das diligências ali procedidas, até então, sequer foi constatado registro de entrada deste processo; mas que continuariam procurando.” e diante das informações da PPS/DF, estão promovendo diligência junto aos setores da Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, buscando o real paradeiro do processo.*

Comentário: Apesar da SA ter sido respondida, há que se registrar, que a Autarquia demonstrou falta de controle interno, além de indiferença no trato da questão quando da formulação das respostas de documentos desta SFC.

I)TC 011.244/99-2(Decisão 154/2001 - Segunda Câmara) – INSS e FUB (4ª SECEX) / Ofícios/ 4ª SECEX/n.º 230 e 231/2001, de 01/08/2001. (Ofícios n.º 226, 227 e 229/2001 – 4ª SECEX)

Assunto: Diligência que trata de representação contra o INSS, de acordo com matéria publicada em jornal local e Decisão n.º 154/2001 – 2ª Câmara com as seguintes determinações e solicitação de adoção de providências, a seguir citadas:

“8.2” determinar ao INSS que:

“8.2.1” nos eventuais contratos e respectivos termos aditivos oriundos de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, abstenha-se de incluir no objeto cláusula que fuja ao escopo definido no referido inciso da Lei de Licitações, em especial a terceirização de serviços de recepção e atendimento ao público nas agências do Instituto;

“8.2.2” adote providências para garantir que, no prazo de 90 dias contados da ciência desta deliberação, a contratação de serviços executados nos postos de atendimento do INSS, mediante mão-de-obra terceirizada, inclusive os abrangidos no Contrato n.º 24/98, celebrado com a FUB, esteja de acordo com os ditames da Lei n.º 8.666/93;

“8.3” determinar à SFC que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 8.2 desta decisão, informando a este Tribunal, no prazo de 120 dias, contados da ciência, sobre as providências adotadas.

Justificativa do Gestor: O Ofício INSS/N.º 891, de 14/09/01, informou que foram tomadas as seguintes providências:

- “a. com relação ao subitem 8.2.1 – foi dado conhecimento às áreas competentes, para a devida observância; e
- b. com relação ao subitem 8.2.2 – foi rescindido o Contrato n.º 24/98, firmado entre este Instituto e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, conforme a cópia do Termo de Rescisão”

Comentário: Contudo, foi celebrado o Contrato Emergencial n.º 88/2001, entre o INSS e a CTIS, em substituição ao Contrato n.º 24/1998. Dada a referida providência por parte do INSS, esta Secretaria Federal de Controle Interno emitiu a NOTA/ DSPAS/SFC/MF N.º 229, de 27/11/2001, assunto tratado em diligência da SFC, item “m”.

Em 11/04/2002, por meio do item 8.1 da Decisão/TCU nº 160/2002 – Segunda Câmara – o TCU determinou ao INSS o seguinte:

8.1.1 – Cumprir as determinações exaradas no Ofício nº 3.419/DSPAS/SFC/MF, de 14/08/2000;

8.1.2 – Em futuras contratações de mão-de-obra terceirizada, objetivando garantir a economicidade dos contratos dessa espécie, efetuar previamente estudos com vistas a quantificar as reais necessidades dos recursos humanos demandados.

m) TC 012.332/99 (Decisão TCU/N.º 88/2002-Plenário) - Representação formulada pela XEROX Comércio e Indústria Ltda.

Assunto: O TCU, por meio da Decisão n.º 88/2002, de 20/02/2002, a partir de uma Representação, feita pela Xerox Comércio e Indústria Ltda., acerca de irregularidades na aplicação da alíquota do ICMS em licitações públicas, determinou à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças dessa Autarquia que confira, nas notas fiscais, o correto lançamento tributário, incluindo-se neste procedimento, a verificação da adequabilidade da alíquota de ICMS adotada, notificando o fornecedor na hipótese de incorreção, para que este promova a retificação e, caso isso não ocorra, comunicar o fato ao órgão de fiscalização tributária competente, conforme preceitua o inciso VI do artigo 116 da Lei n.º 8.112/90.

Foi solicitado através da SA N.º 087911-10 informar se os procedimentos em questão já estão incorporados na rotina de contratações do órgão e se a Auditoria Interna também já incorporou tais procedimentos em seus Programas de Auditoria.

Justificativa do Gestor: após a análise da versão preliminar desse Relatório, o gestor teceu o seguinte comentário: "... a Auditoria-Geral não foi informada sobre o assunto, até a presente data, vindo a tomar conhecimento por essa versão preliminar do supracitado relatório" (Memorando INSS/AUDGER nº 00138 de 17/05/2002).

n) TC 011.021/97-7 (Decisão TCU/N.º 743/99-Plenário) – Ações Judiciais

Assunto: Foi determinado ao INSS que apurasse as responsabilidades e promovesse o ressarcimento de eventuais danos decorrentes da atuação irregular de seus representantes nas Ações Judiciais n.º 1955/89 - 39ª JCJ/RJ, 89.00078879 - 23ª Vara Federal/RJ, 0007717237 - 24ª Vara Federal/RJ, 754/89 - 23ª JCJ/RJ, 516/89 - 39ª JCJ/RJ, 0093.07656 - 24ª Vara Federal/RJ, 1340/89 - 26ª JCJ/RJ, 0007739907 - 28ª Vara Federal/RJ, 87.00041610 - 23ª Vara Federal/RJ, 1154/89 - 38ª JCJ/RJ e 89.25865 - 28ª Vara Federal/RJ.

O assunto foi objeto de sindicância determinada pela Portaria/INSS/PG n.º 37, de 30/07/98, e submetido à apreciação da Corregedoria-Geral que concluiu pelo insatisfatório desempenho da projeção correicionada na pessoa dos ex-Procuradores Estaduais Dra. Yolanda de Oliveira Queiroz (aposentada) e Dr. Sérgio Jardim de Bulhões Sayão (falecido), e pelo arquivamento dos autos sem ressarcimento aos cofres públicos pelas partes arroladas.

Quanto às Ações Ordinárias de n.º 0007717237, 0007739907, 1955/89, 754/89 e 1340/89, até 31/05/2000 não haviam sido liquidadas, tendo em vista a alegação, por parte do INSS, de erro material nos cálculos.

Foi solicitado, pela SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, a situação atual/final das Ações Ordinárias n.º 0007717237, 0007739907, 1955/89, 754/89 e 1340/89.

Justificativa do Gestor: foram encaminhadas as seguintes respostas, **por meio de cópias de documentos:**

- a) **Ação Ordinária n.º 000771723-7** – Informado o TRF da existência de erro material e da pendência de julgamento do agravo de instrumento, foi determinada a suspensão do precatório, situação esta que permanece até hoje, não tendo havido depósito da quantia requisitada.
- b) **Ação Ordinária n.º 000773990-7** – Até o momento não houve pagamento do precatório.
- c) **Reclamação Trabalhista n.º 1955/89** – A reclamação trabalhista prossegue com pedido de pagamento de diferenças de correção monetária e juros de mora dos

valores pagos por intermédio do precatório, sendo que a Autarquia continua insistindo na exclusão das parcelas relativas ao período de 12/90 a 08/91.

d) **Reclamação Trabalhista n.º 754/89** – Não houve nenhum pagamento judicial, nem expedição de precatório.

e) **Reclamação Trabalhista n.º 1340/89** – Não foi realizado nenhum pagamento judicial até o momento.

o) TC 004.071/99-9(Decisão TCU/N.º 240/2000 Plenário) – Reclamação Trabalhista 358/99

Assunto: Cálculos a serem fornecidos à Justiça do Trabalho, referentes à Reclamação Trabalhista n.º 358/89, em atendimento à Decisão/TCU n.º 240/2000, visando liquidação de precatório. O INSS elaborou os cálculos objetivando a liquidação da referida Reclamação Trabalhista, em que são reclamantes José Escondino da Silva e Outros, tendo constatado pagamento aos reclamantes em valores superiores aos de direito, o que será objeto de apreciação pelo Juiz Trabalhista da 1ª Vara de Itaperuna/RJ.

Foram solicitadas informações atuais do processo, através da SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001.

Justificativa do Gestor: Recebemos cópias de papéis datadas do período de 2000, em especial o Ofício/INSS/DCPRES/N.º 582, de 14/06/2000, encaminhado à 4ª SECEX/TCU, informando que o Tribunal Regional do Trabalho deu parcial provimento “ ao reexame necessário para admitir a compensação das parcelas comprovadamente pagas aos empregados”, e, que foi requerido ao juízo prazo suficiente para apresentação dos cálculos corretos. Não foi informado situação atual da apresentação dos cálculos e da compensação das parcelas pagas.

p) TC 007.331/1997-5 (Decisão TCU/N.º 40/2000 Plenário) - Processo Trabalhista n.º 303/90 e Precatório n.º 596/96 – TRT RJ

Assunto: Trata-se de Representação de autoria do Ministério Público do Trabalho da 1ª Região noticiando omissiva a representação judicial do INSS no Rio de Janeiro, na defesa dos interesses da Autarquia no Processo Trabalhista n.º 303/90 – 2ª JCJ Petrópolis/RJ que culminou no Precatório n.º 596/96 – TRT/ RJ.

A Coordenação-Geral de Contencioso Judicial, em expediente datado de 08/03/2000, informou que a Procuradoria da Previdência Social em Petrópolis/RJ não havia pago o aludido Precatório e que, em 18/02/2000, foi protocolada petição junto à 2ª JCJ - Petrópolis/RJ requerendo: rejeição da conta oferecida pelos Reclamantes; anulação do Precatório; e limitação dos cálculos de liquidação a dezembro de 1990, época da edição da Lei 8.112/90 ou a agosto de 1992, mês de edição da lei 8.460/92, quando ocorreu a incorporação definitiva do adiantamento do PCCS aos vencimentos.

Em, 28/12/2001, foi encaminhado ao INSS a SA N.º 03/0883002001/SFC/MF, solicitando informações sobre as apurações contidas na Decisão 40/2000 – TCU.

Justificativa do Gestor: Em resposta, o INSS encaminhou cópia do Relatório Final da Sindicância instaurada, pela PT/INSS/AUDITORIA REGIONAL III/N.º 137, de 04/04/2000, instituída para apuração de responsabilidade no Processo Trabalhista 303/90 2ª CJC Petrópolis/RJ, bem como o Precatório decorrente da ação. Ao final opinou-se pelo **arquivamento** da Sindicância, com base no artigo 145, I, da Lei n.º 8.112/90, através do DESPACHO/DCPES/CS/N.º 243/2001, de 17/12/2001. O Procurador Geral deu ciência e o acordo em conjunto com a Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, que opinou pelo arquivamento. Até a data de 07/11/2001, conforme cópia de Despacho da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, a informação era de que o Precatório 596/96 ainda não havia sido pago, estando sobrestado.

q)TC 002.841/99-1 (Decisão TCU n.º 30/2000 - Segunda Câmara) – Pagamento de 84,23% à Servidora do INSS

Assunto: Em atendimento à Decisão n.º 30/2000-TCU/2ª Câmara, foram solicitadas informações ao INSS, por meio do Ofício n.º 1.707/DSPAS/SFC/MF, de 14/03/2001, quanto às medidas adotadas, visando a suspensão do pagamento indevido do percentual de 84,32% à servidora Maria Cecília Moreira. A suspensão ocorreu a partir de março/2001.

Ressalte-se que o percentual de 84,32% está sendo pago a mais 1.109 servidores, lotados em diversas Unidades do INSS no Brasil, que foram beneficiados por meio de sentenças judiciais. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão expediu o Ofício-Circular n.º 10, de 11/05/2000, relativo à Portaria n.º 93, de 10/05/2000, solicitando aos Dirigentes de Recursos Humanos todos os dossiês de ações judiciais relativas a pagamentos de "Planos Econômicos", com a finalidade de analisar tecnicamente as aludidas ações.

Por meio do OF/DSPAS/N.º 6.763, de 05/09/01, esta Secretaria Federal de Controle Interno diligenciou o INSS com vistas a que fossem prestadas informações quanto à última posição das diligências supracitadas, entretanto, no expediente enviado pelo INSS em resposta à presente solicitação, deixou-se de abordar os assuntos relativos às diligências elencadas.

Foi solicitado ao INSS, SA N.º 087911-08, de 04/03/2002, informar se o item 8.1 da Decisão/TCU n.º 30/2000 – Segunda Câmara (com fundamento no disposto no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal. E art. 45 da Lei n.º 8.443/92, assinar prazo de quinze dias para que o Sr. Diretor-Presidente do INSS suspenda o pagamento das parcelas correspondentes à antecipação do IPC de março de 1990, equivalente ao percentual de 84,32%,...) está sendo cumprindo.

Justificativa do Gestor: Em resposta à solicitação de auditoria foi informado que as decisões judiciais que tratam de Planos Econômicos, estão sendo revistas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme disposto na Portaria n.º 093, de 10/05/2000. Aquele Ministério, muitas vezes, tem opinado pela inclusão no sistema de Cadastro de Ações Judiciais – SICAJ. No tocante ao Ofício n.º 1.707/DSPAS/SFC/MF, de 14/03/2001, que solicitava informar as medidas adotadas, especialmente quanto à suspensão do pagamento indevido do percentual, foi informado que a suspensão ocorreu a partir de março de 2001.

r) TC 001.157/98-1(Decisão TCU n.º 26/2002 – Plenário) – Adiantamento Pecuniário - PCCS

Assunto: Ressarcimento de "Adiantamento Pecuniário - PCCS" recebido em duplicidade por ativos, inativos e pensionistas, sustado desde a vigência da Lei n.º 8.460/92. A Coordenação-Geral do Contencioso Judicial concluiu pela desincorporação do Adiantamento Pecuniário, considerando que a Lei n.º 8.460/92 promoveu efetivamente a incorporação da aludida verba ao vencimento dos servidores, observados os seus artigos 4º e 9º e que qualquer pagamento a esse título, a partir de setembro/92, representa duplo pagamento. Informou ainda aquela Coordenação, que "estão orientando o encaminhamento dos processos sobre o assunto, após análise preliminar, às linhas de Recursos Humanos dos Estados para as medidas administrativas de desincorporação."

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informar o andamento das medidas administrativas de desincorporação.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

Comentário: O assunto em exame é parte integrante do processo TC 016.101/2000-4 (Decisão TCU/N.º 027/2002 2ª Câmara), item "y", assunto atuação do TCU/SECEX.

s)TC 020.284/94-2 (Decisão TCU/N.º 69/1999 - Primeira Câmara) – URP à GE INSS/SC

Assunto: Pagamento indevido das parcelas correspondentes à URP de 26,05%, de fevereiro de 1989, a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Gerência Executiva do INSS/Santa Catarina (Decisão n.º 069/99 - TCU/1ª Câmara).

O TCU/2ª Câmara determinou a suspensão do ato, entretanto, a Procuradoria Estadual em Santa Catarina, visando salvaguardar a Administração do Instituto de eventual reversão ou anulação do ato administrativo de suspensão do pagamento de acréscimos remuneratórios, entrou com Pedido de Reexame da Decisão n.º 069/99, resguardando o princípio constitucional da igualdade e a uniformidade de procedimentos na Administração Pública. Tal conclusão decorre do fato de que muitos dos contemplados com o referido acréscimo continuam a percebê-lo, porém foram removidos para outras Unidades da Federação e já não se encontram mais sob jurisdição da Gerência Executiva de Santa Catarina, bem como existem servidores contemplados por via judicial em outros Estados, em processos que lá tramitaram, percebendo atualmente a vantagem em pauta, porém lotados na Gerência Executiva do INSS em Santa Catarina.

Foi solicitado ao INSS, por meio da SA N.º 087911-08, de 04/03/2002, informar se o item 8.3.1 da Decisão/TCU 69/1999 – Primeira Câmara *(que o órgão concedente proceda à imediata sustação do pagamento das parcelas pagas a título de URP de 26,05%, de fevereiro de 1989, a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do órgão)*, está sendo cumprido.

Justificativa do Gestor: Em resposta foi informado, através do despacho 01.200.2 n.º 067/2002, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, que o SINDPREV impetrou Mandado de Segurança n.º 2002.72.02.001038-5 perante Juízo Federal da 1ª Vara de Chapecó/SC, que concedeu liminar, em 28/02/2002, "...para o efeito de determinar que a autoridade impetrada se abstenha de praticar atos de supressão das rubricas n.º. AC 725/89 e RT 958/90..." em nome dos servidores do INSS no estado de Santa Catarina. E que já está sendo promovida a análise da defesa (recurso contra liminar) empreendida pela Procuradoria da Previdência Social do local da impetração.

t) TC 004.723/2001(Decisão TCU n.º 084/2002 Plenário) – Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista

Assunto: Expediente remetido pelo Juiz do Trabalho substituto da Vara do Trabalho de Presidente Venceslaus/SP, José Roberto Dantas Oliva, encaminhou cópia da petição inicial constante do processo n.º 211/2001, bem como a decisão proferida, para a apuração de eventuais responsabilidades, ante a incúria processual da Procuradoria do INSS, confessada pelos próprios procuradores subscritores da referida petição, inclusive, com risco de efetivo prejuízo à Autarquia dela decorrente.

A Decisão 084/2002- TCU Plenário, item 8.2, "*determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que adote, se ainda não o fez, as providências cabíveis para a apuração da responsabilidade e a promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da autarquia, em razão das falhas verificadas na condução de sua defesa na Reclamação Trabalhista n.º 240/92, nos termos da presente representação*"

Por meio do Ofício n.º 1347/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 12/03/2002, foi solicitado ao INSS informações sobre as medidas adotadas em cumprimento da Decisão.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

u) TC 010.805/00(Decisão TCU/N.º 201/2002 –Plenário) - Denúncia acerca de Contratação Terceirizada de Mão-de-obra

Assunto: Trata-se de denúncia à respeito de contratação terceirizada de mão-de-obra, para o exercício de funções relativas à área fim de órgãos da administração pública federal.

A Decisão n.º 201/202 TCU Plenário determinou: “8.2 *determinar ao INSS a imediata revisão da IN INSS/DC n.º 43, de 13/02/2001, adequando-a ao disposto no Decreto n.º 2.271/97, notadamente o art. 1º, § 2º; e 8.3 – determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem 8.2 desta decisão, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, sobre as providências adotadas;*”

Foi encaminhado ao TCU-4ª SECEX as seguintes informações: que a Instrução Normativa INSS/DC n.º 43, de 13/02/2001, citada na decisão dessa Corte, havia sido revogada pela Instrução Normativa INSS/DC n.º 54, de 20/08/2000; que esse mesmo assunto é objeto da IN INSS/DC n.º 061, de 20/11/2001, que altera o texto da IN n.º 43 em dois aspectos: a) modifica a autoridade responsável, dos Chefes das Agências ou Unidades da Previdência Social para os Gerentes Executivos, para autorizar os servidores cedidos por outros Órgãos e o contratado pelo INSS, habilitar e formatar benefícios no sistema de processamento de dados da Previdência Social; e b) estabelece que esta possibilidade se dará quando o quadro de pessoal do Instituto não for suficiente ou compatível com a demanda e a demora na concessão vier a causar prejuízos aos segurados.

Ressalte-se que esse assunto já foi tratado por esta Secretaria, conforme Nota Técnica N.º 036/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 20/02/2002, elaborada em resposta ao Ofício/INSS/CDPRES/N.º 1340, de 21/12/2001. O Ofício trata de consulta a esta SFC sobre o teor da IN INSS/DC n.º 061, de 22 de novembro de 2001, que prevê a possibilidade de autorizar servidores cedidos e contratados a realizarem habilitação e formatação de benefícios no sistema de processamento de dados da Previdência Social.

Esta Secretaria Federal de Controle Interno encaminhou ao INSS ofício solicitando posicionamento do Instituto sobre o assunto, em especial o item 8.2 da Decisão n.º 201/2002 TCU – Plenário e que observasse a aplicação do contido na decisão dessa Corte ao teor da IN INSS/DC n.º 061, de 22/11/2001.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

v) TC 009.033/1993-9 (Decisão TCU/N.º 26/2002 Plenário) – Débitos Trabalhistas INPS, INAMPS e IAPAS

Assunto: Trata-se de Relatório Consolidado das inspeções realizadas no INSS, com finalidade de se apurar, em todo o território nacional, a ocorrência de possíveis irregularidades relativas a pagamentos de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS.

Por meio do Ofício n.º 054-SGS-TCU, de 30/01/2002, foi encaminhado a esta Secretaria cópia da Decisão n.º 26/2002, de origem do Tribunal de Contas da União, para conhecimento e adoção das providências indicadas a esta Secretaria Federal de Controle Interno. O INSS foi diligenciado pela SA N.º 087911-12, de 08/03/2002, para que fossem informadas as providências adotadas, com relação aos seguintes itens, constantes da decisão:

“8.2 – *determinar à Presidência do INSS que:*

8.2.1 – *mantenha o Tribunal informado, por intermédio das prestações de contas anuais da Autarquia, quanto aos resultados que vêm sendo alcançados em vista da expedição do Memorando-Circular n.º CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97 – item 3.1, fl. 87, deste processo;*

8.2.2. – *providencie a instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos a serem ressarcidos que vierem a ser identificados na reanálise dos processos judiciais, mesmo nos casos daqueles já arquivados, que tratam da condenação do INSS ao pagamento da verba Adiantamento Pecuniário do PCCS, instituído pela Lei n.º 7.686/88 (Memorando-Circular n.º CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97) – item 3.2, fl. 87, deste processo;*

8.2.3 – após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsiderem, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei N.º 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, proceda à suspensão imediata desses pagamentos, subtraindo-os das rubricas das folhas de pagamentos relativas às referidas sentenças, realizando-se, além disso, a identificação dos prejuízos, instaurando-se a devida TCE conforme a proposta do item anterior – item 3.3, fls. 87 e 88, destes autos;

8.2.4 – nos feitos que envolvam reclamações trabalhistas acerca da rubrica salarial denominada “Adiantamento do PCCS”, quando ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado, adote ações com a finalidade de se trazer aos respectivos autos a comprovação dos pagamentos de mesma natureza feitos anteriormente aos servidores, para consequentemente efetuar o recálculo dos valores porventura devidos – item 3.4, fl. 88, deste processo;

8.2.5 – com o intuito de se aperfeiçoar a sistemática de pagamentos de precatórias, dada a inobservância na ordem da liquidação observada por este Tribunal na Superintendência estadual do INSS/MG, passe a ser mantido junto à Presidência desse Instituto, em vista do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal c/c o art. 4º da Lei n.º 8.197/91, um controle de requisições encaminhadas pelos Presidentes dos Tribunais (créditos alimentares/outros), por intermédio de registro em livro próprio ou em meio informatizado, podendo ocorrer descentralização dos pagamentos, assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentar, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação das respectivas requisições judiciais – item 3.5, fl. 88, destes autos;

8.2.6 – de modo a se evitar situações de ambigüidade, que possam induzir o pagamento indevido, que na instrução dos processos de reclamações trabalhistas, referentes ao pagamento das diferenças decorrentes do adiantamento do PCCS (Lei n.º 7.686/89), conste quadro “Resumo do Processo”, contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes – item 3.7, fls. 88 e 89, deste processo;

8.2.7 – instaure Tomada de Contas Especial, conforme exposição do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 35.000.033695/93-17, considerando serem adequadas as conclusões da Comissão Permanente de Inquérito, tendo em vista prejuízos patrimoniais efetivamente causados à Instituição pelos Sr. Renê Manoel da Silva Gomes, Therezinha Araújo Pereira de Souza, Lauro Evandro Romão da Cunha, Reynaldo Lacerda de Souza Gayoso e Sérgio Jardim de Bulhões Sayão – item 3.8, fl. 89, deste processo;

8.2.8 – a fim de se evitar a interposição de ação de seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito pelas partes preteridas de seu direito de precedência, que as Procuradorias Estaduais do INSS observem a ordem cronológica para pagamento de precatórios, para que não se faça confronto ao art. 100, § 2º, da Constituição Federal – item 3.9, fl. 89, destes autos;

8.2.9 – providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RO que, no tocante à Ação Reclamatória de Lindete Souza Oliveira e outros (Processo n.º 897.937/89/1ª JCJ):

- a) efetue o recolhimento da contribuição previdenciária, relativa aos pagamentos efetuados aos exeqüentes, nos montantes de CR\$27.180.542,84 e CR\$93.402.673,14, devidamente atualizados a partir de 30.03.94 e 28.04.94, respectivamente;
- b) promova, administrativamente, a cobrança das quantias recebidas a maior em função de sistemática equivocada quando da atualização do precatório realizada pelo Setor de Apoio à Procuradoria, totalizando CR\$13.628.834,04, o

equivalente a 19.017,42 UFIR's, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizado;

- c) recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR\$140.688.485,43, o equivalente a 196.314,08 UFIRs, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizada, a qual decorreu de conversão para UFIR tendo por base o valor da média aritmética mensal (Cr 413.620,34), quando deveria ser pela UFIR do dia 31.03.93 (Cr 415.142,11), conforme determinação judicial;
- d) recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR\$130.676.927,93, o equivalente a 182.344,14 UFIRs, valor histórico de 28.04.94, a ser devidamente atualizada, proveniente do algoritmo equivocado para o cálculo dos juros de mora e da reincidência destes e de correção monetária, abatendo nessa oportunidade as quantias porventura já recolhidas no item "b" supra;
- e) busque, também, a reparação da aplicação indevida de juros de mora no mesmo período em que os créditos dos reclamantes sofreram correção monetária pela Taxa Referencial (TR), atentando, quanto ao trâmite de novas ações, para o caráter de imprestabilidade da TR como fator de atualização do valor da moeda, conforme reiteradas decisões do STJ e STF;

8.2.10 – no tocante à Ação Reclamatória de Adão Magalhães e outros:

- a) providencie o recolhimento da contribuição devida à previdência social, incidente sobre os valores recebidos na Ação Trabalhista n.º 1503 a 1526, de 21.06.89, em que figuraram como acordantes Adão Magalhães da Cruz e outros dezenove servidores (Justiça do Trabalho da 14ª Região – 2ª JCJ de Porto Velho);
- b) faça o levantamento da situação dos servidores que desistiram da ação judicial e que por isso não figuraram no acordo referido no item "a" supra, promovendo-se, se for o caso, o recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos valores que porventura tenham sido recebidos a título de diferenças de Adiantamento Pecuniário;

8.2.11 – providencie junto à Secretaria Estadual do INSS/RS para que seja efetuado desconto, de maneira atualizada, no precatório complementar a ser pago ao reclamante do processo n.º 8.414/90, da parcela referente ao adiantamento pecuniário do PCCS (Lei n.º 7.686/89), já paga ao reclamante no acordo celebrado em 1990, de modo a evitar-se prejuízo ao INSS – item 3.11, fl. 91, deste processo;

8.2.12 – providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RS a implantação de mecanismos para que a Procuradoria Estadual do INSS em São Paulo detenha o devido controle das ações judiciais que tramitam no interior do Estado – item 3.12, fl. 91, destes autos;

8.2.13 – na realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97, seja efetuado o devido exame no que concerne a casos onde, à época dos pagamentos aos servidores beneficiados, não se efetivaram os descontos referentes a Imposto de Renda e Previdência Social, a fim de que se adote as devidas providências para a regularização dessa situações – item 3.13, fl. 91, deste processo;

8.2.14 – verifique junto à Procuradoria Estadual do INSS em Pernambuco a atuação dos representantes do INSS nas Reclamações Trabalhistas: RT n.º 999/89 – JCJ Limoeiro/PE, RT n.º 490/91 – 9ª JCJ/Recife-PE e RT n.º 0936/89 – 5ª JCJ/Recife-PE, promovendo a identificação do Procurador-Chefe da Procuradoria Estadual, responsável à época pela supervisão dos trabalhos, dos Procuradores, dos advogados contratados e dos demais responsáveis, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades, promovendo o ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia, nos termos do art. 194, inciso III, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 43, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, tendo em

vista as seguintes irregularidades constatadas nas referidas RTs – item 20, fls. 439 e 440. TC – 500.290/97-0:

- a) RT n.º 999/89 – JCJ Limoeiro/PE: a Sra. Diva Guerra Brandão, que sempre teve sua relação trabalhista regida pela Lei n.º 4.711/52 (regime estatutário), ganhou causa na Justiça do Trabalho, sem que a Procuradoria houvesse contestado, em tempo hábil, a incompetência absoluta do juízo laboral para dirimir as questões que dizem respeito ao regime em tela;
- b) RT n.º 490/91 – 9ª JCJ/Recife/PE: a Sra. Verônica Maria de Negueiros, que ganhou causa na RT 999/89 – JCJ Limoeiro/PE, em 04 de julho de 1990, ajuizou, outra vez, por meio do Sindicato, a mesma ação (mesmas parte, mesmo pedido, mesma causa de pedir) na 9ª JCJ Recife-PE (TR 490/91), obtendo ganho de causa pela 2ª vez sem que a Procuradoria houvesse argüido em tempo hábil a litispendência;
- c) RT n.º 0936/89 – 5ª JCJ/Recife-PE, de Augusto César D’Almeida e outros, em que fora observado que os cálculos das diferenças salariais relativas aos meses de nov/88 a jul/89 estão indevidamente incluídos, uma vez que já haviam sido pagas administrativamente, tendo ficado a cargo da Procuradoria tão somente o acordo referente ao pagamento dos juros e correção monetária do período referido, de acordo com a Portaria INPS/PG n.º 26/90, bem como, a informação trazida aos autos pela então Superintendente da Regional do INSS/PE, Sra. Ana Maria Tinoco Machado de Albuquerque, sobre a duplicidade de pagamentos por decisão judicial, em que o primeiro pagamento fora implantado na folha de dezembro de 1990 e o segundo, realizado através do precatório, em 1993;

8.2.15 – implemente medidas visando ao controle e acompanhamento dos procedimentos judiciais adotados nas Procuradorias da Autarquia, nas fases de conhecimento, de execução e principalmente dos cálculos nos precatórios, notadamente o cumprimento da Ordem de Serviço Conjunta INSS/PG/DRH/n.º 35/94, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados em ações judiciais de pessoal, de forma que sejam defendidos sempre os interesses do INSS e sejam aplicadas medidas punitivas quando constatada negligência ou desídia por parte dos seus representantes – item 20, fl. 440, TC – 500.290/97-0;

8.2.16 – proceda a revisão geral das importâncias pagas pela Superintendência do INSS/RN, decorrentes de acordo com a Procuradoria (80% de reajuste de adiantamento do PCCS, outubro 88 a junho 89) para servidores do ex-IAPAS/RN e ex-INPS/RN, observando o desconto de forma atualizada (CM e juros) das importâncias históricas pagas em julho/89, sendo que, ao constatar valores pagos a maior, providenciar o ressarcimento, nos termos da orientação contida no Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97, mantendo a SECEX/RN informada dos resultados da revisão acima mencionada – item I, fl. 137, TC – 600.303/97-7;

8.3 – determinar à Superintendência do INSS/PA, que se mantenha atenta às decisões da Justiça relativas ao adiantamento do PCCS da entidade, a fim de não permitir o pagamento da correção relativa ao período de nov/88 a jul/89 nos casos em que ela já tiver sido paga – item 5, fl. 91, deste processo;

8.4 – determinar à Superintendência do INSS/AC, que considere, à época dos pagamentos de precatórios oriundos de reclamações trabalhistas do antigo PCCS, as atualizações dos valores já despendidos antecipadamente aos reclamantes – item 6, fl. 91, destes autos;

8.5 – determinar à Superintendência do INSS/RN, que mantenha a SECEX/RN-TCU informada do andamento das RT's n.º 143/90 e 144/90, até a conclusão destas demandas judiciais – item 2, fl. 137, TC – 600.303/97-7; e

8.6 – determinar à Superintendência do INSS/AM, que providencie, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, o ressarcimento aos cofres da Entidade, da quantia, devidamente atualizada, recebida administrativamente, em julho/89, pelo servidor Heleno Teixeira Montenegro, a título de diferença de PCCS (Cz\$3.818,96), não abatida do acordo judicial firmado por meio do Processo JF/1ª Vara 89.0002469-8 – item 7, fl. 819 TC – 225.255/97-9...”

Informar, ainda:

- a) *as atividades desenvolvidas pelo INSS quanto ao prosseguimento no trâmite do Processo n.º 013.89.1085-01, do TRT – 5ª Região (Reclamação Trabalhista relativa ao antigo PCCS do INSS), em que são parte o INSS e a União; e SINDIPREV – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado da Bahia, em vista do montante atual bruto da dívida nos termos propostos pelo litigante, que atingiria aproximadamente o valor de R\$1.000.000.000,00; e*
- b) *o resultado das ações de revisões que se encontram na Justiça do Trabalho – TRT – 19ª Região/AL – RT's 521/89, 1701/89, 603/90 e 2345/90, bem como as medidas adotadas em razão do que foi constatado na Auditoria Operacional realizada por essa Secretaria na área de Recursos Humanos do INSS/AL, em 1996.*

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 446, de 27/03/2002, foi encaminhado o Despacho 01.200.2 n.º 68 2002, de 18/03/2002, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, com as seguintes informações prestadas:

- a) *“os itens 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4, dizem respeito ao pagamento a servidores de parcela denominada “Adiantamento do PCCS”, instituída pela Lei n.º 7.686/88.*
- b) *quanto a esses itens a Decisão TCU n.º 026/2002 determinou a Presidência do INSS que informe sobre os resultados alcançados com a expedição do Memorando-Circular n.º CJ/PGT INSS n.º 06, de 05.06.97, que recomendou a instauração de tomada de contas especial para a identificação de prejuízos a serem ressarcidos e a adoção doutras medidas com relação, as ações judiciais sobre a matéria.*
- c) *relativamente a instauração da tomada de contas especial recomendada não cabe a esta Coordenação manifestar-se. Porém, quanto aos prejuízos a serem ressarcidos, sugerimos seja ouvida a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos que dispõe de relação de beneficiários e de valores mantidos em rubrica específica que continuam a ser pagos.*
- d) *quanto ao gerenciamento da questão “Adiantamento do PCCS” sim, o assunto mereceu o exame desta Coordenação que, desde a expedição do Memorando-Circular n.º CJ/PG/INSS n.º 06/97, vem orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria considerando que o pagamento da parcela, desde o mês de setembro/92 representa duplo pagamento, em razão da aplicação das disposições dos artigos 4º e 9º da Lei n.º 8.460/92.*
- e) *informa-se que em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, foi promovido o levantamento de todos os processos relacionados com a parcela que, requisitados, recebam a manifestação desta Procuradoria no sentido da imediata suspensão dos pagamentos.*
- f) *a posição desta Procuradoria-Geral sobre a questão, portanto, é eminentemente técnica e se mantém, absoluta, no sentido de que o pagamento é irregular e deve, urgentemente, ser suspenso.*

- g) Memorando 01.200.2 nº 094/2001, elaborado atendendo recomendação dos Srs. Procurador-Geral e Diretor-Presidente do INSS que contém, além do exame da matéria e da orientação as Procuradorias, a posição, a seu favor, dos Tribunais Regionais Federais das 1a, 3a, 4a e 5a Regiões e do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
- h) sobre os itens 8.2.5 e 8.2.8, informa-se que as Procuradorias da Previdência Social estão orientadas e que o controle de pagamento dos precatórios vem sendo realizado com regularidade, com observância das disposições da IN/INSS DC nº 41, de 22.11.2000.
- i) quanto ao item 8.2.7, sobre a instauração de Tomada de Contas Especial não cabe a esta Coordenação manifestar-se por faltar-lhe competência para tanto.
- j) quanto aos itens 8.2.9 e 8.2.10 informa-se que requisitamos, conforme a transmissão 01.200.2 nº 38/2002, da Procuradoria da Previdência Social em Porto Velho/RO, informações urgentes sobre as medidas empreendidas na defesa do INSS nos autos das Reclamações Trabalhistas nº 897.937/89, movida por Lindete Souza Oliveira e Outros, em curve na 1. JCJ, e, 1.503 a 1.526, em que figuram como acordantes Adão Magalhães da Cruz e Outros (19), em curso na 2a JCJ. Transmitiu-se, também, os fax 01.200.2 nº 37 e 38/2002, as PPS de Manaus/AM e Natal/RN, quanto aos itens 8.6 e 8.5.
- k) do mesmo modo, informa-se que as recomendações dos itens 8.2.11, 8.2.12 e 8.2.14 foram transmitidas a Procuradoria da Previdência Social de Porto Alegre/RS e Recife/PE, com pedido de informações sobre as medidas empreendidas, conforme os fax nºs. 36 e 39."

Comentário: Ressalte-se que foi instituído o Grupo de Trabalho, Portaria Conjunta N.º 1, de 21/03/2002, com o objetivo de analisar todos os processos administrativos referentes às ações judiciais, em andamento e transitados em julgado, relativos ao adiantamento pecuniário PCCS, visando ao cadastramento no SICAJ - Sistema de Cadastramento de Ações Judiciais.

O Memorando 01.200.2 nº 94 da Procuradoria Geral, de 02/10/2001, encaminhado as Procuradorias da Previdência Social, após uma análise do assunto, conclui que em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial, sugerindo a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade. Esclarecemos que até o encerramento dos trabalhos os PCCS continuavam sendo pagos pelo INSS, sem solução definitiva sobre o caso.

w) TC 016.101/2000-4 (Decisão TCU/N.º 027/2002 2ª Câmara) – Relatório de Auditoria

Assunto: Trata-se do Relatório de Auditoria realizada no INSS, objetivando verificar o cumprimento de determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio das Decisões Plenárias nº 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como as Relações nº 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC, referentes à defesa dos interesses do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Por meio do ofício nº 56/2002 4ª SECEX, de 27/02/2002, foi encaminhada a esta Secretaria, para conhecimento, cópia da Decisão nº 027/2002, adotada pelo Tribunal de Contas da União. O INSS foi diligenciado pela SA N.º 087911-11, de 08/03/2002, solicitando informar as providências adotadas, com relação aos seguintes itens, constantes da decisão:

"8.1 as providências adotadas em decorrência do determinado no item 2 da Decisão nº 362/97-TCU-Plenário, relativo a atuação deficiente da representação da Autarquia

nos autos da Reclamação Trabalhista nº 651/91-6, em fase de execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP;

8.2 as providências adotadas visando ao cumprimento do referido no item 8.1.1 da Decisão nº 743/99-TCU-Plenário, relativamente à apuração das responsabilidades e promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia em razão da atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais que especifica;

8.3 os resultados das providências informadas no Ofício/INSS/DCGAB 309, de 11/4/00, e no Ofício/INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/nº 35/2000, relacionadas ao determinado no item 8.2 da Decisão nº 40/00-TCU-Plenário, notadamente no tocante à conclusão das apurações de responsabilidades dos servidores que especifica e à quantificação dos eventuais prejuízos causados ao Instituto;

8.4 as medidas administrativas e judiciais cabíveis porventura adotadas em relação aos eventuais prejuízos apurados em decorrência da atuação da advogada Marina Ribeiro Viana no Processo nº 1.768/90-2a JCJ/Niterói/RJ, em cumprimento ao item I.b da Decisão nº 392/97-TCU-Plenário, bem como os resultados do levantamento dos possíveis danos materiais causados ao Instituto pela referida advogada nos demais processos em que tenha atuado, objeto da Relação nº 17/98-TCU-2a Câmara, e as providências adotadas visando ao ressarcimento de tais prejuízos; e

8.5 a situação atual da Reclamação Trabalhista nº 358/89, notadamente quanto a liquidação do precatório e ao pagamento da mencionada reclamação, objeto do item 8.2.1 da Decisão nº 240/00-TCU-Plenário.”

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/AUDGER N.º 00089, de 28/03/2002, foi informado que:

- a) com referência ao item 8.1, (atuação deficiente da Representação da Autarquia nos Autos da Reclamação Trabalhista n.º 651/91 em fase de Execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP), que o mesmo foi encaminhado em 10/07/2001 para a Procuradoria do INSS de Ribeirão preto/SP e até a presente data não retornou a Corregedoria.
- b) no tocante ao item 8.4, foi solicitado maiores esclarecimentos da respectiva Decisão n.º 392/97 TCU, tais como servidores envolvidos, devido a não localização do mencionado documento no INSS.

O Ofício N.º 695 DCGAB/INSS, de 02/05/2002, encaminhando o Despacho 01.2002 n.º 71/2002, de 19/03/2002, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial, informou que:

“O primeiro item (8.1) se refere a atuação da defesa nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 651/91-6, movida por Cleunice A. P. Nogueira e Outra, em curso na JCJ de Sertãozinho/SP.

Sobre este item, registre-se, tramitou por esta Coordenação a Decisão n.º 362/97-TCU (Ofício n.º 664-SGS-TCU, processo TCU - 001.517/97-0) e a solicitação de Auditoria n.º 02/00, que recebeu os esclarecimentos conforme os despachos que se juntam às fls. 05/29, e foi encaminhado à Auditoria-Geral, em 22/08.2001 (fls. 29), onde se opera apuração de responsabilidade de servidor.

O segundo (8.2, fls. 01), relativo à Decisão n.º 743/99-TCU/Plenário (Processo 011.021/1997-7), que determinou que se “.. apure as responsabilidades e promova o ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da autarquia em decorrência e atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais: nºs. 1955/89-39ª JCJ/RJ, 89.00078879-23ª Vara Federal/RJ, 0007717237-24ª Vara Federal/RJ, 754/89-23ª JCJ, 516/89-39ª JCJ/RJ, 0093.07656-24ª Vara Federal, 1340/89-26ª JCJ/RJ, 0007739907-28ª Vara

Federal/RJ, 87.000041610-23ª Vara Federal/RJ, 1154/89-38ª JCJ/RJ e 89.25865-6-28ª Vara Federal;”.

O assunto, tramitado nesta Procuradoria-Geral no ano passado, mereceu atendimento conforme os despachos que se juntaram as fls. 30/46, e as informações devem ser encaminhadas à Corregedoria-Geral, em virtude da Sindicância objeto da Portaria/INN/PG/n.º 37, de 30.07.98.

Sobre o terceiro item (8.3 fls. 01), relativo aos resultados das providências informadas no Ofício INSS/DCGAB n.º 309, de 11.04.2000, e no Ofício INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/n.º 35/2000, quanto à Decisão n.º 40/2000-TCU-Plenário, registro que a participação desta Coordenação no episódio limitou-se à prestação das informações, conforme os documentos de fls. 47/63. A apuração de responsabilidade e a conseqüente quantificação de prejuízos, portanto, deverá ter seus resultados informados pela Auditoria-Geral à luz das conclusões do processo 35301.009.111/99-01.

Quanto ao 4º item (8.4 fls. 02), relativamente à atuação da advogada Marina Ribeiro Vianna, no processo n.º 1.768/90, em cursos na 2ª JCJ de Niterói/RJ, haverá que ser respondido pela Coordenação-Geral das Procuradorias que é responsável pelo gerenciamento das atividades de defesa dos advogados credenciados.

O quinto e último item (8.5 fls. 02), relativo a situação atual da Reclamação Trabalhista n.º 358/89, movida por José Escondino da Silva, objeto do item 8.2.1 da Decisão n.º 240/00-TCU-Plenário, mereceu a informação desta Coordenação, conforme o item 3 de fls. 48. Relativamente a este processo, recebemos FAX, informações atualizadas sobre o mesmo, que esclarecem os fatos ocorridos no processo, cuja cópia anexamos às fls. 64/73.”

Comentário: Cabe ressaltar que as Decisões n.º 743/99, 040/00 e 240/00 foram diligenciadas por esta Secretaria, na Avaliação da Gestão de 2001, área de atuação do TCU, itens “n”, “o” e “p”. Não recebemos informações da Coordenação-Geral de Procuradorias e da Auditoria-Geral, sobre os itens, respectivamente, 8.4 e 8.1 a 8.3, quanto a posição atual de medidas que foram empreendidas no sentido da apuração de responsabilidades (à exceção do disposto na letra p deste item) e adoção de medidas de ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao Instituto, conforme sugerido no Despacho 01.2002 n.º 71/2002 da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial tais informações caberia a estas áreas.

Declaração de Bens e Rendas

1.1.2 - INFORMAÇÃO: Em cumprimento ao item IX, art. 16 da IN/TCU n.º 12/96, combinado com o item VI da IN/SFC/MF n.º 02/2000, os membros da Diretoria Colegiada da Autarquia apresentaram e/ou atualizaram suas Declarações de Bens e Rendas, referentes ao exercício objeto dos exames, conforme declaração do Coordenador de Recursos Humanos e verificação amostral efetuada “In loco”.

Atuação das Unidades da SFC

1.1.3 INFORMAÇÃO: A atuação desta Secretaria Federal de Controle Interno está registrada nos Relatórios de Ações de Controle, Relatórios de Auditoria, Notas Técnicas e Ofícios, discriminados a seguir:

a) RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 045169, de 01/03/2000 – Certidões de Regularidade

Assunto: O objetivo desta ação foi levantar as sistemáticas de emissão, controle e uso das Certidões de Regularidade junto à Previdência Social e do uso das mesmas no cadastramento de pessoas físicas e jurídicas que prestam serviços ou fornecem bens aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; verificar, por meio de cruzamento dos dados dos sistemas informatizados do Governo Federal, a existência de registros

incompatíveis de modo a identificar situações de irregularidades e propor normatização que aprimore os procedimentos operacionais e de informática, visando aumentar a segurança e confiabilidade dos sistemas, conforme determina a Portaria/SFC/N.º 31, de 04/02/2000. A recomendação implementada, que competia aos órgãos da Previdência Social, foi a interligação dos sistemas SICAF e CND corporativa (consulta "on-line" da regularidade da CND).

Ressalte-se o fato de ser informado pelo Instituto que a Portaria/MPAS n.º 4.494/98, de 15/06/98, foi revogada pela Portaria/MPAS n.º 862, de 23/03/01, que passou a tratar o Sistema de Autorização de Acesso (conhecido como Sistema de Controle de Acesso – SCA) atualmente em uso. Foi informado, ainda, que a implementação do sistema INFORMAR, possibilitou o acompanhamento da liberação de Certidão Negativa de Débito – CND, por servidores.

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informar as providências adotadas visando atender as determinações.

Justificativa do Gestor: Em resposta foi encaminhado Ofício/INSS/DCPRES/N.º 123, de 01/02/2002, informando **que as providências requeridas já foram adotadas**, a saber:

- a) *interligação SICAF – CND corporativa;*
- b) *gerenciamento, controle e acompanhamento de emissões de CND e CPD-EN através do sistema INFORMAR.*

b) RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 053596B, DE 30/06/2000 - Contrato INSS E CDM LTDA

Assunto: Análise e avaliação dos atos de gestão relativos ao contrato celebrado entre o INSS/SP e a Construtora CDM Ltda. Foi constatado prejuízo à Instituição pela paralisação da obra, tendo sido recomendada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar objetivando apurar quem deu causa à referida paralisação. Em atenção ao proposto, a Auditoria-Geral do INSS informou, por meio do MEMORANDO INSS/AUDGER N.º 00803, de 30/10/2001, que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos.

Em 28/12/2001, a SA N.º 03/0883002001 solicitou informar situação atual do processo administrativo instaurado.

Justificativa do Gestor: Em resposta, recebemos a informação da Corregedoria do INSS de que os trabalhos da Comissão de Inquérito foram encerrados em 08/01/2002 e os autos se encontravam na Divisão de Corregedoria em São Paulo, para análise.

Diligenciada pelo Ofício N.º 624/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, a Divisão de Corregedoria, por meio do Ofício INSS/DIVISÃO DE CORREGEDORIA N.º 00129/2002, de 26/02/2002, encaminhou, em anexo, as peças referentes ao Processo Administrativo Disciplinar 35366.000077/00-99.

Foram constituídas três Comissões, a primeira em 28/12/2000, por meio da Portaria INSS/AUDREG n.º 108; a segunda pela Portaria INSS/AR II n.º 06, de 02/03/2001; e a terceira, pela Portaria INSS II n.º 34 de 28/09/2001, para apuração de responsabilidade, sendo que o assunto continua pendente de solução e foi encaminhado à Auditoria Geral, em 30/01/2002, para a realização de Missão de Auditoria objetivando estender verificações desde o projeto básico até a posição atual da obra.

Após a leitura de versão preliminar deste Relatório, o gestor se posicionou da seguinte forma: *“a informação de que os autos foram remetidos à Auditoria-Geral em 31.01.2002 não condiz com a realidade, posto que (...) os autos deixaram a Auditoria Regional II – São Paulo, em data posterior a 04.03.2002, dando entrada na Auditoria-geral em 04.04.02 e retornando àquela Auditoria em 08.04.02 determinando a continuidade da apuração. Ressalte-se que a informação prestada através da Divisão de Corregedoria pelo Ofício*

INSS/DIVISÃO DE CORREGEDORIA nº 129/2002 não foi de conhecimento desta Auditoria-Geral (Memorando INSS/AUDGER nº 00138 de 17/05/2002).

Portanto, continua pendente de atendimento o solicitado, com o agravante de haver demonstrado desarticulação entre as áreas do INSS no tocante às suas competências.

c) RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 044356, DE 14/04/2000 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 1999

Assunto: Na Prestação de Contas Anual do Exercício de 1999 foram ressalvados os seguintes itens:

- a) Diversos Responsáveis Apurados - ausência de continuidade na forma de tratamento dos créditos, quando do devido registro no SIAFI na conta Diversos Responsáveis;
- b) Inventários Físicos Financeiros - incompatibilidade entre os registros efetuados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e o SIAFI;
- c) Movimentação por cessão/requisição de servidores cedidos com ônus sem o devido ressarcimento da remuneração e dos encargos sociais ao INSS;
- d) Bens Móveis em Trânsito - continua pendente de regularização o valor de R\$5.786,58, referente ao exercício de 1996; e
- e) Desapropriação de Imóveis pelas Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro - continuam pendentes de regularização os valores referentes à desapropriação de três imóveis situados em Botafogo/RJ.

Em expediente enviado pelo INSS em resposta às ressalvas elencadas no Relatório de Gestão n.º 070246, deixou de abordar este assunto especificamente.

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informações sobre situação atual de cada item ressalvado.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/AUDGER N.º 00090, de 02/04/2002, foi informado o seguinte:

Contabilmente o saldo foi regularizado em 31/12/2001, conforme esclarecido pela Coordenação de Contabilidade e comprovado pelas Notas de Lançamento 2001NL500226 a 2001NL500230, cópia encaminhada a esta Secretaria.

O Relatório de Inventário de Bens Móveis em Uso emitido pela Comissão de Inventário, em 18/01/2001, na forma da Lei n.º 4.320, de 17/03/1964, no art. 96, implicitamente atesta que não houve divergência entre os valores registrados no SIAFI e os bens verificados "In loco".

O dossiê está sendo encaminhado à Corregedoria da Auditoria Geral, para que a mesma possa analisar e concluir pela necessidade de apuração, ou não, de responsabilidade funcional;

O OFÍCIO/INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, encaminhando documento da Coordenação de Gerenciamento de Logística, de 05/04/2002, informou que:

- a) a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e a Corregedoria de Contabilidade tem discutido e proposto soluções para o problemas das diferenças;
- b) no ano de 2000, quando do fechamento do Inventário Físico, o SGPI – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio sofreu interferência do chamado "bug do milênio". Mesmo assim, com algumas disfunções, estabeleceram o Inventário, cujos valores apresentam pequenas inconsistências, mas não houve perda de

registro imóveis. Depois veio a descentralização em Gerências que tem dificultado a sistemática de registro, visto a inexperiência de servidores na área de patrimônio. Ao final do ano de 2001, houve a recuperação do SGPI, mas ainda não houve tempo suficiente para corrigir os registros;

- c) apesar de ter como meta prioritária a melhoria dos sistemas de gerenciamento do patrimônio, há sérias dificuldades em face da pouca disponibilidade de recursos humanos e orçamentário para viabilizar as melhorias. Houve a proposta de contratação de um sistema mais moderno que deverá ser feita no decorrer de 2002;
- d) quanto ao problema de servidores que mantém-se dos anos anteriores e em número insuficiente, provavelmente com o concurso que deve ocorrer em 2002 poderá ocorrer uma melhoria do quantitativo de pessoal;
- e) a área de contabilidade conta com poucos Contadores pelas Gerências para poder ter maior eficiência, dificultando o acerto dos Inventários;
- f) no decorrer de 2002 será revisto o Inventário de Bens Imóveis de forma a se poder obter um levantamento com valores compatíveis em registro e nas avaliações de valor;
- g) quanto à desapropriação de imóveis pela prefeitura do Rio de Janeiro, a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário tem solicitado à Gerência Executiva do INSS Rio de Janeiro Sul –RJ que regularize tais pendências. A GEX RJ Sul tem informado que vem seguidamente encaminhado correspondência à Prefeitura Municipal e já está acionando a Justiça visando ser indenizado o INSS pelas desapropriações.

Comentário: Apesar das respostas e justificativas, o assunto continua pendente de regularização. Ressalte-se que o problema ocorrido no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio – SGPI, com a interferência sofrida pelo chamado “bug do milênio”, não é aceitável, uma vez que houve gasto e orientação por parte do Governo Federal no sentido de que as Instituições tomassem todas as providências para evitar tais prejuízos e que apesar de não ter havido perda de registros, gerou pequenas inconsistências de valores.

d) RELATÓRIO DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO N.º 084952/2001

Assunto: Análise dos procedimentos adotados pela Comissão Especial de Licitação instituída pela Portaria /INSS/DIRADM/N.º 30, de 26/04/2001, na realização da Concorrência Pública n.º 002/2001.

Foram detectadas as seguintes falhas de procedimento:

- a) projeto básico não contemplou os elementos essenciais e necessários, tais como: estimativa de preço condizente com a realidade de mercado, cronograma de execução dos serviços, especificando as agências a serem contempladas em cada etapa;
- b) Inoportunidade da aquisição em razão do alto custo decorrente da sofisticação da nova solução, da carência de dotação orçamentária e do custo benefício que essa solução propiciará;
- c) Desclassificação das concorrentes com a justificativa de que suas propostas técnicas não atenderam plenamente às especificações do Edital, antes que a avaliação técnica fosse concluída;
- d) Declaração da licitante vencedora do certame, antes mesmo de serem realizados os testes de laboratório, parte integrante da etapa de avaliação técnica;

- e) A avaliação técnica não foi precedida de manifestação formal do Comitê de Tecnologia e Informação, autoridade responsável para respaldar tecnicamente contratações dessa natureza;
- f) Inexistência de dotação orçamentária no atual exercício destinada a assegurar o pagamento das obrigações; e
- g) Previsão de dotação orçamentária de exercícios futuros destinados ao custeio das obrigações, o que só é permitido para os casos de serviços de prestação continuada.

As falhas de abordagem ensejaram a recomendação pelo cancelamento do certame licitatório em epígrafe.

Visando justificar o apontado nos subitens 2.1.1 a 2.1.6 do presente Relatório, o Diretor-Presidente do INSS endereçou a esta SFC o OFÍCIO/INSS/DCPRES/N.º 1.089, de 05/11/2001, e anexos. No entanto, permanece a conclusão anterior de cancelamento do certame.

Foi solicitado informar as providências e situação atual, por meio da SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, encaminhando documento da Coordenação de Gerenciamento de Logística, de 05/04/2002 foi informado que:

“A Comissão Especial de Licitação apresentou contra-argumentos e encaminhou-os ao Sr. Diretor-Presidente do INSS para proceder aos encaminhamentos para os Órgãos de Controle;

O Diretor-Presidente constituiu comissão que opinou pela anulação da licitação e que baseando-se neste parecer foi anulada;

A Comissão Especial de Licitação estuda o processo para entrar com representação por entender que há descumprimento da legislação na citada anulação;”

Comentário: O assunto será tratado em item específico desse relatório, na área de Avaliação da Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

e) RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 053596C, DE 30/06/2000 – CIA CIANÊ

Assunto: Análise e avaliação dos processos de Execução Fiscal movidos pelo INSS/SP contra a Companhia Nacional de Estamparia - CIANÊ, com vistas à cobrança de dívidas previdenciárias. No expediente enviado pelo INSS em resposta às ressalvas elencadas no Relatório de Gestão n.º 070246, deixou-se de abordar este assunto especificamente.

Diligenciado pela SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, foi solicitado informações sobre as providências adotadas e situação atual.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

f) RELATÓRIOS N.º 073181, 087334 e 094179 - Lista de Devedores da Previdência

Assunto: Trata-se de informações prestadas por meio de 02 CDs contendo a listagem dos processos administrativos e a listagem dos devedores inscritos em Dívida Ativa, acompanhados de relatórios contendo notas relacionadas aos dados em questão. Recomendações:

- agilizar o andamento dos processos, nas mudanças de fase e situação, principalmente tendo em vista que mais da metade dos créditos na fase judicial (53%) encontram-se na mesma fase há mais de dois anos, e 22% permanece

na mesma fase entre cinco e dez anos. Quanto à cobrança administrativa, observa-se que 12.910 encontram-se na mesma situação há mais de um ano, o que representa o total de R\$4,8 bilhões, conforme levantamento realizado em set/2001;

- informar a fase em que se encontra cada processo;
- destacar a quantidade e o valor dos créditos inscritos e baixados no trimestre, não se restringindo à apresentação do saldo entre os registrados (entradas) e baixados (saídas) no período, destacando-se aqueles efetivamente arrecadados;
- destacar as informações acerca dos parcelamentos administrativos e judiciais, conforme solicitado na Decisão/TCU n.º 649/2000, de 16/08/2000, por serem estes representativos no total dos créditos previdenciários e na arrecadação; e
- como os valores dos créditos que passaram a ter saldo igual a “zero” não correspondem somente àqueles que foram efetivamente arrecadados ou cancelados, incluir também os que mudaram de grupo, ressalta-se a importância de informar o grupo de destino desses créditos, inclusive identificando nos campos “situação” ou “fase” quando se tratar de devedor optante do REFIS.

Foi solicitado ao INSS informar se as recomendações expedidas foram implementadas. Até a presente data, não houve pronunciamento por parte do INSS.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

g) RELATÓRIO DE AUDITORIA ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO CONSOLIDADO, DE 06/11/2001 E RELATÓRIO DE AUDITORIA ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO CONSOLIDADO, DE 23/12/2001 N.º 096166 – Programa de Melhoria da Previdência Social/PMA

Assunto: Trata-se da consolidação dos trabalhos realizados pelas Gerências Regionais de Controle Interno - GRCI no período de 25/07/2001 a 30/09/2001 nos seguintes estados: AM, BA, MA, PA, PR, SC, SP, TO, AL, CE, ES, GO, MG MT, PE, PI, RJ, RN e RS, com o objetivo de avaliar os atos e fatos ocorridos no período de 01/01/1999 a 30/06/2001, referentes as obras de reformulação das Agências de Atendimento (PMA) do total previsto de 81.

Diante das constatações apresentadas nos Relatórios de Acompanhamento elaborados pelas Gerência Regionais de Controle Interno foi recomendado:

- a) reforçar os mecanismos de controles visando cumprir, rigorosamente, as determinações constantes da Lei nº 8.666/93 no que tange a formalização legal, sob pena de anulação do ato;
- b) que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- c) anotar em registro próprio, conforme determina o §1º, art. 67, da Lei nº 8.666/93, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e as decisões sobre as alterações efetuadas no objeto;
- d) que se observe rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade competente;
- e) recomendamos a obrigatoriedade do termo de recebimento definitivo da obra e que seja exigido do fiscal designado a habilitação e o credenciamento junto ao CREA;

- f) que se observe fielmente o que foi avençado nas cláusulas contratuais, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;
- g) observar, quando do lançamento do processo licitatório, a adequada definição do objeto a ser licitado, inclusive quanto a quantitativos, não sendo permitida apenas a inclusão de um limite máximo dos serviços a serem contratados, sem que haja a previsão do que se pretende realizar, ante a vedação constante do § 4º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E quanto ao aspecto qualitativo que se abstenha de indicar marcas de produtos, quando tal indicação não for tecnicamente justificável conforme § 5º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E por fim, que seja imputado a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, pela infringência do disposto no referido artigo;
- h) quando do recebimento definitivo das obras, verificar se foram integralmente cumpridas todas as condições previstas no edital e quando houver danos causados à Administração, deverá ser imputada responsabilidade ao contratado, conforme art. 66, 67, 69 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como apurar o prejuízo causado à instituição no valor de R\$9.320.69, conforme subitem 8.3 do relatório;
- i) que se tenha mais rigor quanto ao cronograma físico e financeiro, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mão documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos.
- j) que se obedeça por ocasião da homologação das licitações os preceitos constantes no inciso IV do art. 43, da Lei nº 8.666/93, visando obter nas futuras contratações, propostas mais vantajosas para a Administração;
- k) que a administração forneça obrigatoriamente, junto com o edital, com fulcro no art. 47 da Lei nº 8.666/93, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, para que não ocorram divergências dessa natureza;
- l) que se aperfeiçoe os mecanismos de controle, de modo a evitar a ocorrência de acréscimos de itens que podem ser previstos no projeto inicial evitando-se com isso aditamentos que superem as outras propostas apresentadas nos certames licitatórios, devendo adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos prejuízos causados;
- m) que se observe com maior rigor o que determina a Resolução INSS/PR nº 311, de 3 de novembro de 1995, no item 10, sobre realização de benfeitorias em imóveis locados e que se proceda a renovação do contrato de locação, de maneira a resguardar formalmente o direito do INSS de permanecer no imóvel;
- n) que a Unidade, quando houver necessidade de acréscimos ou supressões em contratos, utilize a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, conforme o que preceitua o inciso I do art. 58 e alínea "b", inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- o) que o INSS, nas futuras contratações observe o disposto no art. 20 da Lei nº 4.320/64, combinado com art. 23 do Decreto nº 93.872/86 que determina que as despesas realizadas em dotação imprópria são passíveis de impugnação, mediante representação do órgão contábil;

- p) que se verifique se a empresa apresenta registro nos órgãos competentes, mesmo no caso de Dispensa de Licitação, e que observe o disposto no inciso II do art. 27 da Lei nº 8.666/93, e ainda, quando da realização de obras e/ou serviços, observe as disposições contidas no art. 72 da Lei nº 8.666/93 com relação a **subcontratação**, promovendo a rescisão do contrato quando for o caso, nos termos do art. 78, inciso VI, da supracitada Lei, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 82 da mesma Lei.

Justificativa do Gestor: A Coordenação de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário do INSS/MPAS encaminhou memorando circular às Gerências Executivas do INSS e Unidades de Administração e Logística os relatórios consolidados solicitando pronunciamento a respeito do assunto. Recebemos manifestações das seguinte Gerências Executivas: GE Petrolina/PE, GE Canoas/RS e Mossoró/RN

Ressalte-se que a manifestação formal deverá ser emitida pela à Diretoria Colegiada de forma consolidada e não pelas Gerências Executivas, informando as providências adotadas para sanar as falhas/irregularidades apontadas.

h) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 20/2000 - Processo Administrativo n.º35000.007025/98-23 COOPERAÇÃO TÉCNICA INSS E UNESCO

Assunto: Análise do Proc. n.º 35000.007025/98-23 que trata do Acordo Básico de Cooperação e Assistência Técnica firmado entre o INSS e a UNESCO, objetivando a melhoria de condições para implementação do Projeto Básico do Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social. Foi recomendado por esta SFC:

- a) Encaminhar os próximos Acordos Básicos de Cooperação firmados com Organismos Internacionais à ABC/MRE, para fins de homologação;
- b) Abertura de processo licitatório, com vistas a selecionar empresa especializada para contratação das categorias funcionais necessárias ao Projeto, previstas no Decreto n.º 2.271/97;
- c) Elaboração de estudo para identificar as reais necessidades de recursos humanos a serem empregados no Programa de Melhoria, bem como o quantitativo ideal;
- d) Encontro de contas para ressarcimento de saldos existentes em favor do INSS, alusivos à taxa do fundo de reserva de contingência;
- e) Regularização da contratação de empregados nas categorias correlatas ao Plano de Cargos do INSS;
- f) Comprovação, quando das próximas contratações de serviços de consultoria, de que a atividade não possa ser realizada por servidor da Administração Federal;
- g) Apuração dos prejuízos decorrentes da discrepância entre os custos cobrados no referido Acordo, para categorias com mesma faixa salarial, em relação ao cobrado pela FUB/UNB; e
- h) Abertura de processo administrativo visando apurar responsabilidade de quem deu causa à dispensa de licitação para contratação de recursos humanos.

A situação continua pendente de regularização, uma vez que a avaliação da Auditoria-Geral não contemplou as medidas saneadoras necessárias, conforme informação constante do Ofício n.º 207/INSS/AUDG/01.100, de 13/12/2000.

O Tribunal de Contas da União, solicitou ao INSS, por meio do OFÍCIO 4ª SECEX N.º 219, de julho/2001 (TC – 014.077/2000-8) a apresentação de informações/documentos quanto às recomendações constantes da NOTA/DSPAS/SFC/MF n.º 020/2000.

Por meio do expediente AUDITORIA-GERAL/CORREGEDORIA – 01.100.4, de 31/07/2001, o INSS se ateve somente a informar que respondeu o item “a” do Ofício/4ª SECEX/ n.º 211, de jul/01, e que foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar quem deu causa a dispensa de licitação.

Em 28/12/2001, foi solicitado ao INSS, por meio da SA N.º 03/0883002011, informações sobre o resultado do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar quem deu causa à dispensa de licitação e o resultado da apreciação da 4ª SECEX do teor dos autos encaminhados.

Justificativa do Gestor: Em documento da Corregedoria – 01.100.400, de 10/01/2002, foi informado que as irregularidades foram apuradas por meio do Processo Administrativo n.º 35000.007.007025/1998-23, e não se tinha o resultado, pois os autos estavam na Consultoria Jurídica do MPAS, para análise e julgamento, desde 05/12/2001.

Através do Ofício n.º 623/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, foi solicitado ao Consultor Jurídico do MPAS esclarecimentos relacionados ao Processo Administrativo n.º 35000007.007025/1998-23. Em atendimento foi encaminhado a esta Secretaria, o Ofício/CJ/N.º 48/2002, de 25/02/2002, com cópia do Parecer/CJ/N.º 2656/2002, de 20/02/2002, sugerindo a conversão da exoneração para a de destituição de cargo em comissão ao acusado RAUL CHRISTIANO DE SANDON PORTELLA, ex-Diretor de Administração Patrimonial do INSS, por ter violado a proibição presente no artigo 116, inciso I, II e III, da Lei 8.112/90, de 11/12/1990.

Em face da conclusão do Processo Administrativo esta Secretaria recomendou, por meio do Ofício n.º 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, e que fosse informado as providências até 08/03/2002.

Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, encaminhando documento da Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, de 05/04/2002, foi informado que:

- c) que com referência ao item “b” – abertura de processo licitatório, com vistas a selecionar empresa especializada na contratação das categorias funcionais necessárias ao projeto, prevista no Decreto n.º 2.271/97, foi formalizado o processo 35000.000431/2002-21, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, para a execução indireta de atividade de recepção, atendimento e supervisão de atendimento, junto as APS do INSS. A modalidade adotada para a contratação foi a concorrência pública, e procedimento encontra-se em fase de distribuição do edital. Abertura do edital está marcada para o dia 11/04/2002, às 9:00 horas.*
- d) a elaboração de estudo para identificar as reais necessidades de recursos humanos a serem empregados no Programa de Melhoria e quantitativo ideal, foi elaborado um Projeto Básico pela Diretoria de Recursos humanos onde há as justificativas para o quantitativo a ser contratado e perfil o dos profissionais.*

Comentário: O assunto continua pendente quanto ao contido no Ofício n.º 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28/02/2002, que determina a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS.

i) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 001/2001, de 02.01.01 – Agência Laranjeiras/RJ

Assunto: Fraudes em aposentadorias, publicadas no Correio Braziliense de 14/10/00, praticadas por servidores do INSS na reativação irregular de benefícios cancelados e suspensos.

Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar n.º 37280.000.709/00-71 e apensos, contra 10 servidores lotados na Agência de Laranjeiras/RJ – Ofício/INSS/DCPRES/N.º 1.172). Foi implantada a versão 7.0 do Sistema PRISMA-SUB por meio do qual não será mais permitido alterações de dados que modifiquem a identificação dos segurados, ou seja, os dados primários dos segurados não poderão sofrer alterações quando forem reativados.

Recomendações: Seja elaborado e enviado mensalmente relatórios gerenciais das reativações ocorridas no sistema, para que as unidades de controle do INSS (Diretoria de Benefícios, Gerências e Auditoria) passem a monitorar o processo sistematicamente.

A SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, solicitou informar se as recomendações foram adotadas.

Justificativa do Gestor: Não houve manifestação sobre o assunto, até o encerramento dos trabalhos.

j) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 18/2001, de 07/03/2001 – SOFTWARE LICILEGIS

Assunto: Aquisição de software LICILEGIS junto à empresa TERRA NOVA TECNOLOGIA CONSULTORIA E EMPREENDEIMENTOS LTDA, com fulcro no art. 25 da Lei n.º 8.666/93 – inexigibilidade de licitação, processo n.º 35000.003881/2000-13. A aquisição, em processamento, objetiva aprimorar a agilidade e segurança dos processos licitatórios aliadas à uniformização de procedimentos, melhoria da qualidade das rotinas de trabalho, padronização e normatização das contratações de serviços e compras no âmbito das Gerências Executivas do INSS.

Foi constatada falta de projeto básico, uma vez que houve uma transferência de 1100 senhas de acesso via Internet para 107 licenças corporativas (poliusuário) para utilização/acesso ao Sistema por meio da versão standalone (CDs), para o mesmo universo de usuários. Observa-se, também, que a versão standalone não oferece grandes vantagens em razão da forma de instalação do software ocorrer por equipamento e a atualização das informações serem trimestrais. A proposta da TERRA NOVA fechou em R\$297.460,00, para disponibilizar 107 licenças corporativas, 107 CDs gravados a cada 3 meses e 107 sítios para suporte e manutenção.

Foi constatado, ainda, que na primeira proposta, para a quantidade de 1100 senhas, o custo unitário ofertado pela empresa foi de R\$ 317,80, perfazendo um preço global de R\$ 349.585,00. O preço regular praticado seria de R\$ 2.780,00, que, para 1000 assinaturas individuais equivaleria a R\$ 2.780.000,00. Isto posto, verifica-se que o preço proposto pela TERRA NOVA geraria uma economia de 695,22%, conforme consta na Nota de Esclarecimento ao Ofício n.º 06-14/00-GCG, de 29/09/2000. Ressalte-se que um desconto acima de 100% inviabilizaria qualquer custo de comercialização de um produto.

Foi recomendado ao Instituto que realize processo licitatório na modalidade compatível com o valor estimado do produto, caso persista a necessidade da aquisição de um software dessa natureza, inclusive com ampla divulgação do objeto a ser adquirido, o que garantirá legalidade e transparência à operação.

Foi solicitado ao INSS informar se as providências recomendadas foram adotadas, através da SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/DCGAB/N.º 540, de 08/04/2002, encaminhando documento da Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, de 05/04/2002, foi informado que por determinação da Procuradoria-Geral, o INSS não adquiriu o software e o processo n.º 35000.003881/200-13 foi encerrado e arquivado. Em nosso entender, não há mais esclarecimentos a serem prestados, uma vez que o software não foi adquirido.

k) NOTAS/DSPAS/SFC/MF N.º 108 e 160/2001, de 29/08/2001 e 24/09/2001 – referência TC 016.435/1999-0 (OFÍCIO/4ª SECEX/TCU/N.º 08/01) - CND à VARIG - Decisão TCU 309/2001

Assunto: Trata-se dos itens 8.1 “a” e “b” e 8.2 “a” a “j” da Decisão/TCU/N.º 309/01 – Plenário – Ofício 08/4ª SECEX/TCU, de 31.05.2001. – Sigiloso (divergências de informações entre os Sistemas do INSS, falsificação de CND, refiscalização da VARIG S/A e sugestões administrativas, quais sejam: mudança no formulário CND eletrônica; remessa para a Procuradoria dos processos de crédito previdenciário em fase de cobrança administrativa, tão logo ocorra o trânsito em julgado das decisões neles proferidas; adoção de procedimentos para detecção imediata de inadimplência de pagamentos nos processos de parcelamento, com vistas a agilizar o prosseguimento dos processos de cobrança dos créditos da previdência social e adoção de providências a fim de que seja evitada a morosidade nos processos de parcelamento de débitos já deferidos).

Em atendimento às solicitações foram enviadas a esta Secretaria as seguintes informações:

Item 8.1:

- a) ausência de comprovante do recolhimento das parcelas 17 a 30 de débitos recebidos nos autos do Processo DEBCAD n.º 31.583.798-5 – TABA Transportes Aéreos Regionais da Bacia Amazônica S/A, bem como divergências entre os valores relacionados no controle das parcelas e os existentes do próprio sistema informatizado.

O crédito n.º 31.583.798-5 foi rescindido em 14.10.96, encontrando-se atualmente penhorado;

- b) Divergências quanto aos valores da quitação do crédito n.º 32.497.237-7 – Transbrasil S/A Linhas Aéreas.

A divergência refere-se ao pagamento com redução de 50% da multa para pagamento em 22/09/98, de acordo com a Lei n.º 9.711, de 20/11/1998. A liquidação se deu por meio de Contrato de Confissão de Dívida, Transação – Pagamento e Outras Avenças entre a União e a empresa em questão, sendo Interveniante – Anuente, entre outros, o INSS.

Item 8.2:

- a) Aplicar sanções à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em face da aceitação de CND falsificada.

O Instituto emitiu parecer técnico informando da inviabilidade de aplicação das sanções devidas.

- b) Adote providências no sentido de serem aplicadas à Viação Aérea São Paulo S/A as sanções previstas nos art. 92 e 95, § 2º, da Lei n.º 8.212/91, em face do disposto na alínea “j” do art. 95 da mesma Lei (obter ou tentar, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social ou de suas entidades, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, contratação, imitação, alteração ardilosa, falsificação ou qualquer outro meio fraudulento).

Em face da nova redação dada ao art. 95, mediante o art. 3º da Lei 9.983/2000, a Divisão de Auditoria em Procuradoria concluiu que a Procuradoria deve fazer a notícia-crime ao Ministério Público, com base no Artigo 171 do Código Penal, o que deverá ser providenciado pela Gerência Executiva em São Paulo – Sul.

- c) Declare, formalmente, a inautenticidade da CND n.º 352612200-21610001.

A Coordenação de Arrecadação/INSS informou que foram tomadas todas as providências quanto à declaração de inautenticidade, tendo a Gerência Executiva enviado cópia da publicação ao TCU.

- d) Acrescentar no corpo da CND eletrônica a quem compete a obrigação de verificar a sua autenticidade.

O solicitado foi atendido plenamente.

- e) Remeta para a Procuradoria os processos de crédito previdenciário em fase de cobrança administrativa, tão logo ocorra o trânsito em julgado das decisões nele proferidas.

A Coordenação Geral de Auditoria/INSS informou que em não havendo pagamento ou pedido de parcelamento do débito, as normas de tramitação dos processos em âmbito administrativo determinam o comando de encaminhamento à Procuradoria tão logo ocorra o trânsito em julgado das decisões decorrentes da apresentação de Defesa e/ou Recurso, bem como pela falta de apresentação das mesmas. Informou, ainda, que somente no período de janeiro a junho de 2001 foram encaminhados 21.900 processos de débito à Procuradoria para Cobrança Judicial, valor correspondente a 4,2 bilhões de reais. A existência de alguns processos com crítica no encaminhamento estão em fase de ajustes junto à DATAPREV e Procuradoria Geral do INSS.

- f) Adote procedimentos para detecção imediata de inadimplência de pagamentos nos processos de parcelamento, com vistas a agilizar o prosseguimento dos processos de cobrança dos créditos da previdência social.

É meta para 2001 arrecadar 2,227 bilhões com parcelamentos convencionais e alcançar 90% de adimplência, conforme informou a Auditoria Geral do INSS.

- g) Evite a morosidade nos processos de parcelamento de débitos já deferidos.

Tanto a Diretoria de Arrecadação como a DATAPREV estão empenhados no desenvolvimento de sistemas a fim de implementar as novas modalidades de parcelamento em decorrência das constantes mudanças de legislação, a fim de evitar a morosidade na concessão de parcelamentos. Informou, também, que houve um aumento de mais 30 servidores na área de gerenciamento dos processos de débitos/parcelamento e acompanhamento dos sistemas informatizados.

- h) Suspender a cobrança dos valores relativos às NFLD n.º 32.593.915-2 e 32.711.153-4.

A cobrança está suspensa em âmbito administrativo, aguardando refiscalização da empresa.

- i) Proceda à imediata refiscalização da empresa VARIG S/A para apuração do montante efetivamente devido em relação aos fatos geradores das NFLD n.º 32.593.915-2 e 32.711.153-4, sem prejuízo de refiscalização nos termos sugeridos pela Comissão de Inquérito.

Mediante o Memorando INSS/DIRAR/CGFISC n.º 305, de 22/06/2001, a Coordenação de Gerenciamento de Ação Fiscal/DIRAR informou que foi iniciada a refiscalização da empresa VARIG S/A em 16.02.2001 pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta/INSS/DIRAR/PEOGER n.º 001, de 08/02/2001, com término previsto para dezembro/2001.

- j) Caso o parecer da Consultoria Jurídica da Procuradoria-Geral do INSS sobre a NFLD n.º 32.707.983-5, emitido em resposta à consulta formulada pela Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar (Portaria/INSS/AUD.REGIONAL III/N.º 76, de 28/02/2000), seja contrário ao cancelamento da referida

notificação, proceda a imediata anulação do ato que cancelou esta NFLD, adotando-se os procedimentos necessários à sua cobrança e informando àquele Tribunal as medidas tomadas.

Em diligência junto ao setor de apoio da Procuradoria Geral do INSS não foi localizado expediente referente ao assunto, motivo pelo qual o processo continua baixado nos sistemas informatizados.

Em 04/03/2002, foi realizada diligências junto ao INSS, SA N.º 087911-08, em que foram solicitadas informações complementares sobre o assunto em pauta.

Justificativa do Gestor: O INSS encaminhou o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 487, de 1/04/2002, tendo, em anexo, o Memorando n.º 038/INSS/DIRAR, de 26/03/2002, com as seguintes informações:

Item 8.2, alínea “a” - informa que a Coordenação-Geral de Fiscalização, por meio do Memorando-Circular n.º14/DIRAR/CGFISC, de 13/03/2002, institui ação fiscal coordenada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nos termos da Ordem de Serviço INSS/DAF n.º 190, de 17/08/1998.

Item 8.2, alínea “b” - foram reiteradas as providências à Gerência-Executiva São Paulo - Sul no sentido de que a Procuradoria daquela Gerência encaminhasse a solicitada notícia-crime ao Ministério Público.

Item 8.2, alínea “i” - informa que o processo de refiscalização da empresa VARIG S.A foi concluído no dia 15 deste mês, estando seu relatório final em fase de exame para adoção das providências necessárias.

Quanto ao restante das questões levantadas, entendem que não há mais o que informar, considerando como satisfatórias as providências informadas anteriormente.

I) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 202, de 26/10/2001 – INSS E CONTAG

Assunto: Análise de aspectos do convênio celebrado, em 06/04/1999, entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, no que tange a denúncia de fraudes ocorridas na Previdência com benefícios da área rural, pela emissão de certidões falsas de exercício de atividade no meio rural.

Foi recomendado que fosse revisto o disposto na letra “a” do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Convênio, uma vez que há necessidade de comprovação, por documento, da autorização para o desconto de mensalidades dos Associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais legalmente reconhecidos, filiados à CONTAG, o que vem sendo processado por meio magnético, conforme prevê o Termo de Convênio. Até a presente data não foi implantada a presente recomendação.

Foi solicitado ao INSS, por meio da SA N.º 03/0883002001, de 28/12/2001, informar sobre a implementação da recomendação e sobre os trabalhos de auditoria propostos.

Justificativa do Gestor: O gestor respondeu o seguinte: *“Informamos que no dia 24/04/2002, iniciou-se os trabalhos para revisão dos termos do convênio INSS/CONTAG. Dia 13/05/2002 avaliou-se as propostas. Agendado nova reunião na 1ª quinzena de junho/2002 para conclusão”. Além disso, informou também que: “a partir das ações de auditoria realizadas em 2001 e evidências externas, estamos concluindo dossiê a ser enviado aos setores competentes destes Instituto com vista a ações corretivas e preventivas, bem como o aprimoramento do controle do processo gerencial no que diz respeito a benefícios rurais” (Memorando INSS/AUDGER nº 00138 de 17/05/2002).*

m) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 229, de 27/11/2001 – Contrato Emergencial CTIS

Assunto: Análise da contratação emergencial de serviços terceirizados junto à CTIS Informática Ltda. (Processo n.º 35000.002359/2001-79 - Contrato n.º 88/2001), para a execução de atividades de recepção e supervisão/encarregado de atendimento, nas Agências da Previdência Social do INSS, em todo o território nacional, visando a continuidade do Projeto Básico do Programa de Melhoria do Atendimento Previdenciário, abrangendo, inclusive, a identificação de perfis, recrutamento e seleção dos prestadores de serviços.

A referida contratação, pelo prazo de 180 dias, no valor global de R\$36.598.632,00, se deu em substituição ao Contrato n.º 24, de 19/08/98, celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília - FUB/UNB (Proc. N.º 35000.006136/98-59), expirado em 18.08.2001. Ressalte-se o fato que a prestação dos serviços em questão vinham sendo mantidos com a FUB, que por não ter estatutariamente esta atribuição, sub-rogou a contratação de mão-de-obra, objeto do Contrato n.º 24/1998, à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC/UNB/Departamento de Engenharia, o que foi objeto da NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 19/2000, que considerou irregular a contratação, sem licitação, de serviços dessa natureza.

Outro fato relevante é o contingente de empregados. No Contrato n.º 24/98, figurou a contratação de 1.906 empregados. O Contrato n.º 88/2001, em substituição ao primeiro, contempla 2.821 empregados, com majoração em 18,82% do salário pago no primeiro contrato ao supervisor/encarregado de atendimento (de R\$1.094,00 para R\$1.300,00), bem como com mudança no perfil dos contratados. Fatos estes que caracterizam irregularidades, uma vez que, em decisão proferida pelo TCU, a contratação de pessoal efetivada pelo Contrato n.º 24/1998 foi questionada por estar em desacordo com os ditames da Lei n.º 8.666/93.

É importante destacar que o INSS mantém outro contrato com a CTIS, com a intermediação da UNESCO, tendo por objeto a prestação de serviços de locação de mão-de-obra, com a mesma concepção do Contrato n.º 88/2001, ou seja, a de agilizar a prestação dos serviços prestados e proporcionar comodidade à clientela da Previdência Social. Entretanto, estabelecendo-se um comparativo entre as duas contratações em abordagem, vislumbra-se que os custos unitários cobrados, por empregado, pela mesma empresa, apresentam diferenças entre salários nominais de mesma equivalência.

Observa-se, nos autos, o espaço de tempo entre o término do Contrato n.º 24/1998 em 18/08/2001 e o início de vigência do Contrato n.º 88/2001 - emergencial - sem cobertura formal que dê respaldo à despesa no período, apesar de no Termo de Rescisão assinado com a FUB/UNB, constar que a Fundação manteria a prestação dos serviços, objeto do Contrato n.º 24/1998, até a conclusão dos trabalhos de seleção de Empresa do segmento de prestação de mão-de-obra terceirizada.

Recomendações:

- Rever as atribuições delegadas para as atividades de Recepção e Encarregado de Atendimento, de forma a verificar se as mesmas estão afetas a estrutura regimental do Instituto;
- Comprovada a real necessidade de recrutamento da mão-de-obra terceirizada e com vistas a melhor suprir as Agências da Previdência Social do INSS, observar a fixação do quantitativo ideal de servidores de cada unidade, a distribuição e a localização, levando em conta, inclusive, o contingente atual do Quadro efetivo, atentando-se para o prazo de 180 dias de vigência do contrato emergencial, para a contratação das atividades previstas no Decreto n.º 2.271 de 07/07/97, inseridas ao Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social; e
- Abertura de processo disciplinar com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa a contratação de pessoal sob o regime de terceirização, após a data de ciência de que os serviços de terceirização de mão-de-obra prestados pelo Contrato n.º 24/1998, haviam sido considerados de forma irregular, por não

guardar nexos com o enquadramento da despesa, com base no inciso XIII, do art. 24 da Lei de Licitações até o início de vigência do contrato emergencial.

Em 22/02/2002, foi encaminhado a esta Secretaria o Ofício n.º 51/2001 4ª SECEX, informando que foi solicitado ao INSS que:

- a) informações quanto à situação atual do Contrato n.º 24/98, Processo n.º 35000.006136/98-59 e medidas adotadas em virtude do contido no item 8.2 da Decisão n.º 154/200;
- b) toda documentação relativa à contratação da Empresa CTIS INFORMÁTICA LTDA, contrato n.º 88/2001, Processo n.º 35000002359200179, bem como a comprovação, no que couber, da adoção das formalidades previstas nos art. 26 e 28 da Lei 8.666/93; e
- c) toda documentação relativa à licitação em andamento visando a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de recepção/atendimento, bem como a comprovação, no que couber, da adoção das formalidades previstas nos art. 26 e 28 da Lei 8.666/93, tendo em vista a impossibilidade de prorrogação do contrato provisório firmado com a CTIS INFORMÁTICA LTDA, com vigência até 29/03/2002.

Justificativa do Gestor: Em resposta a Nota Técnica/DSPAS/SFC/MF N.º 229, de 27/11/2001, foi encaminhado o Ofício n.º 1300/GABINETE DIRETOR PRESIDENTE/INSS, de 12/12/2001, esclarecendo que:

- a) a Diretoria de Recursos Humanos já efetuou estudo no sentido do quantitativo ideal de serviços terceirizados que serão contratados na licitação na modalidade de pregão, cujo processo encontra-se na Procuradoria da Autarquia, para ser analisado e aprovado;
- b) a Diretoria de Recursos Humanos do INSS também já mandou todas as atribuições delegadas aos terceirizados da recepção e encarregados de atendimento;
- c) que já ficou comprovado que é necessário o recrutamento de mão-de-obra terceirizada para que o Programa e melhoria no Atendimento da Previdência Social – PMA não sofra descontinuidade, e para que isso não aconteça, é necessário a terceirização, uma vez que o órgão não dispõe de servidores suficientes para desenvolver tais atividades.
- d) informou ainda, que o INSS tomará todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica 229/2001, de 27/11/2001, estando em contato permanente com o TCU, que vem orientando passo a passo as medidas a serem implementadas.

Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o gestor posicionou-se da seguinte forma: “o relatório foi encaminhado a esta Corregedoria em 03.04.2002, sendo instaurado o Processo Administrativo Disciplinar através da Portaria INSS/AUDGER nº 34, de 06 de maio de 2002, publicada no BS nº 87, de 08 de maio de 2002” (Memorando INSS/AUDGER nº 00138 de 17/05/2002).

Comentário: Apesar da instauração do Processo Administrativo Disciplinar, ressaltamos que todo o processo de licitação para terceirização no INSS continua pendente de regularização, em função do tipo de terceirização pretendida pelo INSS, que envolve atividades exclusivas de servidor público, o que só poderia ser feita por meio de autorização legal ou pela realização de concurso público, buscando valorizar a carreira previdenciária, sendo esta solução a mais adequada dentro do contexto legal.

n) NOTA/DSPAS/SFC/MF N.º 249, de 10/12/2001 – CONTRATO INSS E CETEAD

Assunto: Análise do Processo n.º 44000.029441/98-02, alusivo ao Convênio s/n.º celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração – CETEAD, e Termos Aditivos, visando a realização de ações que possibilitem a implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária, atividade e serviços de capacitação e profissionalização no âmbito do Instituto, bem como implantação de programa de desenvolvimento gerencial integrado na busca de melhoria de qualidade da prestação de serviços; aumento do grau de satisfação do cliente e melhoria da capacitação dos recursos humanos do INSS.

“O investimento realizado pelo INSS no desenvolvimento do Sistema de Informações do Gerenciamento por Segmentação – SISG, no montante de R\$7.252.166,34, pagos ao CETEAD, não alcançou o êxito desejável em relação ao previsto no objeto do instrumento, haja vista as dificuldades operacionais na execução do projeto os quais poderiam ter sido previsíveis quando da elaboração de um Planejamento bem desenvolvido para o alcance de uma situação desejada que de um modo mais eficiente e efetivo, proporcionaria uma melhor concentração de esforços e recursos, e por estar interrompida sua manutenção desde janeiro/2001, revela que o produto gerado foi antieconômico para o Instituto ocasionando dano ao erário.”

No que tange aos aspectos legais sobre a formalização de convênios, observa-se o descumprimento aos seguintes preceitos legais: art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, artigos 23, 38 e 48 do Dec. 93.872/86, art. 1º da IN/STN/N.º 01/97, artigos 65 e 89 da Lei n.º 8.666/93 e art. 10, inciso XI da Lei n.º 9.429/92.

Foi solicitado que se proceda o imediato ressarcimento aos cofres do INSS do saldo, a comprovar, existente de R\$177.698,81, levado a crédito do CETEAD por intermédio do 3º Termo Aditivo ao Convênio, bem como a abertura de processo administrativo disciplinar com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa à prática do ato em desacordo com os preceitos legais, por frustrar os objetivos da licitação, visto que o caso em concreto não é daqueles que se vislumbra a real inconveniência da licitar, ferindo o preceito constitucional da isonomia.

O Instituto, por meio dos Ofícios INSS/DCPRES/N.º 1334, de 20/12/2002 e INSS/DCPES/N.º 31 de 07/01/2002, para 04 de janeiro de 2002 e 31 de janeiro de 2002, respectivamente, comunicou que com relação à recomendação do item 25, que determina a abertura de processo administrativo já havia determinação nesse sentido para a Auditoria-Geral. Quanto as demais recomendações os prazos de prorrogação venceram e não houve manifestação.

Por meio da SA 087911-08, de 04/03/2002, foi reiterado o pedido de informações.

Justificativa do Gestor: Em 01/04/2002, foi recebido o Ofício/INSS/DCGAB/N.º 487, informando que o processo alusivo ao convênio celebrado entre o INSS e CETEAD foi encaminhado, no dia 13/03/2002, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, depois de uma rápida passagem pela Consultoria Jurídica do MPAS, na mesma data. Contudo, o Ofício/INSS/AUDGER N.º 00094, de 03/04/2002, informou que o processo estará sendo instaurado em 15 de abril do corrente ano. Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o gestor informou que: *“o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado em 15 de abril de 2002, através da Portaria INSS/AUDGER nº 26 de 15 de abril de 2002, publicada no BS 78 da mesma data”* (Memorando INSS/AUDGER nº 00138 de 17/05/2002).

O assunto será tratado em item específico desse relatório, na área de Avaliação da Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços.

o) OFÍCIOS/DSPAS/N.º 7.119 e 7.120, de 17.09.01 – INSS/BRADIV

Assunto: Análise do Contrato n.º 17/97 – INSS/BRADIV – Ref. Concorrência 003/97. (Proc. 35000.004818/97-37) relativo à execução dos serviços de instalação de

divisórias, incluindo o fornecimento, remanejamento, remoção e montagem de divisórias, confecção e desmontagem de armários e divisórias, nas Unidades do INSS do DF, com transporte de materiais às expensas da empresa contratada(R\$3.200.000,00).

O Ofício n.º 121/INSS/PROCGER, de 11/10/01 – informou que o processo 35000.004818/97-37 foi encaminhado pela Comissão de Inquérito ao Exmº. Sr. Advogado Geral da União, para decisão, tendo em vista o determinado sobrestamento dos trabalhos do referido Processo Administrativo Disciplinar, em face da superveniência da MP 2150-41 de 27/07/01, Publicada no DOU 1444 – AE de 28/07/01 que circulou em 30/07/01, que altera a competência para a instauração de Comissão de Inquérito quando envolve Procuradores, cabendo à Advogacia-Geral da União.

Por meio do OFÍCIO n.º 130/PG/INSS, de 07/10/2001, ambos do Procurador-Geral do INSS, foi dada ciência a esta SFC que o processo em tela foi encaminhado através do Aviso n.º 907/AGU/CG/2001, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, para decisão, por ter sido firmado entendimento da não aplicabilidade do artigo 75 da Medida Provisória supracitada.

A SA N.º03/883002001, de 28/12/2001, solicitou ao INSS informar as providências adotadas pela Procuradoria Geral do INSS, com vistas à apuração de responsabilidade de Procuradores Federais envolvidos nas irregularidades verificadas no alusivo contrato.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício/INSS/AUDGER N.º 00094, de 03/04/2002, foi informado que o processo foi instaurado pela Corregedoria, e encontra-se em fase final de instrução.

p) OFÍCIO N.º 2792/DSPAS/SFC/MF, de 25/04/2001 Processo seletivo para contratação na GE -Santa Maria/RS

Assunto: Publicação no Diário Oficial n.º 77, de 20/04/2001, seção 3, páginas 10 e 11, divulgação, por parte da Gerência Executiva em Santa Maria/RS, de processo seletivo simplificado para formação do quadro de reserva de prestadores de serviços, em regime de contratação temporária, com base nas leis n.º 8.620, de 05/01/93, e 9.032, de 28/04/95.

Justificativa do Gestor: Em atenção à solicitação de esclarecimentos feita por meio do Ofício n.º 2.792/DSPAS/SFC/MF, de 25/04/2001, o INSS mediante o Ofício n.º 001/INSSPROCGER, de 14/01/2002, encaminhou a NOTA/CJ/N.º 628/2001 e Nota Técnica CGC n.º 825/99, ambas tratando de contratação temporária prevista pelas Leis n.º 8620/93 e 9032/95. Contudo, através do Ofício n.º 850/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, entendemos que não houve resposta ao nosso questionamento, por parte dessa Procuradoria Geral, conforme foi sugerida pela Consultoria Jurídica do MPAS, na mencionada Nota n.º 628/2001, qual seja, se o Instituto à época da publicação no DOU de 20 de abril de 2001, do ato destinado à realização de processo seletivo simplificado para formação do quadro de reserva de prestadores de serviços, em regime de contratação temporária, estava ou não respaldado nas Leis n.º 8.620, de 05/01/93 e Lei n.º 9.032, de 28/04/95, para realizar as pretendidas contratações, haja vista entendermos não haver mais eficácia em tais diplomas legais para a realização do citado pleito àquela data (grifamos).

q) Nota Técnica n.º 026/2002/ DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 07/02/2002 – Relatório da KPMG Consulting e Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 14, de 13/06/2001 sobre Segurança de Sistemas

Assunto: Contratação da KPMG Consulting para diagnosticar a situação atual das questões relacionadas à segurança de sistemas no contexto das ações de implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A empresa apresentou recomendações de curto prazo para as vulnerabilidades dos sistemas em nível de segurança física e lógica, de recursos de software e hardware, de recursos humanos e administrativos, de fidedignidade das informações, segurança de comunicação e redes, gerenciamento do banco de dados,

confidencialidade, aderência a normas e padrões, eficiência, eficácia, economicidade e qualidade.

Justificativa do Gestor: O assunto encontra-se melhor detalhado na subárea Controles Internos do assunto Gerenciamento Eletrônico de Informações deste relatório.

Controles Internos

Atuação da Auditoria Interna

1.2.1 - INFORMAÇÃO: Ações da Auditoria Interna

A entidade encaminhou, por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00050, de 21/02/2002, o seu relatório de gestão da Auditoria Interna. Nele foi comentado que a Auditoria-Geral desenvolveu ações direcionadas à implementação dos princípios contemplados no novo modelo de auditoria desenhado pela Consultoria KPMG. Para tanto, procuraram redirecionar seu foco para a causa dos problemas buscando uma perspectiva de atuação mais preventiva. Para realizar essas atividades despendeu o valor de R\$ 7.265.363,29 entre serviços relacionados à manutenção de auditoria, supervisão, convocação e comissão de inquérito. Constatamos uma evolução das ações no sentido de criar um ambiente preventivo, com destaque para os trabalhos piloto da Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria, que com certeza agregará valor à gestão dessas áreas, aprimorando os processos gerenciais e os mecanismos de controle. As principais constatações nos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna estão relacionados à necessidade de aprimoramentos quantos aos aspectos metodológicos e de estratégia de ação.

1.2.2 - INFORMAÇÃO: Ações de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria

No tocante à área de arrecadação e procuradoria, o Relatório de Gestão da Auditoria Interna comentou que a área procurou, de acordo com o PAAAI/2001, “elaborar um planejamento condizente com o planejamento estratégico da Instituição, visto que, face a baixa existência e total falta de cultura de controle interno na gestão, as atividades programadas objetivaram resultados tendentes a recomendações de um conjunto de providências a serem tomadas pelos gestores das várias unidades da administração, a fim de que o futuro seja diferente do passado...” (Relatório de Gestão pg. 16).

A metodologia empregada pela auditoria foi a de análise baseada no risco, destacando os setores mais críticos. As atividades foram concentradas na prevenção, em especial em dois projetos pilotos: a) estudo no processo de emissão da Certidão Negativa de Débito (CND) e b) ação de auditoria no processo “Planejamento, Execução e Gerenciamento do Resultado da Ação Fiscal”. Além disso, a área efetuou diversas atividades de natureza estratégica junto à Força Tarefa (Ministério Público Federal, Polícia Federal, INSS) objetivando subsidiar ações de combate à fraude e corrupção no INSS.

Em 1999 não houve missões na área em decorrência de sua reestruturação administrativa. Em 2000 foram analisados 51 processos, detectadas 146 disfunções e emitidas 133 recomendações, além de 38 ações extraordinárias terem sido realizadas com detecção de 22 disfunções e emissão de 133 recomendações. Para 2001, foram planejadas 176 ações de auditoria e realizadas 116 (79 ordinárias e 37 extraordinárias) representando 65% da meta. As extraordinárias representaram 47% das ordinárias. Sessenta e três foram os processos analisados e 169 os aspectos observados. Na área de arrecadação foram abordados: a) análise de processos, b) ação fiscal, c) CND, d) regularização de obra; e) restituição; f) parcelamento com mais de 3 parcelas em atraso; g) NFLD; h) planejamento de ação fiscal; i) cobrança de grandes devedores; j) parcelamento e l) créditos diversos. Na área de procuradoria foram abordados: a) dívida ativa, b) parcelamento judicial, c) precatório (controle e cálculos), d) cobrança judicial, e) operação do contencioso e f) procedimento de cobrança de

grandes devedores. Foram elaboradas 288 recomendações, sendo 140 regularizadas (48%) e 148 pendentes (52%). Não houve comentários sobre indicativos de economicidade.

1.2.3 - INFORMAÇÃO: Ações da Auditoria em Benefícios

No tocante à área de benefícios, a entidade alcançou alguns resultados, os quais encontram-se relatados no Relatório de Gestão, que incluem a implementação de 42,43% do total de missões programadas com um aporte financeiro total da ordem de R\$ 1.223.617,93 (R\$ 101.968,16 mensais). Ainda em conformidade com o Relatório, a economia mensal para o Instituto foi da ordem de R\$ 2.377.168,20 com um custo equivalente a 4,28% desta economia mensal. Ressaltou-se, contudo, que o desempenho da área foi impactado pela greve nas Agências da Previdência Social ocorrida no segundo semestre de 2001.

Auditorias em Benefícios – Evolução das Irregularidades e Economias

Situação Brasil

Exercício	Irregularidades		Economias (R\$)	
	<i>Fraudes</i>	<i>Erros</i>	<i>Mensal</i>	<i>Anual</i>
1999	6.257	2.160	4.843.652,24	38.107.799,76
2000	4.092	3.278	7.734.201,88	83.455.957,46
2001	2.507	327	2.377.168,20	-

Fonte: Relatórios de Gestão 1999, 2000 e 2001.

Ademais, a maioria das irregularidades detectadas na concessão e manutenção de benefícios ocorreu na área urbana, com destaque para Aposentadoria por Tempo de Serviço (40,33% do total de irregularidades). Na área rural destaque para a Aposentadoria por Idade (24,91%).

Por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 0072, de 08/03/2002, a Auditoria-Geral encaminhou diversos relatórios das principais missões implementadas no ano de 2001, no âmbito das Regionais no tocante à área de benefícios, complementando o RAAAI. A despeito da heterogeneidade de relatórios e da ausência de comentários da Auditoria-Geral, esta Secretaria procurou analisar enfocando a metodologia e os procedimentos empregados, além dos resultados efetivos com as respectivas implementações. Para os trabalhos realizados pela Divisão de Auditoria em Benefícios, destacamos o seguinte:

Na Auditoria Regional I – RS

Os relatórios informaram que foram repassadas orientações sobre o Roteiro Básico da Ordem de Serviço Conjunta INSS/AUD/PG/DSS nº 43/96, combinada com o artigo 179 do Decreto nº 3.048/99 e com o Memorando-Circular/Conjunto/INSS/PR/Div SS./Aud. Est./Proc. Est/Div. de Arrec. e Fisc. nº 01/99, além de auxílio na resolução de problemas referentes a dúvidas nos processos administrativos de apuração de irregularidades da área de Benefícios. Para tanto, foram realizadas reuniões nas Gerências Executivas em Curitiba/PR, Blumenau/SC, Criciúma/SC, Florianópolis/SC, Cascavel/PR, Londrina/PR, Maringá/PR e Ponta Grossa/PR contemplando a participação de servidores de agências próximas e unidades avançadas de atendimento. Foram treinados, nas Gerências supracitadas, um quantitativo de 129 servidores. Durante a apresentação do Roteiro Básico supracitado, de acordo com os relatórios de auditoria encaminhados, os servidores fizeram diversos questionamentos, os quais se encontram relatados nos documentos finais. Tendo analisado os Relatórios da Auditoria Regional de Benefícios - RS, constatamos que os trabalhos limitaram-se a realização

de treinamento dos servidores da área de benefício, não evidenciamos análise, avaliação e acompanhamento das ações de controle das áreas auditadas, que é o papel principal da auditoria interna. Ressalte-se que ação dessa natureza confundiu-se com o papel do RH e Diretoria de Benefício.

Após a leitura de versão preliminar deste Relatório, o gestor teceu comentários sobre a questão, os quais relatamos a seguir: *“quanto às ações desenvolvidas pela Auditoria Regional I – RS, as mesmas fazem parte da estratégia de disseminar a cultura do controle interno nas Gerências Executivas, bem como, minimizar a ocorrência de irregularidades. Outrossim, informamos que estamos solicitando àquela Regional, relatórios em que evidenciem as análises e avaliações das ações executadas em conjunto com as Gerências Executivas”* (Memorando INSS/AUDGER nº 00138de 17/05/2002). Contudo, mantemos nosso posicionamento inicial no sentido de que o papel da auditoria é o de avaliar os controles internos e apontar as fragilidades e as necessidades de treinamento fundamentado no princípio da segregação de funções, evitando assim a co-gestão.

O gestor continuou comentando a questão da padronização dos relatórios: *“com relação à heterogeneidade de relatórios de auditoria e padronização das informações, informamos que estamos adotando medidas com vista a tornar homogêneo os procedimentos, conforme previsto no PAAAI/2002. Informamos, ainda, que nesse sentido, está em desenvolvimento na Auditoria-Geral o Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria – SIGA, que também proporcionará o acompanhamento e a visualização, a qualquer momento, de todas as Ações de Auditoria planejadas, programadas e em execução”* (Memorando INSS/AUDGER nº 00138de 17/05/2002).

Na Auditoria Regional II – SP

Dentre os relatórios encaminhados, constatamos que a maioria das ações possuíam caráter assistemático, fruto de demandas oriundas do GT instituído pela PT/MPAS/GM nº 3.700/2000. Algumas eram provenientes de denúncias anônimas.

Entre as dificuldades, destacam-se i) a questão de pessoal reduzido, que ensejou o remanejamento de pessoal de outras regionais; ii) protocolização lenta dos processos; iii) dificuldades no encaminhamento dos processos para defesa dos acusados; iv) não-encaminhamento das correspondências aos segurados (os três últimos relatados no Memo INSS/Audben n.º 203, de 27/04/2001).

Entre as constatações, destacam-se: i) problemas com os controles de arquivamento (Memo INSS/Audben n.º 206, de 25/05/2001); ii) fraudes com CNIS e GFIP (Relatório Parcial de Piracicaba/SP em 12/6/2001); iii) irregularidades na concessão de benefícios mediante conluio entre servidores e “procuradores” de beneficiados (fruto de denúncia anônima – Relatório 211002/E/005/01, de 9/10/2001).

Entre os resultados, destacam-se: i) a modificação em rotinas de trabalhos (fruto da denúncia anônima) e ii) suspensão de 162 benefícios gerando uma economia mensal de R\$ 147.931,00 que correspondem a 821,33 salários-mínimos e mais o montante de R\$ 5.905.561,98 em face do recebimento indevido que deverá retornar aos cofres da Previdência Social (Relatório Parcial s/n de 20/12/01).

Na Auditoria Regional III – RJ

Dentre os relatórios encaminhados, constatamos que a maioria das ações possuíam caráter assistemático, derivados de denúncias advindas do auditor estadual (no caso Guarapari/ES) e do supervisor de benefícios da agência que constatou haver 4 beneficiários com um mesmo procurador (no caso de Bom Jesus do Itabapoana/RJ) ou de denúncias anônimas (no caso Volta Redonda/RJ).

Entre as dificuldades, destacam-se i) a questão de pessoal reduzido, que ensejou o remanejamento de pessoal de outras regionais; ii) dificuldades para a obtenção de documentos (na APS Guarapari/ES);

Entre as constatações, destacam-se: i) endereços fictícios de beneficiários (na APS Guarapari/ES, que ensejaram a expedição de editais de convocação); ii) requerimentos sem assinatura, processos sem numeração de folhas, ausência de homologação, processos sem confere com o original e processos não localizados (na APS Bom Jesus do Itabapoana/RJ, na GEX Volta Redonda/RJ).

Na Auditoria Regional IV – BA

Dentre os relatórios encaminhados, constatamos que as ações resultavam de operações ordinárias (contempladas no PAAAI), como no caso de Salvador, Sergipe (Estância), Além Paraíba (MG), Paulo Afonso/BA, Jequié/BA e Belo Horizonte, e denúncias Uberlândia/MG e Irecê/BA).

Entre as constatações, destacam-se: i) erros administrativos e fraudes (Itabuna/BA); ii) obtenção de listagem de servidores que praticaram concessão de benefícios irregulares (Itabuna/BA); iii) denúncia contra médico credenciado (Itabuna/BA); iv) agenciamento (Minas Gerais).

Na Auditoria Regional V – PE

Dentre os relatórios encaminhados, constatamos que as ações resultavam de operações ordinárias (contempladas no PAAAI) e de denúncias.

Entre as constatações, destacam-se: i) problemas com segregação de funções (Mossoró/RN e Acopira/CE); ii) envolvimento de sindicatos rurais e trabalhadores na concessão fraudulenta de benefícios irregulares (Acopira/CE e Juazeiro do Norte/CE); iii) fraudes desenvolvidas por servidores da autarquia sobre os aplicativos (Pedro II/MA); iv) agenciamento (Minas Gerais).

Na Auditoria Regional VI – DF

Dentre os relatórios encaminhados, constatamos que as ações resultavam de operações ordinárias (contempladas no PAAAI) e de denúncias.

Entre as constatações, destacam-se: i) fraudes com servidores (Macapá/AP); ii) falta de experiência e infra-estrutura (Macapá/AP); iii) possibilidade de estrangeiros (colombianos e peruanos) estarem recebendo benefícios (Benjamim Constant/AM); iv) irregularidades em benefícios indígenas (Benjamim Constant/AM).

1.2.4 - INFORMAÇÃO: Ações de Auditoria de Benefícios por Incapacidade

Ainda no mesmo Ofício INSS/AUDGER n.º 0072, de 08/03/2002, a Auditoria-Geral encaminhou outros relatórios de algumas das principais missões implementadas no ano de 2001, no tocante à área de benefícios, destacados apenas os benefícios por incapacidade. A avaliação dos Relatórios da Auditoria de Benefícios por Incapacidade ficou prejudicada pela falta de informações específicas detalhadas e de uma padronização de metodologia dos relatórios pelas regionais. Dos trabalhos realizados pela Divisão de Auditoria em Benefícios por Incapacidade, destacamos o seguinte:

Auditoria Regional I - RS

Os relatórios encaminhados pela Auditoria de Benefícios por Incapacidade estão divididos em Gerências Executivas: Porto Alegre, Blumenau, Florianópolis, Canoas, Nova Hamburgo, Caxias do Sul, Maringá e Londrina. Foram analisados os indicadores do BMD2, SISBEN (Plenus) e SINTESE. Os seguintes indicadores foram utilizados pela equipe: TMPM -

Tempo Médio de Perícia Médica; TPI - Tempo Médio de Permanência em Benefício por Incapacidade; ICAN - Índice de Cessação de AxN; IEC - Índice de Exames Complementares; ILI - Índice de Limite Indefinido; DTI - Distribuição no Tempo dos Benefícios por Incapacidade; e DTA - Distribuição dos Tempos de Duração do Auxílio-Doença por Ação da Perícia Médica.

Algumas das principais recomendações, dentre outras, são: a) notificar o DETRAN nos casos de benefícios de motoristas profissionais; b) diminuir o TMPM; c) reciclar os peritos, principalmente, em CID's ortopédicos e psiquiátricos; d) aplicação de auto avaliações pelo QUALITEC; e e) preencher, na CPM, o campo "justificativa do parecer".

Auditoria Regional II – SP

Foram realizadas ações e análises dos Sistemas conforme o Plano de Ação de 2001 - Divisão de Auditoria em Benefícios por Incapacidade, onde constatou-se irregularidades na concessão de benefícios na Gerência Executiva de Sorocaba, APS - Agência da Previdência Social - Sorocaba, indicando a habilitação de benefícios nos dias de sábado e domingo, tendo como justificativa o acúmulo de serviço e número excessivo de atendimento a segurados em face da greve que lá aconteceu.

Por meio dos relatórios extraídos do PRISMA e a pré-análise da concessão de benefícios (espécie 31 - auxílio-doença, 32 - aposentadoria por invalidez, 91 - auxílio-doença por acidente do trabalho e 92 - aposentadoria por invalidez /acidente do trabalho) ficaram constatadas as seguintes irregularidades, dentre outras: a) recuo da DII; b) DRD's superiores a 45 dias; c) não observância da IN n.º 20, de 18 de maio de 2000, ou seja, benefícios sem consulta prévia ao CNIS.

Como consequência foi sugerido que sejam efetuados trabalhos de prevenção e uma maior atuação da Divisão de Auditoria em Benefício por Incapacidade naquela Gerência Executiva.

Auditoria Regional III – RJ

As seguintes missões de auditoria foram realizadas pela Regional III - RJ:

i) Auditorias Ordinárias: a) APS Cachoeiro de Itapemirim - Relatório de Auditoria Ordinária/2001, tendo como objetivo análise das espécie 87 - amparo social a pessoa portadora de deficiência, 31 - auxílio-doença e 32 - aposentadoria por invalidez; identificação de procedimentos normais, erros e/ou fraudes; qualificação da perícia médica, verificação de conformidade legal na concessão/manutenção de benefício; e apurar irregularidades nos processos concessórios; b) APS Volta Redonda – Relatório de Auditoria Ordinária n.º 05/2001; c) APS Itaboraí/Niterói - Relatório de Auditoria Ordinária n.º 003/2001; d) APS Presidente Vargas, Gerência Executiva Centro, Relatório de Auditoria n.º 02/2001; e) APS Centro/RJ convênio - Relatório de Auditoria Ordinária n.º 0001/2001; e f) APS Macaé/RJ - Relatório de Auditoria Ordinária n.º 04/2001.

ii) Missões extraordinárias: a) APS Volta Redonda/RJ - Relatório de Auditoria Extraordinária n.º 03/2001; e b) APS Guarus – Campos dos Goytacazes/RJ - Relatório de Auditoria Extraordinária n.º 04/2001.

Auditoria Regional IV – BA

Os trabalhos apresentados pela Auditoria da Regional foram assim distribuídos:

i) Auditoria Ordinária: a) trabalho para apuração de denúncias contra médico credenciado - Salinas/MG; b) missão ordinária em Estância/SE, benefícios espécies 21 - Pensão por morte, 31 - auxílio-doença, 41 - aposentadoria por idade e 42 - aposentadoria por tempo de serviço, que após o levantamento dos dados a AUDBEN limitou-se aos benefícios de espécie 31 - auxílio-doença. A seleção foi aleatória, perfazendo o total de 21 beneficiários

convocados para avaliação médico pericial, sendo que, deste total 17 compareceram. Após a realização dos trabalhos a conclusão foi de que há 76,5% de concordância com as conclusões médico-periciais da APS e da junta médica AUDBEN e 23,5% de discordância; c) ação Conjunta de Auditoria em Benefício por Incapacidade, atendendo denúncia de irregularidades (espécies 31 - auxílio-doença, 32 - aposentadoria por invalidez, 91 - auxílio-doença por acidente do trabalho e 92 - aposentadoria por invalidez(acidente de trabalho), foram selecionados segurados por indicação direta e por amostragem a partir de listagem fornecida pela DATAPREV, para serem submetidos à avaliação médico-pericial. Do total de 109 convocados, 61 apresentou ausência de incapacidade, 47 a existência da incapacidade e 01 não completou a avaliação. Quanto ao ato concessório 82 foram regulares, 21 irregulares e 06 estão na fase de avaliação. Verificou-se as seguintes irregularidades: i) elevado índice de desempregados; ii) diagnóstico de psicose não orgânica não especificada; iii) não concordância com o diagnóstico da AUDBEN e da perícia médica local; e iv) elevado número de atestados e relatórios de médicos assistentes (psiquiatras) de algumas instituições; e d) relatório n.º 02/AUDBEN/2001, subsídio a Missão Ordinária de benefício 42 - aposentadoria por tempo de serviço, apuração de aposentadoria a trabalhadores da EMBASA nas cidades de Jequié e Jaguaquara - BA. Após os trabalhos realizados foi solicitado a GBENIN da Bahia revisão analítica dos Benefícios de espécie 42 - aposentadoria por tempo de serviço, concedidos nos últimos 2(dois) anos, que contenham laudos técnicos ambientais, exposição a agentes nocivos à saúde em caráter habitual e permanente, de empregados da EMBASA.

ii) Auditoria extraordinária atendendo Ofício n.º 1670/2001 - Polícia Federal Bahia, verificação de informações da situação de benefícios da espécie 87 - Amparo social a pessoa portadora de deficiência.

Auditoria Regional V – PE

Foram realizadas auditorias nas seguintes Unidades de Referência de Reabilitação Profissional - URRP: Fortaleza - CE, João Pessoa - PB, São Luís - MA, Natal - RN, Recife - PE e Maceió - AL, com o objetivo de conhecer as condições de trabalho da unidade, seu funcionamento, controles internos, grau de envolvimento dos servidores, identificação dos pontos críticos e avaliação da produtividade. A metodologia aplicada foi: a) verificação "IN LOCO"; b) aplicação de questionários; e c) exame físico de documentos. Após a realização dos trabalhos, foram apresentados os seguintes aspectos relevantes a considerar para todas as URRP, dentre outros: a) descumprimento da rotina de recepção e registro e normativos em vigor; b) falta de controle dos dados estatísticos e número de atendimento; c) falta de articulação com a comunidade para captação de recursos para profissionalização e elevação da escolaridade, readaptação de função, reemprego, tratamento especializado especial no que se relaciona a recursos profissionalizantes; d) falta de alimentação adequada no Sistema de Reabilitação Profissional; e e) deficiência da atuação da chefia no gerenciamento das atividades e dos resultados.

i) Auditoria Ordinária: a) Gerência Executiva de Fortaleza, nas APS's: Fortaleza Centro, Fortaleza Jangada, Fortaleza Messejana e Fortaleza Sul; b) Gerência Executiva João Pessoa, APS Bela Vista, Centro e Alecrim; c) Gerência Executiva Teresina, APS's: Teresina Centro, Teresina Leste, Teresina Sul e URRP. A metodologia empregada foi a de análise de relatórios do sistema PRISMA, SINTESE e da DATAPREV, amostragem de benefícios a serem analisados "IN LOCO", estudo do Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional – BERP comparando com o SRP – Sistema de Reabilitação Profissional (caso da URRP Teresina); d) Gerência Executiva Campina Grande, APS CG - Catolé e APS Floriano Peixoto; e) pólo de Aposentadoria Especial da GBENIN Recife - PE, foram analisados relatórios da DATAPREV, espécies 42 - aposentadoria por tempo de serviço e 46 - aposentadoria especial, despacho 10 - concessão com conversão de tempo de serviço de atividade insalubre, período de concessão agosto de 1999 a março de 2001, realizada pesquisa no sistema corporativo e definição da amostra, a partir dos relatórios da DATAPREV, com os seguintes pontos: i) segurado com

vínculo empregatício com benefícios da espécie 42- aposentadoria por tempo de serviço e 46 - aposentadoria especial e despacho 10 - concessão com conversão de tempo de serviço de atividade insalubre; ii) renda mensal superior a R\$ 800,00; iii) não identificação do CGC empregador ou CPF; e iv) segurados sem vínculos com empresas; e f) Gerência Executiva de Recife, APS Corredor do Bispo, espécie 87 - Amparo social a pessoa portadora de deficiência, 31 - auxílio-doença e 32 - aposentadoria por invalidez, total de amostras analisadas 93 e com suspeita de irregularidades 11.

ii) Auditoria Extraordinária: a) Portaria 3700/00, AUDBEN/SP, análise de 43 processos; e b) Gerência Executiva São Luís, APS Tutóia - MA.

Após a finalização dos trabalhos, em seu Relatório Geral, a equipe de auditoria apontou os seguintes aspectos observados, em relação a todas as Unidades da Regional de Auditoria V - PE: a) os BERP contém mais dados que o SRP; b) são raras as coincidências dos dados entre o BERP e o SRP no período estudado; c) o dado “registrados” é o mais bem alimentado no SRP; d) o dado “avaliados” apresenta-se de forma semelhante ao “registrados”; e e) o dado “elegíveis” apresenta-se com as mesmas características dos anteriores; e d) o dado “reabilitados”, além de não coincidir com os BERP, não é alimentado adequadamente no SRP. Fatores determinantes: a) insuficiência de equipamentos em todas as Unidades; b) gerenciamento inadequado por parte das chefias das Unidades, bem assim dos servidores designados como responsáveis pelas atividades de recepção e registro; e c) descumprimento da rotina de recepção e registro por parte dos servidores responsáveis pelas atividades pertinentes.

Com base nessa situação, recomendamos que o gestor adote providências para implementar mecanismos de controle interno administrativo, de acordo com o disposto na IN SFC n.º 01/2001, de modo a possibilitar a exatidão dos processos gerenciais. Recomendamos, também, que a Auditoria-Geral adote providências visando padronizar e consolidar as informações encaminhadas à esta Secretaria, já que a falta de uniformização dificulta o estabelecimento de um critério comparativo de análise.

1.2.5 - INFORMAÇÃO: Ações de Auditoria em Gestão Interna

No tocante à área de gestão interna, de acordo com o Relatório de Gestão da Auditoria Interna, a metodologia empregada pela auditoria foi a de análise baseada no risco, com a utilização de técnicas de amostragem, precedida de pré-auditoria a partir de levantamentos de dados em sistemas informatizados.

O universo de atuação para o exercício contemplava R\$ 3.991.572.091,77 de créditos orçamentários para pessoal e R\$ 2.245.725.636,92, para administração (estimado). Foram auditados na área de recursos humanos os itens de ajuda de custos, diárias, indenização de transportes, declaração de bens e rendimentos e na área de logística, contratações de prestação de serviços continuados, PMA (Programa de Melhoria do Atendimento), aquisições mediante licitações, dispensas, inexigibilidade e suprimento de fundos e patrimônio imobiliário (extraordinária). Todos haviam sido previstos. Já os itens sentenças judiciais e gestão de RH a despeito de previstos não foram auditados. Foram planejadas 238 ações, tendo sido executadas 122 (51,26%). Gastou-se R\$ 199.973,63 em R\$ 575.020,92 planejadas (34,78%). Das ações executadas a maioria se deu na área de recursos humanos, seguida de logística e engenharia. Foram elaboradas 3.226 recomendações, tendo sido regularizadas 1.219 (37,79%) e estando 162 (5,02%) em análise e 1.845 (57,19%) pendentes. Das 100 Gerências Executivas, 69 foram auditadas. Comparando com exercícios anteriores, em 1999 foram realizadas 128 análises, detectadas 1.135 disfunções e efetuadas 802 recomendações; já em 2000 foram realizadas 4.574 análises, detectadas 822 disfunções e efetuadas 450 recomendações.

Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o gestor se posicionou da seguinte forma: *“informamos que na área de Gestão Interna, as anotações consignadas estão condizentes com a nossa realidade, exceto quanto à ausência de comentários sobre o impacto*

da greve dos servidores e as restrições orçamentárias, que influenciaram sobremaneira na execução das ações constantes do PAAAI/2001, principalmente em Gestão de Recursos Humanos” (Memorando INSS/AUDGER nº 00138de 17/05/2002).

1.2.6 - INFORMAÇÃO: Ações de Corregedoria

A Corregedoria analisou e emitiu parecer técnico quanto à pertinência da apuração de denúncia e representações relativas à atuação dos servidores e dirigentes do INSS, bem como coordenou, orientou e supervisionou as atividades das comissões de inquérito e sindicância. Além disso, realizou cadastramento de todos os processos no Sistema Informatizado de Acompanhamento de Inquérito – SABI. Para tanto, despendeu um valor de R\$ 3.340.586,47. Ao final do exercício, 660 processos haviam sido instaurados, 1142 ficaram em fase de apuração, 33 em fase de julgamento, 393 foram julgados, restando ainda 544 processos a serem instaurados. Dos processos julgados, 97 servidores foram demitidos, 09 foram tiveram suas aposentadorias cassadas, 64 foram suspensos, 77 foram advertidos e 146 tiveram os processos arquivados.

Estrutura, Organização e Métodos

1.2.7 - INFORMAÇÃO: Descentralização Administrativa

A entidade, após reforma administrativa iniciada em 1999, com a publicação do Decreto n.º 3.081, de 10/06/1999 e Portaria Ministerial n.º 6.247, de 28/12/1999, passou a ter uma estrutura organizacional descentralizada como forma de possibilitar maior autonomia e agilidade administrativa. Assim, o INSS deixou de ser composto por 26 Superintendências Estaduais para apenas 09 Superintendências e 100 Gerências Executivas, com 1.052 Agências e Unidades Avançadas de Atendimento mais 73 unidades móveis (99 terrestres e 4 aquáticas). As 100 Gerências passaram a desenvolver as atividades anteriormente desempenhadas pelas Superintendências. Contudo, essa reestruturação desencadeou problemas na gestão de atividades administrativas nas áreas de recursos humanos, logística, patrimônio em virtude da falta de capacitação dos servidores que atuam nessas áreas. Isso pode ser sentido nos problemas de gestão orçamentária e financeira que a existência de quase 1000 unidades gestoras ocasiona.

Dessa forma, passados cerca de dois anos do início de deflagração do processo, ainda não são palpáveis as melhorias advindas do novo modelo organizacional implementado. Ressalte-se que a Controladoria, órgão criado para aperfeiçoar o processo de planejamento das metas em consonância com as diretrizes dos programas de governo, monitorar as informações acerca dos resultados obtidos e criar condições necessárias ao processo de avaliação desses resultados, não produziu até o encerramento do exercício em apreço, as informações de forma ordenada a partir das quais se possa emitir juízo de valor sobre os resultados obtidos durante o período de gestão, como se pode observar no Relatório de Gestão de 2001, Capítulo Controladoria.

Com base no quadro configurado anteriormente, recomendamos a adoção de providências no sentido de se obter nível de desempenho padronizado e otimizado mediante a especialização das tarefas nas áreas finalística e administrativa. Tais falhas poderiam ser melhor equacionadas com a criação de três mecanismos de monitoramento do processo

gerencial, um destinado à Área de Arrecadação, outro à de Benefício e o terceiro à Área Administrativa. Mecanismos estes que poderão ganhar corpo por meio de grupos de trabalho.

Sistemas de Informações Contábeis

1.2.8 - INFORMAÇÃO: Conformidade Contábil com Restrição

O Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001, solicitava esclarecimentos ou informações sobre o **registro de restrição em conformidade contábil por parte de algumas unidades gestoras setoriais de contabilidade**. Em resposta, o Ofício INSS/DCGAB n.º 300, de 04/03/2002, no seu anexo informou que a unidade central de contabilidade do INSS em Brasília havia expedido mensagens no sistema SIAFI solicitando das unidades gestoras que se encontravam na situação aposta que providenciassem as correções. Informou ainda que várias unidades haviam procedido aos acertos e que algumas permaneciam pendentes. Posteriormente, a entidade expediu o Memo INSS/CGOFC n.º 46, de 08/04/2002, no qual afirmava que “grande parte das pendências foram regularizadas conforme levantamento realizado em dezembro de 2001”. Ademais, foi expedido o Memo-Circular n.º 02, de 08/04/2002, o qual normatizava questões relativas à área.

O fato foi motivo de uma Solicitação de Auditoria SA n.º 087911-07, de 01/03/2002, solicitando procedimentos que estariam sendo adotados para sanar a impropriedade, além do mapeamento das unidades gestoras nessa situação. O gestor providenciou a regularização de várias situações e normatizou a questão. Contudo, recomendamos que o gestor adote providências visando efetivar este mecanismo no seu rol de mecanismos de controle interno administrativo de modo que a contabilidade possa cumprir sua função de suporte aos controles da gestão. Ademais, os registros não podem se constituir em instrumentos formais, devendo a contabilidade acompanhar sua regularização de modo tempestivo.

Gerenciamento Eletrônico de Informações

1.2.9 - INFORMAÇÃO: Relatório da fase II da KPMG Consulting e Grupo de Trabalho criado pela Resolução N.º 14, de 13 de junho de 2001 – Segurança de Sistemas.

A KPMG Consulting foi contratada para diagnosticar a situação atual do item segurança de sistemas no contexto das ações de implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Após os trabalhos, a empresa apresentou recomendações de curto prazo para as vulnerabilidades dos sistemas em nível de segurança física e lógica, de recursos de software e hardware, de recursos humanos e administrativos, de fidedignidade das informações, segurança de comunicação e redes, gerenciamento do banco de dados, confidencialidade, aderência a normas e padrões, eficiência, eficácia, economicidade e qualidade. O relatório apresentado pela KPMG, base do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, apresentou 260 fragilidades e respectivas ações a serem validadas. Contudo, após o início dos trabalhos, o Grupo constatou que uma mesma vulnerabilidade estava presente em setores/áreas diferentes, obrigando-os a segregá-las, o que resultou em 360 itens a serem verificados. O trabalho do Grupo revelou a deficiência de normas e procedimentos que orientam a área operacional quanto ao uso dos recursos computacionais, carência de conhecimentos mínimos necessários para o uso eficiente dos equipamentos de microinformática, e, principalmente, a falta de recursos financeiros que se constitui em um ponto crítico para as implementações das ações recomendadas.

O trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho demonstra o estágio em que as recomendações contidas no relatório da KPMG se encontram, onde 85% das vulnerabilidades são de responsabilidade da DATAPREV, 9% do INSS e 6% do MPAS. Para o caso do INSS destacamos os seguintes aspectos, os quais foram objeto da Nota Técnica n.º 026/2002 – DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 07/02/2002:

- b) Item - Informação - SP, DF, RJ / Vulnerabilidade - Inexistência de mecanismos de destruição de papéis, para o descarte de documentos críticos que não serão mais necessários/ Criticidade – Alta / Ação - Alguns lugares estão pendentes / Responsável - DOFL – INSS;
- c) Item - Infra-estrutura DF / Vulnerabilidade - Inexistência de no-break para os equipamentos de conectividade / Criticidade – Alta / Ação – Pendente / Responsável - GEXDF – INSS;
- d) Item - Ambiente Informatizado / Vulnerabilidade - Inexistência de Plano de Continuidade do Negócio / Criticidade – Alta / Ação – Em andamento / Responsável - CTINF - INSS;
- e) Item - Informação - DF / Vulnerabilidade - Inexistência de norma para utilização de equipamentos de terceiros (notebooks) na rede interna / Criticidade – Alta / Ação – Em andamento / Responsável - CTINF - INSS;
- f) Item - Política de Segurança / Vulnerabilidade - Inexistência de política para atualização do software antivírus / Criticidade – Alta / Ação – Em andamento / Responsável - CTINF - INSS;
- g) Item - Política de Segurança / Vulnerabilidade - Inexistência de plano de divulgação da Política de segurança / Criticidade – Alta / Ação – Em andamento e Pendente / Responsável - DATAPREV , INSS e MPAS;
- h) Item - Infra-estrutura DF / Vulnerabilidade - Inexistência de controle físico à sala dos servidores / Criticidade – Alta / Ação – Em andamento e Pendente / Responsável - CTINF – INSS e GEXDF-INSS.

É de se ressaltar a qualidade do trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho. Contudo, cabe a esta Secretaria recomendar que seja desenvolvido um trabalho contínuo de avaliação das situações apresentadas e levantamento de outras que poderiam surgir ao longo do tempo, decorrentes da crescente utilização da Tecnologia da Informação no tratamento das informações, já que esta pode criar riscos. Assim, uma Política de Segurança voltada para auxiliar no planejamento, definição e implementação de mecanismos (normas, procedimentos, controles e outros) que se baseie em atividades e processos cíclicos envolvendo análise de riscos, desenvolvimento e utilização de segurança nas dimensões conceitual, física, lógica e humana, criação de processos de auditoria, considerando sempre a avaliação de custo benefício, que visem garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações, é indispensável para diminuir os riscos físicos e lógicos dos sistemas utilizados pelas três instituições, MPAS, DATAPREV e INSS.

É oportuno, ainda, ressaltar que a segurança da informação é um assunto estratégico, que interfere na capacidade das organizações de fazerem seus negócios. Assim, a responsabilidade com segurança é um dever de todos. Uma vez avaliado o nível de risco, a falta de controles eficazes para reduzi-lo a um nível aceitável poderá ocasionar danos às instituições, tais como: quebras de confidencialidade, invasão de privacidade – pessoal e organizacional – roubo de informações, vandalismo ou danos a sistemas e/ou informações, perdas financeiras resultantes de fraudes e comprometimento da imagem das instituições envolvidas perante a sociedade, principalmente por seu caráter público, e como tal deve observar o máximo de cuidado no tratamento e preservação da sua missão institucional.

Avaliação dos Controles Internos

1.2.10 - INFORMAÇÃO: Os controles internos da unidade objeto dos exames, nas áreas de gestão utilizadas como pontos de controle, consoante análise e avaliações realizadas por seleção de itens sobre os elementos fornecidos no decorrer dos trabalhos e conforme demonstrados nos subitens próprios desse relatório, apresentam-se:

Na Gestão Orçamentária: Adequados com fraquezas

Na Gestão Financeira: Adequados com fraquezas

Na Gestão Patrimonial: Adequados com fraquezas

Na Gestão de Pessoas: Adequados com fraquezas
 Na Gestão do Suprimento de Bens e Serviços: Adequados com fraquezas
 Na Gestão Operacional: Adequados com fraquezas

III - IMPACTOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Análise da Programação

Fixação das Despesas

2.1.1 - INFORMAÇÃO: Necessidade de suplementação de créditos orçamentários

A entidade informou em seu Relatório de Gestão que no início do processo orçamentário para o exercício de 2001, quando do estabelecimento dos tetos pela Secretaria de Orçamento Federal/SOF, identificou que os valores apresentados seriam insuficientes para cobrir parte das despesas. Ademais, segundo os gestores, com a definição dos valores a serem encaminhados ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei do Orçamento Anual, ficou caracterizado que tais insuficiências recairiam sobre ações prioritárias do INSS, tanto administrativas quanto operacionais, inviabilizando-se a partir do 2º semestre (Relatório de Gestão do INSS – pg. 33). O aspecto também foi ressaltado pela Auditoria Interna da entidade que comentou: “A insuficiência orçamentária, sabidamente com antecedência, se tornou clara, quando no início do 2º semestre do exercício, foi delimitado o suplemento orçamentário, diante das necessidades reprimidas da Instituição, com o atendimento no fim do exercício.” (Parecer de Auditoria pg. 47).

O montante de crédito suplementar solicitado, ainda no mês de abril/2001, alcançou R\$ 1.914.427. O gestor ressaltou que a situação ante a possibilidade de não aprovação das suplementações solicitadas tornou-se uma preocupante ao longo do exercício, chegando a afirmar que “As despesas operacionais, imprescindíveis para a continuidade das ações de concessão e manutenção de benefícios, bem como as de manutenção geral do INSS, não tinham cobertura orçamentária” (Relatório de Gestão, pg. 35). O atendimento parcial dos créditos deu-se em 29/12/2001, quando foram aprovados R\$ 195 milhões. Pelo limite de utilização, apenas puderam ser comprometidos R\$ 120 milhões. A data de aprovação constituiu-se em limitador, pois os gestores foram obrigados a sanar as pendências em três dias (29, 30 e 31/12). Isso gerou algumas dificuldades, entre as quais foram relatadas: a) parte das despesas ficou sem cobertura orçamentária; b) aumento das despesas de juros e multas em contratos; c) impacto no quantitativo de restos a pagar não-processados inscritos.

O gestor ressaltou ainda que foi repetida a dificuldade para gerenciar os recursos da ação “Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social”, uma vez que o orçamento inicial aprovado já era inferior ao executado em 2000. Concluiu afirmando que os esforços empreendidos foram válidos no sentido de terem atendido, ao menos em parte, as pendências que poderiam onerar o orçamento de 2002, à semelhança do que ocorria no passado.

Análise da Execução

Execução das Receitas

2.2.1 - INFORMAÇÃO: Execução das Receitas de Capital – Alienação de Bens Imóveis

O Parecer da Auditoria Interna foi enfático ao analisar as metas da entidade: “Entrementes, constatou-se execução de metas, cujo objetivo não ultrapassou a barreira da inércia, diferente de outras, cujas execuções extrapolaram o respectivo Planejamento. No primeiro caso, exemplificamos o que concerne à desmobilização, porquanto no exercício em questão, nada apresentou de evolução ou continuidade relativa à Alienação de Imóveis de sua

propriedade (Meta código n.º 8.85), assim à locação dos mesmos. Numa avaliação preliminar, observamos que o INSS deixou de implementar sua receita por não ter dimensionado, substancialmente, nenhuma das duas opções retro mencionadas, gerando, inversamente, maiores dispêndios com o imenso parque imobiliário de sua propriedade, através de despesas com vigilância, serviços concessionários, manutenção etc. Dentre as Metas que consideramos como de execução demasiada perante as dimensões previstas, exemplificamos a despesa executada com Locação de Imóveis de terceiros ao INSS (Meta código n.º 3.67), que, no exercício de 2001, representou 157,20% do valor previsto, ou seja, gastos de R\$ 21,6 milhões em detrimento de R\$ 13,74 milhões planejados e os gastos realizados com manutenção predial, da ordem de R\$ 133,6 milhões, cuja previsão foi de R\$ 71,4 milhões (Metas códigos n.º 3.72, 3.150 e 3.144)".

Execução das Despesas

2.2.2 INFORMAÇÃO: Composição das Despesas Executadas

Após a análise do Demonstrativo Analítico das Despesas nos Exercícios de 2000 e 2001, destacamos as despesas com "Outras Sentenças Judiciais" que cresceu quase 600% entre os exercícios, as despesas com "Indenizações e Restituições" que dobrou entre os exercícios e a despesa com benefícios de aposentadorias, pensões e outros com crescimento de 15%.

Destaque também para as despesas de exercícios anteriores. O Demonstrativo Analítico das Despesas nos Exercícios de 2000 e 2001 evidenciou que aproximadamente 50% do valor do grupo outras despesas correntes foi destinada à realização de despesas de exercícios anteriores (R\$ 1.524.837 e R\$ 3.008.340). O fato também foi ressaltado no Parecer da Auditoria Interna que comentou: "...agravando a situação, verifica-se que o expressivo aporte de recursos orçamentários a título de despesas de exercícios anteriores, cujo montante exprime em torno de 50% em relação ao grupo 'Outras Despesas de Custeio e Capital' que oneraram o orçamento subsequente, colaborando, também, para um maior engessamento da gestão" (pg. 47). Corroborando com o posicionamento da Auditoria Interna, a situação pode indicar problemas na gestão orçamentária com impacto em exercícios diferentes.

Há que se destacar também os decréscimos de 82%, 46% e 47%, respectivamente, para as despesas com "Material Permanente", "Passagens e Locomoção Urbana" e "Reformas e Melhorias".

2.2.3 - CONSTATAÇÃO: Utilização de Dotações Impróprias para a Realização de Despesas

Apesar de as situações em questão poderem se constituir em meros problemas de classificação contábil, a utilização inadequada de dotações na realização de despesas pode comprometer as metas físicas do programa, especialmente ao se considerar que o orçamento público é uma peça que contém as realizações do governo (metas físicas) e meios para tal (recursos financeiros). Portanto, **a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a premissa.**

Assim sendo, é oportuno rememorar o teor tanto do art. 23 do Decreto n.º 93.872, de 23/12/86, que dispõe, entre outros aspectos, sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, quanto do art. 73 do Decreto-lei n.º 200, de 25/02/67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e que estabelecem que:

"Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços, cujo custo excede aos limites previamente fixados em lei" (grifos nossos).

Contudo, a despeito do supracitado dispositivo legal, esta equipe, em análise junto ao sistema SIAFI, constatou algumas impropriedades as quais passamos a relatar.

Programa 0083 – Previdência Social Básica

De acordo com o Sistema de Informações Gerenciais – SIG do Plano Plurianual – PPA (Ministério do Planejamento), o **objetivo** do programa é “garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei” e seus **indicadores** são: a) **Indicador de Demanda Atendida**, que possui como fórmula de cálculo a relação percentual entre o somatório dos pedidos de benefícios solucionados e a quantidade de pedidos de benefícios protocolados no mês acrescida da quantidade de benefícios represados; e b) **Taxa de Reingresso de Segurados Incapacitados no Mercado de Trabalho**, cuja fórmula de cálculo é expressa pela relação percentual entre o número de segurados da Previdência Social incapacitados reabilitados para reinserção no mercado de trabalho e o número de trabalhadores registrados no programa de reabilitação profissional. Para tanto, o programa dispõe de um conjunto de ações com produtos específicos.

Em nossa análise, constatamos que praticamente todas as ações (projetos/atividades) do programa 0083 – Previdência Social Básica, com exceção da atividade 25640003 – Cadastro Nacional de Informações Sociais / PrevCidadão, **vinham sendo utilizadas indiscriminadamente para realização de despesas diversas das amparadas pela dotação**. Assim, **despesa com salário-maternidade vem sendo realizada com dotação de salário-família, este com dotação de auxílios e auxílios com dotação de salário-maternidade**. Apesar da materialidade, foi possível constatar, em alguns casos, que até 5% da dotação da ação havia sido utilizada para realização de despesas diferentes da originalmente dotada. Isso vai de encontro aos dispositivos legais supracitados, além de inviabilizar o conhecimento da real situação dos programas e das despesas do órgão e impactar o quantitativo físico.

Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS comentou o seguinte: “*Inicialmente ressalte-se que as despesas relativas a Salário Família e Salário Maternidade estão vinculadas ao Programa 0083 (Previdência Social Básica) e ambas são enquadradas como auxílio. Entendemos que as Ações que envolvem estas despesas poderiam compor um único Programa de Trabalho, trata-se de uma SUGESTÃO. Concordamos que realmente existe estas inconsistências, considerando que a nossa execução ocorre em aproximadamente 800 Unidades Gestoras, culminando portanto, com a possibilidade de eventuais procedimentos que concorreram para utilização indevida da classificação contábil. Reconhecemos que trata-se de uma inconsistência, todavia, os valores envolvidos não comprometem o produto do Programa*”.

Programa 0065 – Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

O objetivo deste programa é “assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência”. A sua gerência pertence à Secretaria de Estado da Assistência Social, que descentraliza dotações e transfere recursos para que o INSS execute as despesas correspondentes. O INSS fez uso das ações 05650005 – Pagamento de renda mensal vitalícia por invalidez e 05750003 – Pagamento de benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência – LOAS. Contudo **as despesas realizadas não parecem condizentes as dotações estipuladas para o programa** e os produtos das ações. Assim, na primeira ação foram realizadas despesas com auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-família, salário-maternidade, precatórios entre outros. Na segunda ação, foram realizadas despesas com precatórios. Isso pode impactar os produtos das ações em questão – 494.604 pessoas portadoras de deficiência atendidas, no caso da primeira ação e 841.372 pessoas atendidas no caso da segunda – além de se constituírem ilegalidades.

Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS comentou o seguinte: “*Não concordamos com afirmativa de pagamento de Precatórios neste programa. Existe sim,*

execução decorrente da Lei 10.099 que obriga a Instituição promover todas as condenações a ela imposta. Desta forma, as eventuais execuções vinculadas a Benefício Assistencial devem ser realizada no programa a qual vincula-se aquela ação. Visualizamos nesta execução a utilização incorreta do subitem contábil direcionando no Balancete a despesa Precatórios Incluídos na Lei do Orçamento. O correto seria utilizar a classificação contábil de Sentenças para Créditos Alimentícios, conforme Plano de Contas de União.”

Programa 0066 – Valorização e Saúde do Idoso

O objetivo deste programa é “promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social”. À semelhança do programa 0065, sua gerência pertence à Secretaria de Estado da Assistência Social, que descentraliza dotações e transfere recursos para que o INSS execute as despesas correspondente. O INSS fez uso das ações 0561005 – Pagamento de renda mensal vitalícia por idade e 05730003 – Pagamento de benefício de prestação continuada à pessoa idosa – LOAS, que possuem como produtos, respectivamente, 289.007 pessoas idosas atendidas e 456.317 pessoas atendidas, para **realização de despesas com auxílio-doenças, salário-maternidade, precatórios** entre outros.

Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS fez o mesmo comentário feito no programa anterior.

Programa 0072 – Gestão da Política de Assistência Social

De acordo com o SIGPLAN/PPA, o **objetivo** deste programa é “apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de assistência social”. Por ser um programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas” **não possui indicador**. Contudo, suas ações possuem produtos. No sistema em questão, estão alimentadas as ações 1471 – Capacitação de Conselheiros, Gestores e Técnicos em Assistência Social e 5646 – Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social, com metas físicas correspondentes a 47.000 pessoas treinadas e 16% de implantação do sistema, respectivamente.

O INSS fez uso do programa em questão por meio de sua ação 4589003 – Formulação de Políticas na Área de Assistência Social para **realização de despesas com vigilância ostensiva**, o qual é inapropriado.

Programa 0084 – Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Segundo o SIGPLAN/PPA, o **objetivo** deste programa é “aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários”. Seus **indicadores** são: a) **taxa de crescimento da arrecadação tributária** que expressa a relação percentual entre a arrecadação de contribuições previdenciárias no ano “t” menos a arrecadação de contribuições no ano “t -1” e a arrecadação de contribuições previdenciárias no ano “t - 1” a valores constantes; e b) **taxa de recuperação da dívida ativa da previdência social**, que expressa a relação percentual entre o valor dos débitos recuperados e o valor do estoque de débitos inscritos na dívida ativa.

Suas **ações** são: a) Capacitação de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários (7999) com produto estimado de 12.100 servidores capacitados; b) Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários (2567) com produto estimado de 1.500.000 créditos recuperados; c) Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa (2568) com produto estimado de 2.500.000 créditos recuperados; d) Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias (2570) com produto estimado de 35.372 empresas fiscalizadas; e) Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social (2015) com produto estimado de 120.000 recursos julgados; f) Orientação Técnica às

Empresas e aos Segurados da Previdência Social (2596) com produto estimado de 3.000.000 de usuários atendidos; g) Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços Pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social (6541) com produto estimado de 112.452.532 guias recolhidas; e h) Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social (2580) com produto estimado de 83.651.532 guias processadas.

A despeito de uma análise pormenorizada não poder ter sido efetuada, constatou-se a realização de despesas com **confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas** no valor considerável de R\$ 69.996,00 (consultar mais sobre essa despesa na área de gestão de suprimento de bens e serviços), além de outras que mereceriam posicionamento do gestor.

Programa 0085 – Qualidade do Atendimento da Previdência Social

O SIGPLAN/PPA registra que o **objetivo** deste programa é “*melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social*” mediante **ações** relacionadas a: a) Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos (2562) com produto estimado de 3.000 auditorias realizadas; b) Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento da Previdência Social (2563) com produto estimado de 1.100 unidades avaliadas; c) Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABÍ (7933) com produto estimado de 70% de implantação de sistema; d) Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários (1478) com produto estimado em 1 estudo realizado; e) Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social (5509) com produto estimado em 473 unidades implantadas/reformuladas; f) Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/ Ouvidoria da Previdência Social (2587) com produto estimado em 100.000 usuários atendidos; g) Serviços Interativos da Previdência Social- Prevfone/ Prevnet/ Prevfácil (4405) com produto estimado em 14.843.999 usuários atendidos.

Mais uma vez, a despeito de outras análises pormenorizadas que precisam ser efetuadas, foi realizada despesa com **confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas** (consultar mais sobre essa despesa na área de gestão de suprimento de bens e serviços).

Outros programas

Outros programas utilizados pelo órgão tais como 0087 – Gestão da Política de Previdência Social, 0088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 0100 – Assistência ao Trabalhador, 0752 – Gestão da Política de Comunicação de Governo e 0791 – Valorização do Servidor Público, em nossa amostra inicial, não foram analisados. Contudo, é conveniente que o órgão, por meio de suas unidades internas de controle, proceda à varredura dos atos da gestão orçamentária com vistas a certificar a adequabilidade da utilização das dotações orçamentárias em confrontos com as despesas realizadas.

Ressalte-se, contudo, que o programa 0750 – Apoio Administrativo foi criado para registrar as despesas administrativas das unidades. No entanto, tais tipos de despesas vêm sendo diluídas em outros programas de trabalho, inviabilizando o conhecimento da real situação desse tipo de despesa.

Foi expedida a Solicitação de Auditoria n.º 01/0883012001, de 05/12/2001, ainda sob os trabalhos de Auditoria de Acompanhamento da Gestão. O documento determinava o prazo de 19/12/2001 para as respostas. A SA foi reiterada pela de n.º 01/2002, de 15/01/2002, depois pela de n.º 087911-05, de 26/02/2002 e, finalmente, pela de n.º 087911-13, de 11/03/2002. Foram realizadas duas reuniões entre a equipe de auditoria e os gestores nas datas de 13/03/2002 e 28/03/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS comentou o seguinte: *“No sentido de prevenir e evitar tais inconsistências, o INSS promoveu reuniões de serviços e publicou em BSL Orientação Interna 01, que dispõe sobre a utilização dos créditos orçamentários e recursos financeiros pelas Unidades Gestoras das Gerências Executivas, das Agências da Previdência Social e das Unidades Avançadas de Atendimento”.*

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e a instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Ademais, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a programação. Portanto, deve-se evitar utilização de dotações impróprias para a realização de despesas.

2.2.4 - CONSTATAÇÃO: Despesa com Precatórios e Sentenças Judiciais

Outro aspecto ressaltado por esta equipe de auditoria foi o fato de **despesas com precatórios** estarem sendo realizadas com dotações do programa de Previdência Social Básica, quando o correto seria a utilização de programa próprio para tal (**0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**). A questão merece atenção por parte do gestor, tendo em vista os dispositivos legais que regulam a matéria, em especial o art. 100 da Constituição Federal, o qual citamos a seguir: *À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim* (grifos nossos).

Entretanto, foram constatadas situações de precatórios (ou sentenças judiciais) pagas diretamente a CPFs e a CNPJs de Bancos, quando o mais correto seria o Tribunal. A despeito de as situações em questão poderem estar corretas (especialmente quando se trata de agências bancárias), solicitamos esclarecimentos do gestor, com destaque para a utilização de créditos orçamentários diversos daqueles à que a despesa se refere e se tais pagamentos estão registrados ou não na maciça (já que podem estar em duplicidade).

Foi expedida a Solicitação de Auditoria n.º 01/0883012001, de 05/12/2001, ainda sob os trabalhos de Auditoria de Acompanhamento da Gestão. O documento determinava o prazo de 19/12/2001 para as respostas. A SA foi reiterada pela de n.º 01/2002 de 15/01/2002, depois pela de n.º 087911-05, de 26/02/2002 e, finalmente, pela de n.º 087911-13, de 11/03/2002. Foram realizadas duas reuniões entre a equipe de auditoria e os gestores nas datas de 13/03/2002 e 28/03/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS comentou o seguinte: *“Não concordamos com afirmativa de pagamento de Precatórios neste programa. Existe sim, execução decorrente da Lei 10.099 que obriga a Instituição promover todas as condenações a ela imposta. Desta forma, as eventuais execuções vinculadas a Benefício Previdenciários devem ser realizadas no programa a qual vincula-se aquela ação. Visualizamos nesta execução a utilização incorreta do subitem contábil direcionando no Balancete a despesa Precatórios Incluídos na Lei do Orçamento. O correto seria utilizar a classificação contábil de Sentenças para Créditos Alimentícios, conforme Plano de Contas de União”.*

E continua: *“A maciça não apresenta despesas com precatórios. Quanto a Precatórios para CPF, mais uma vez justifico que trata-se de Créditos Alimentícios decorrentes*

de sentenças proferidas decorrentes da lei 10.099, cuja apropriação indevida na classificação contábil de Precatórios Incluídos na Lei do Orçamento. Os pagamentos de Precatórios diretamente a CNPJ de bancos depende da forma em que o tribunal administra estes recursos, lembrando que normalmente isto ocorre com os Tribunais Regionais de Trabalho, que normalmente mantém conta no Banco do Brasil S.A. para recebimento desses recursos. Os precatórios vinculados aos TRF's são pagos via UG/GESTÃO".

E por fim: "Todo e qualquer pagamento de precatório decorre de uma ação da Procuradoria, que pôr sinal, mantém um bom controle e um bom relacionamento com esta Coordenação no sentido de dar cumprimento às determinações advindas do Poder Judiciário".

RECOMENDAÇÃO: Apesar das justificativas apresentadas, recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária da área de precatórios e sentenças judiciais. Recomendamos à Setorial Contábil que registre tais restrições na conformidade contábil. Ademais, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a programação. Portanto, deve-se evitar utilização de dotações impróprias para a realização de despesas.

2.2.5 - INFORMAÇÃO: Utilização do Empenho com Garantia de Pagamento Contra Entrega

O Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001, solicitava esclarecimentos ou informações sobre o índice de utilização do **empenho com garantia de pagamento contra entrega na entidade**. Em resposta, constante do Ofício INSS/DCGAB n.º 300, de 04/03/2002, foi anexada mensagem SIAFI de n.º 2001/742441 procedente da UG 510001 – Coordenação-Geral de Finanças do INSS e endereçada à Coordenação de Contabilidade a qual julga não conveniente a utilização do empenho garantido, nos termos seguintes:

"Considerando as sérias restrições financeiras impostas ao Tesouro Nacional, não temos julgado conveniente a utilização do empenho com garantia de pagamento contra-entrega que representaria um valor significativo a nível de órgão, comprometido apenas com essa modalidade de pagamento, valor que poderia ser utilizado para despesas de maior vulto, como contratos continuados, etc.

Alterada as condições descritas, estabeleceremos um adequado planejamento para utilização criteriosa dessa forma de execução orçamentária e financeira. Antônio Bacelar Ferreira, Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Substituto"

No entanto, o art. 2º do Decreto n.º 2.439, de 23/12/97, dispõe que "a sistemática será adotada nas unidades da Administração Pública Federal que utilizam o SIAFI na modalidade total, em relação aos fornecedores de pequenas compras e serviços...". Além disso, em virtude da sistemática em questão, a Secretaria do Tesouro Nacional assegura e viabiliza o pagamento disponibilizando recursos para tal, conforme disposto no art. 4º do mesmo normativo. Assim sendo, a despeito da intempestividade da resposta, foram solicitados esclarecimentos sobre a questão junto ao gestor, em virtude do fato de os dispositivos legais não contemplarem a possibilidade de uso da "conveniência" citada pelo gestor. Foi expedida a SA n.º 087911-17, de 19/03/2002 e foi realizada reunião em conjunto com o gestor na data de 28/03/2002. Em levantamento realizado em dezembro de 2001, constatou-se que apenas duas UG (511180 e 511679) haviam se enquadrado nos requisitos, mas não utilizado a modalidade de empenho. O gestor expediu a Orientação Interna INSS/DIROFL/CGOFC n.º 04, de 08 de abril de 2002, disciplinando o assunto em âmbito interno.

2.2.6 - CONSTATAÇÃO: Pagamento de Juros e Multas pela Instituição

O Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001, solicitava esclarecimentos ou informações sobre o pagamento de **juros e multas** pela instituição. Em resposta, constante do

Ofício INSS/DCGAB n.º 300, de 04/03/2002, foi anexada, às fls. 85, documento contendo resumo das justificativas apresentadas pelas unidades gestoras. Constava, dentre elas, o pagamento a concessionárias de serviços (energia elétrica, água e telefone). No tocante à questão, foi informado ao gestor que o comando expresso na Súmula n.º 266 do TCU classifica como indevida a despesa decorrente de multas moratórias aplicadas entre órgãos integrantes da Administração Pública e entidades a ela vinculadas, pertencentes à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, inclusive empresas concessionárias de serviços públicos, quando inexistir norma legal autorizativa. Resta à autarquia informar se existe norma legal que ampare o procedimento.

A questão principal que se insurge nesse contexto é a relativa ao aprimoramento dos processos gerenciais visando a **economicidade** da gestão. Portanto, a despeito da possibilidade de haver fluxo interrupto de recursos, a instituição deve evitar tal procedimento mediante planejamento e gerenciamento dos contratos que possui. A SA n.º 087911-18, de 19/03/2002, solicitou informações sobre as medidas corretivas que porventura vêm sendo implementadas para assegurar tal situação. Anteriormente, a SA n.º 087911-07, de 01/03/2002, já havia tratado do assunto.

Além das SA supracitadas, foram realizadas duas reuniões entre a equipe de auditoria e os gestores nas datas de 13/03/2002 e 28/03/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O gestor expediu a Orientação Interna INSS/DIROFL/CGOFC n.º 02, de 08 de abril de 2002, disciplinando o assunto, contudo, a Gerência Executiva de Marília/SP questionou a fundamentação legal da Súmula em questão por ela ter sido modificada pela Decisão TCU nº 537/1999 nos seguintes termos: “a)... *de que forma seriam analisadas as despesas de concessionário de serviço público executados por empresas privadas, que porventura venham a ocorrer?* b) *Cite-se, neste caso as despesas de telefonia (Embratel ; Telecomunicações de São Paulo - Telesp), energia elétrica (Votorantim-Energia, Companhia Luz e Força Santa Cruz; Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A; Companhia Paulista de Força e Luz) , telefonia celular (Telesp Celular), água e esgotos (DAEM de Marília; SABESP);* c) *O entendimento da Súmula 226 - TCU foi parcialmente revogado pela Decisão nº 537/99 - TCU - Plenário, DOU de 8-11-99 ?”*

Ressalte-se, todavia, que até então a alteração definitiva da Súmula ainda não havia sido feita pelo Tribunal (conforme disposto na Decisão TCU nº 70/2002, de 06/02/2002).

RECOMENDAÇÃO: Em que pese o questionamento da fundamentação legal que ampara a constatação, recomendamos que o gestor adote providências visando aprimorar seus processos gerenciais e seus mecanismos de controle interno levando em consideração a **economicidade** da gestão. Recomendamos, ainda, a abertura de processo administrativo para determinação dos responsáveis por tal prejuízo. Ressalte-se que a área responsável pelo gerenciamento dessas despesas deve exercer efetivo monitoramento sobre as UG visando evitar situações dessa natureza. Ademais, deve informar esta SFC das providências deflagradas para solucionar a questão. Por fim, é oportuno expedir mensagem às unidades visando complementar a Orientação Normativa supracitada.

2.2.7 - CONSTATAÇÃO: Despesas com pagamentos de benefícios

Consulta gerencial ao sistema SIAFI permitiu verificar que algumas unidades gestoras vêm efetuando pagamentos (realização de despesas) de benefícios previdenciários tendo como favorecidos pessoas físicas ou jurídicas, quando o correto, em termos de procedimentos de execução orçamentária e financeira deste tipo de despesa, parece ser unidade gestora/gestão. A implicação desse fato pode ser a não utilização dos sistemas de processamento de benefícios previdenciários em detrimento do pagamento direto ao beneficiário, fato, contudo, não confirmado por esta equipe, mas não refutado oficialmente pelo gestor. Ademais, em nossa amostra, foi possível **constatar pagamento de salário-maternidade a CPFs masculinos e a CNPJs**, entre outros aspectos. A situação pode estar

regular, especialmente em se considerando a figura do procurador. Contudo, parece não estar totalmente correto o pagamento paralelo ao sistema único de benefícios.

Foi expedida a Solicitação de Auditoria n.º 01/0883012001, de 05/12/2001, ainda sob os trabalhos de Auditoria de Acompanhamento da Gestão. O documento determinava o prazo de 19/12/2001 para as respostas. A SA foi reiterada pela de n.º 01/2002 de 15/01/2002, depois pela de n.º 087911-05, de 26/02/2002 e, finalmente, pela de n.º 087911-13, de 11/03/2002. Foram realizadas duas reuniões entre a equipe de auditoria e os gestores nas datas de 13/03/2002 e 28/03/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Após a leitura da versão preliminar deste Relatório, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC do INSS comentou o seguinte: *“As constatações acima citadas decorrem de reembolso da obrigação que o INSS teria com a EMPREGADA que foi honrado pelo seu empregador (Empresa ou Profissional Liberal). Trata-se de processos de Reembolso Salário-família requeridos por Empresas, Médicos, Advogados, etc, cujo o pagamento foi processado via SIAFI”*. Além disso, expediu a Orientação Interna nº 01.

RECOMENDAÇÃO: Em princípio, mantemos nosso posicionamento de que esse não seria o procedimento adequado para o caso em questão, contudo há a necessidade de um posicionamento da Procuradoria Jurídica e da área de Arrecadação do INSS no tocante à matéria. Ademais, recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Recomendamos à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil.

2.2.8 - CONSTATAÇÃO: Indicadores contábeis de pagamentos sem dotação orçamentária

Ao longo do exercício, visando monitorar as ações do gestor e colher indícios para os trabalhos de auditoria, são levantados indicadores e indicativos contábeis no sistema SIAFI relativos a determinados parâmetros específicos. Um deles se denomina “pagamentos sem dotação orçamentária” e trata de indícios de fatos dessa natureza, a partir do exame dos saldos das contas contábeis 11261.11.00 – Valores a Creditar, 11219.70.01 – Créditos em Liquidação e 52381.00.00 – Ajustes Financeiros. No caso do INSS, foram constatados saldos nas duas primeiras contas. Os saldos persistiram durante a gestão e ultrapassaram o exercício financeiro em algumas unidades gestoras. O gestor foi comunicado por meio da SA n.º 087911-07, de 01/03/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O gestor foi comunicado por meio da SA n.º 087911-07, de 01/03/2002. Contudo, não se pronunciou oficialmente até a data de encerramento dos trabalhos.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos ao gestor que procure regularizar o mais breve possível a situação. Recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Recomendamos à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil. Ademais, deve informar esta SFC das providências deflagradas para solucionar a questão.

2.2.9 - INFORMAÇÃO: Convênios em Situação “A Comprovar” com Vigência Expirada

Os convênios 097129, 097198 e 097292 celebrados, respectivamente, com a Mar Vermelho Prefeitura, a Fundação Escola Nacional de Administração Pública e o Departamento

de Polícia Federal encontram-se na situação “A Comprovar” com vigência expirada. O indicativo sinaliza a) ausência de registro da Prestação de Contas na conta contábil “A Aprovar”; ou b) ausência de registro na conta contábil “Inadimplência Efetiva” em razão da falta de prestação de conta; ou c) Ausência de cobrança da Prestação de Contas. O gestor foi comunicado por meio da SA n.º 087911-07, de 01/03/2002. Em 11/03/2002, foi respondido que não possuíam informações sobre alguns convênios, a despeito de o conveniente ter sido acionado. A resposta completa encontra-se na parte de Controles da Gestão / Controles Externos / Atuação do TCU/SECEX letra k. Recomendamos ao gestor que procure regularizar o mais breve possível a situação. Recomendamos à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil. Ademais, deve informar esta SFC das providências deflagradas para solucionar a questão.

2.2.10 - INFORMAÇÃO: Convênios em Situação “A Aprovar” com mais de 60 dias de recebimento da respectiva prestação de contas

Os convênios 3319 e 97130 celebrados, respectivamente, com o Comando do 1º Grupamento de Engenharia de Construção e o Banco do Brasil encontram-se na situação “A Aprovar” com data posterior a 60 dias do recebimento da respectiva prestação de contas. O indicativo sinaliza a) ausência de análise da Prestação de Contas no tempo legal; ou b) ausência de registro da aprovação ou não da prestação de contas pela UG contábil. O gestor foi comunicado por meio da SA n.º 087911-07, de 01/03/2002. Em 11/03/2002, foi respondido que não possuíam informações sobre alguns convênios, a despeito de o conveniente ter sido acionado. A resposta completa encontra-se na parte de Controles da Gestão / Controles Externos / Atuação do TCU/SECEX letra k. Recomendamos ao gestor que procure regularizar o mais breve possível a situação. Recomendamos à Setorial Contábil que registre restrições dessa natureza na conformidade contábil. Ademais, deve informar esta SFC das providências deflagradas para solucionar a questão.

GESTÃO FINANCEIRA

Recursos Exigíveis

Restos a Pagar

3.3.1 - INFORMAÇÃO: Restos a Pagar Processados (Pessoal de Exercícios Anteriores)

Por meio da SA n.º 04/0883022001, de 28/12/2001, foi solicitado posicionamento e/ou esclarecimento da entidade sobre a existência de saldos na conta contábil 21212.02.00 – Pessoal de Exercícios Anteriores. O fato por si só não constitui irregularidade, mas a existência de saldo nessa conta por período razoável é questionável, dado o fato de transitoriedade de registro e da própria natureza, além disso pode caracterizar a liquidação de despesas com pessoal sem o devido processo legal ou a não observância da ordem de exigibilidades. A questão já havia sido comunicada ao gestor anteriormente por meio do Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001 e posteriormente na SA n.º 087911-07, de 01/03/2002. O gestor respondeu ao ofício em questão no dia 4/3/2002, por meio do Ofício INSS/DCGAB n.º 300. Anexo à resposta, encontrava-se pasta com informações complementares. Às fls. 35 constava a informação de que apenas a UG 510001 estava em processo de regularização, enquanto as demais já haviam regularizado. Contudo, em novo levantamento realizado por esta SFC constatou-se mais valores registrados indevidamente na conta. Em nossa amostra, a UG 510120- GEX Belém registra um valor de estorno que poderia já ter sido estornado. Já as UG 512060 – GEX Rio de Janeiro-Centro e 512074 – GEX RJ/Irajá apresentam valores consideráveis que careceriam de análise pontual. O fato parece ter ligação com os Restos a Pagar Não Processados de Pessoal comentados no item seguinte.

O fato superveniente foi motivo da SA n.º 087911-15, de 19/03/2002, que solicitava providências para regularizar ou justificar. O Memo/INSS/CGOFC n.º 52, de 16/04/2002, relatou as providências, equacionando a questão. Recomendamos, contudo, que o gestor

adote providências visando aprimorar seus processos gerenciais levando em consideração a **economicidade** e a **legalidade** da gestão. Recomendamos, ainda, que se evite inscrever despesas em restos a pagar que não possuam amparo documental. Recomendamos também à Setorial Contábil que registre tais restrições na conformidade contábil sempre que elas ocorrerem.

3.3.2 - INFORMAÇÃO: Restos a Pagar Não Processados

Por meio das SA n.º 087911-02, 087911-03 e 087911-04, de 26/02/2002, foi solicitado posicionamento da unidade sobre, respectivamente, restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2001, restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2001 e restos a pagar inscritos no grupo de despesa de pessoal e encargos sociais. O que foi demandado foi a certificação de que todos os empenhos que estavam inscritos em restos a pagar cumpriam os requisitos para tal, inclusive mediante a existência de suporte documental. Durante levantamento foram constatadas situações questionáveis como os restos a pagar de despesas com pessoal de exercícios anteriores (elemento de despesa 92) e diárias (elemento de despesa 14). Ademais, foram solicitados, por meio da SA n.º 087911-09, de 06/03/2002, os processos relativos aos documentos 2001NE414830 de emissão da UG 510001/57202 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do INSS no DF e 2001NE900681, 2001NE902277 e 2001NE902261 de emissão da UG 512006.

O gestor encaminhou planilha com mapeamento dos empenhos inscritos em restos a pagar. Pela planilha, depreende-se que grande parte dos empenhos estaria em situação de restos a pagar. Um valor pouco expressivo perante o montante (R\$ 99.379,10 de R\$ 67.937.296,77 inscritos no exercício) foi cancelado. Contudo, foi constatado que a 2001NE414830, bem como todas as notas de empenho de despesas com pessoal não possuíam suporte documental na data das primeiras SA. O gestor não encaminhou os processos solicitados. No Relatório de Gestão, o gestor informa que o crédito suplementar por ele solicitado apenas foi aprovado em 29/12/2001 e que isso teria impactado a gestão orçamentária. Recomendamos que o gestor adote providências visando aprimorar seus processos gerenciais levando em consideração a **economicidade** e a **legalidade** da gestão. Recomendamos, ainda, que se evite inscrever despesas em restos a pagar que não possuam amparo documental. Recomendamos também à Setorial Contábil que registre tais restrições na conformidade contábil. Solicitamos que a entidade informe a esta SFC as providências deflagradas para solucionar a questão.

3.3.3 - INFORMAÇÃO: Ordens bancárias no sistema SIAFI para o próprio CPF / Ausência de Segregação de Funções

O Ofício n.º 6.085/DSPAS/SFC/MF, de 15/08/2001, solicitava esclarecimentos ou informações sobre a emissão de **ordem bancária (OB) no sistema SIAFI para o próprio CPF**. Em resposta, o Ofício INSS/DCGAB n.º 300, de 04/03/2002 no seu anexo informou que as justificativas para tal estavam relacionadas à inexistência de servidores para executar as tarefas. Entre as justificativas estavam (*ipsis litteris*): a) “escassez de servidores lotados no setor financeiro”; b) “o servidor é um polivalente, recebe documento, analisa, revisa, executa (NE, NL, OB, DARF, GPS) e é Gestor ao mesmo tempo”; c) “no Setor Financeiro além de existir pouquíssimos servidores, alguns deles entram de férias, licença, participa de cursos/treinamento, fiscaliza bancos para atender o SAAB, faz pesquisas de benefícios/arrecadação deixando o Setor Financeiro em desfalque de servidor para fazer a execução. Pois, na falta de servidor o serviço para?”; d) “Algumas UG alegam que não tinham conhecimento do fato, ou seja, não sabiam que tal procedimento era falta de segregação de função”; e) “outras UG's alegam que dispõe apenas de um servidor no Setor Financeiro, não tendo nem substituto”; f) “o servidor que é lotado em uma determinada Gerência e que foi convocado para executar tarefas em outra Gerência por falta de servidor e que ele mesmo é quem emite a sua própria OB”; g) “apesar de na lista de usuários do SIAFI, constar dois, três,

quatro ou mais nomes de servidores na UG, não quer dizer que todos os listados operam o SIAFI mesmo como executor”; h) “no que diz respeito a Suprimento de Fundos é crítica a situação, pois, além do quadro de servidores ser bastante resumido, nenhum servidor quer assumir a responsabilidade principalmente nas agências do INSS, cabendo então, ao servidor lotado na financeira o qual é o executor no SIAFI, tendo em vista a necessidade do suprimento. Existem situações graves da obrigação do suprimento”; i) “após a emissão de nossas mensagens, solicitando esclarecimento sobre o assunto em pauta algumas UG's, além de esclarecer os fatos, já tomaram iniciativas para se evitar tal procedimento. Mesmo, assim, a setorial contábil UG 510003-DC tomou as devidas providências enviando mensagens a todas as OFC e Setoriais Contábeis sob número 2001/532139 e 2001/532146 de 210901 pedindo evitar o máximo o procedimento que fora adotado”; j) “as UG's alegam em que nenhum momento foi utilizada a má fé por parte dos servidores que cometeram essa irregularidade, nem tão pouco os recursos públicos foram usadas indevidamente, pois, os documentos (PV e AP) encontram-se todos arquivados a disposição da Auditoria assinados pelo chefes de administração ou chefe da agência que é o proponente da execução da despesa a quem os servidores da OFC são subordinados e assinado com o pague-se do gerente executivo reconhecendo o direito líquido e certo da despesa”.

A existência de tal situação fere o dispositivo legal estabelecido pela IN n.º 01/2001 da SFC que, na Seção VIII do Capítulo VII, dispõe que *“a estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio”*. Em auditoria esse princípio é conhecido como **segregação de funções** e trata-se de um princípio de controle interno administrativo de responsabilidade do gestor. O fato pode ser considerado grave, pois, pode indicar que o INSS não tem tomado providências para manualizar normas internas. Contudo, em levantamentos posteriores não foram detectados novos casos. É de se ressaltar, entretanto, que o gestor tem por hábito reencaminhar as respostas de suas unidades sem se pronunciar sobre elas, fato que ensejou a emissão de SA.

O fato foi motivo de uma Solicitação de Auditoria SA n.º 087911-16, de 19/03/2002, solicitando procedimentos que estariam sendo adotados para sanar a impropriedade, além do mapeamento das unidades gestoras nessa situação. O gestor respondeu ao ofício e após a realização de reuniões, expediu a Orientação Interna INSS/DIROFL/CGOFC n.º 03, de 08 de abril de 2002 proibindo internamente a prática.

GESTÃO PATRIMONIAL

Bens Imobiliários

Adições de Bens Imobiliários

4.2.1 INFORMAÇÃO: Com o intuito de avaliar a eficácia dos controles dos Bens Imóveis, a Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna confrontou os registros dos Inventários com os do SIAFI, referentes a 167 Unidades Gestoras. Ainda com o fito de avaliar os controles internos dos Imóveis, os técnicos desta SFC procederam, por amostragem, análise dos dados cadastrais dos imóveis no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI, tendo sido constatado que este não vem produzindo com eficácia, as informações destinadas ao bom gerenciamento do Patrimônio Imobiliário do Instituto, em virtude das falhas constatadas.

4.2.2 CONSTATAÇÃO: Incompatibilidade entre os registros do SIAFI e dos Inventários de Bens Imóveis

Ressalte-se que por ocasião do encerramento do exercício de 2001 não foi realizado Inventário Físico e Financeiro dos Bens Imóveis do Instituto. As informações apresentadas no Processo de Prestação de Contas de 2001 foram extraídas do Sistema de

Gerenciamento Patrimonial de Imóveis – SGPI, no qual não são consignadas informações importantes tais como: confirmação de endereço, reavaliação, estado de conservação, condições de uso, ocupação própria ou terceirizada, situação legal e atualização dos registros.

Confrontados os valores registrados no SIAFI, com os consignados nos Relatórios de Bens Imóveis das Gerências Executivas, observa-se divergência de valor nas contas a seguir especificadas:

CONTA	RELATÓRIO SGPI	SIAFI	DIFERENÇA
1.4.2.1.1.01.00 – EDIFÍCIOS	304.902.209,72	284.992.682,68	18.886.537,56
1.4.2.1.1.02.00 - GLEBAS E FAZENDAS	28.834.487,74	6.979.132,54	17.943.010,60
1.4.2.1.1.05.00 - IMÓVEIS A REGISTRAR	0	1.155.431,14	-1.155.431,14
1.4.2.1.1.06.00 - SALAS E ESCRITÓRIOS	124.935.159,68	121805994,8	3.129.164,93
1.4.2.1.1.07.00 - CASAS E APARTAMENTOS	73.072.576,73	56.518.643,55	16.553.933,18
1.4.2.1.1.91.00 - OBRAS EM ANDAMENTO	0	4.670.465,37	-4.670.465,37
1.4.2.1.1.94.00 - IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS	327.052.647,60	338.409.091,96	-6.735.163,36
1.4.2.1.1.97.00 - IMÓVEIS A ALIENAR	52062944,84	61.176.270,25	-8.844.075,47
1.4.2.1.1.1.0.00 - IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	0	27.144.853,24	-27.144.853,24

A não realização de Inventário Físico e Financeiro e de reavaliação do imóveis contribui para existência de base de dados inconsistentes do SGPI, que aliados à carência de servidores capacitados para atuar no Setor e a falta de interação com a Área Contábil vem influenciando de forma negativa no controle e gerenciamento de imóveis no âmbito das Gerências Executivas, valendo ressaltar que, em decorrência desse fatores, os relatórios emitidos por meio do SGPI não refletem a realidade patrimonial do Instituto.

JUSTIFICATIVA: Não foi apresentada justificativa para o fato em questão.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos maior atenção quanto aos controles internos dos Bens dos Imóveis, devendo ser tomadas providências tais como: atualizações dos dados cadastrais, realização tempestiva dos inventários, regularização das documentações, dentre outras, com vistas a facilitar a implementação das cessões ao SPU, bem como, dispor de informações fidedignas que representem a realidade do patrimônio imobiliário do Instituto.

Alienação de Bens Imobiliários

4.2.3 INFORMAÇÃO: Segundo informação da Coordenação-Geral de Logística do INSS, foram efetuados estudos visando a introdução de uma nova política de desmobilização, onde o acervo imobiliário do INSS recebido em dação de pagamento será repassado à Secretaria de Patrimônio da União como forma de pagamento da dívida mobiliária que o Instituto tem com o Tesouro Nacional. Essa operação, inicialmente, implicaria na transferência dos imóveis que na atualidade são ocupados por órgãos públicos. Na sequência, seriam transferidos os demais imóveis na medida em que forem regularizadas as respectivas documentações.

Em 31 de dezembro de 2001, o Instituto contava com 5.212 imóveis no valor de R\$2.764.622.648,25 (dois bilhões, setecentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o SGPI. Já no SIAFI, na Conta Bens Imóveis foi registrado o saldo acumulado de R\$ 2.778.032.400,50 (dois bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, trinta e dois mil, quatrocentos reais e cinquenta centavos).

Ressalte-se que a Conta Alienação de Bens Imóveis registrou, em 31/12/2001, o saldo de R\$9.324.273,28 (nove milhões trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e

três reais e vinte e oito centavos), entretanto essas situações são decorrentes de alienações efetuadas em anos anteriores, cujos pagamentos estão sendo realizados de forma parcelada.

Bens Móveis e Equipamentos

Adições de Bens Móveis e Equipamento

4.3.1 INFORMAÇÃO: De acordo com o Relatório Anual de Auditoria, a Área de Logística não foi auditada, durante o exercício de 2001, sendo a avaliação dos controles internos dos Bens Móveis efetuada tão-somente com base no confronto dos registros dos Inventários com os do SIAFI, relativamente a 98 Unidades Gestoras que apresentaram os mencionados Inventários em tempo hábil. Considerando a não atuação da Auditoria Interna “in loco” e que de 884 Ugs, somente 98 apresentaram Inventário, fica prejudicado a emissão de juízo de valor sobre a eficácia, eficiência e efetividade do gestão patrimonial, referente à Gestão de 2001.

Avaliação de Bens Móveis/Equipamentos

4.3.2 CONSTATAÇÃO: Ausência de Inventário consolidado de Bens Móveis.

Em decorrência da implementação da atual estrutura organizacional do INSS, as atividades de logística foram transferidas para as Gerências Executivas, dentre as quais a incumbência de proceder o controle dos Materiais Permanentes e à elaboração do Inventário Físico destes. Entretanto, das 98 Unidades Gestoras – UGs com saldo na conta Bens Móveis em 31 de dezembro de 2001, 41 não apresentaram Inventário ou os apresentaram como valores divergentes do SIAFI.

JUSTIFICATIVA: O Gestor não apresentou justificativa a cerca das UG's que não apresentaram inventário.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos às Gerências Executivas dispensar a devida atenção ao controle dos Bens Móveis, bem como, atentar para a elaboração e encaminhamento tempestivos dos Inventários Físicos/Financeiros desses bens por ocasião dos encerramentos dos exercícios. Igualmente recomendamos a Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna a inclusão nos escopos de suas missões a serem realizadas em 2002, a avaliação dos controles internos dos Bens Imóveis.

GESTÃO DE PESSOAS

5.0.0 - INFORMAÇÃO: Em razão das ações de controle realizadas pela Auditoria em Gestão Interna do INSS em suas Gerências Executivas, dos trabalhos compartilhados entre Auditoria Interna e SFC, e do acompanhamento da Gestão realizado pelos técnicos desta SFC, por meio de pesquisa nos sistemas corporativos, comunicação de auditoria, audiências e averiguações locais, impropriedades e ou irregularidades decorrentes de fragilidades nos controles internos locais, bem como pelo descumprimento de normas e procedimentos de origens interna e externas.

Movimentação

Quantidade de Pessoal

5.1.1 INFORMAÇÃO : No exercício de 2001, houve redução no quantitativo da força-de-trabalho da ordem de 577 servidores em relação ao exercício de 2000, a qual em 31.12.2001 constituía de 47.208 servidores, assim distribuídas:

Descrição	Situação em Dez/2001	%
-----------	----------------------	---

Ativo Permanente	38.802	82,193
At. Permanente Lei 8.878/94	143	0,303
Excedente à lotação	4	0,008
Nomeado para Cargo de Comissão	36	0,077
Lotação Provisória e sem vínculo	28	0,060
Exercício Descentralizado de Carreira	88	0,186
Requisitado	6	0,013
Requisitado de Outros Órgãos	2	0,004
Estagiários	5.015	10,623
Mão-de-obra Terceirizada	3.084	6,533
TOTAL	47.208	100,00

Quanto ao pessoal terceirizado que presta serviço ao Instituto por conta do Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social – PMA, foram contratadas 263 pessoas por meio do Acordo Básico de Cooperação e Assistência Técnica, assinado com a UNESCO/CTIS, em 21.09.1998, e 2.821 mediante o Contrato n.º 88, de 01.10.2001 – emergencial, celebrado entre o INSS e a CTIS, Processo n.º 35000.002359/2001-79.

Por meio da PT/INSS n.º 32, de 03.05.2001, foram nomeados 149 Auditores-Fiscais, decorrente de habilitação em concurso público, dos quais, 127 tomaram posse, encontrando-se em exercício nas diversas unidades do INSS em todo o Brasil.

A categoria Ativo Permanente – Lei n.º 8.878/94 – não sofreu alteração em relação ao exercício de 2000.

Ressalte-se que, em decorrência de estudos promovidos pelo Instituto, concluiu-se que há carência mínima de 10.706 servidores para os cargos de Nível Intermediário/Nível Superior; não tendo sido considerada no referido estudo a necessidade de servidores pertencentes às categorias funcionais de Médico, Assistente Social, Supervisor Médico Pericial, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Procurador Federal. Com embasamento no referido estudo, foram criados no quadro do Instituto 5.000 empregos públicos, por meio da Medida Provisória n.º 2.150-41, de 27.07.2001, contudo nenhuma contratação foi realizada com amparo nesse normativo até o encerramento do exercício 2001. Dessa forma, recomendamos a realização imediata de Concurso Público com o sentido de regularizar a contratação de terceirizados.

Vacâncias

5.1.2 INFORMAÇÃO: Durante o exercício em análise foram exonerados/demitidos 149 servidores e admitidos 127 por meio de concurso público.

Movimentação por Cessão/Requisição

5.1.3 INFORMAÇÃO: Em 2001 foram cedidos para outros órgãos 592 servidores, com ou sem função/cargo em comissão, dos quais 45 retornaram no decorrer do ano findo, 02 são referente ao Convênio n.º 13/84, 05 são remunerados diretamente pelo órgão cessionário e 41 estão na situação de cedidos com ônus para o órgão cessionário, remunerados pelo INSS, com posterior ressarcimento pelo cessionário, sendo observado inadimplência no ressarcimento por parte dos mesmos.

5.1.4 CONSTATAÇÃO: Servidores cedidos com ônus, sem o devido ressarcimento.

De acordo com registros do RH, existem 41 servidores cedidos com ônus a outros órgãos, dos quais 27 servidores encontram-se em situação de inadimplência relativamente a vencimentos e encargos, no montante de R\$322.981,43, conforme discriminado no Anexo I – Gestão de Pessoas.

Ressalte-se que apesar do elevado número de inadimplência somente com relação ao servidor Itamar Durvalino dos Santos – Mat. 0914333, foi tomada atitude mais enérgica, com a suspensão de seus vencimentos desde out/2001. Já a situação dos servidores: Clemente de Oliveira Barros – Mat. 0753913, Emmanuel de Andrade – Mat. 6306007, Ana Cláudia Câmara Aty – Mat. 0666886, Willian Dib – Mat. 0094056 e Evando Ferreira Soares – Mat. 1104182 é regular pois estes percebem suas remunerações pelo órgão cessionário.

Estabelecendo um comparativo em relação ao exercício findo, observamos um acréscimo da ordem de 170 cessões.

A Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS procedeu diligências junto aos órgãos envolvidos, com vistas ao ressarcimento dos desembolsos processados pelo Instituto nessa rubrica, inclusive recomendando que, em caso de inadimplência, fosse solicitado o imediato retorno do servidor ao órgão de origem, sob pena de suspensão da remuneração.

Observa-se que a situação de inadimplência perdura sem que fossem tomadas as providências requeridas pela Administração do RH.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Visando atender ao Programa de Trabalho da Coordenação-Geral de Auditoria no exercício de 2001, providências foram adotadas pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos para que seja providenciado o ressarcimento das despesas com os cedidos.

RECOMENDAÇÃO: Reiteramos recomendações anteriores, no sentido de que sejam adotadas medidas corretivas mais enérgicas, com vistas ao saneamento, por completo, das falhas apontadas, inclusive, procedendo suspensão do pagamento.

Em face da carência de pessoal informada pela Instituição, inclusive com contratação de terceirizado, faz-se necessário um reexame por parte do INSS quanto ao critério de cessão de servidores de seus quadros, ressaltando-se que, dos ressarcimentos efetuados, encontra-se pendente o montante de R\$322.981,43.

Estagiários

5.1.5 INFORMAÇÃO: O quantitativo de estagiários evoluiu de 4.317 em 2000 para 5.015 em 2001, correspondente a um acréscimo de 16%, entretanto os desembolsos foram reduzidos de R\$1.460.110,35 em 2000 e R\$967.897,20 em 2001, correspondente a 33,75%.

Remuneração, Benefícios e Vantagens

Adicionais

5.2.1 INFORMAÇÃO: Em decorrência das averiguações realizada junto à Diretoria Colegiada e Gerência Executiva no DF, por meio do aplicativo WINSAPE e sistema SIAPE, verificamos que no âmbito da Diretoria Colegiada e da Gerência Executiva/DF foram concedidos, em 2001, 02

Adicionais de Periculosidade e 358 Adicionais de Insalubridade, todos dentro da conformidade legal.

Foram também realizadas ações de controle pela Auditoria Interna do INSS nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividade de Auditoria – PAAAI, tendo sido constatadas falhas de procedimentos na concessão dos referidos adicionais.

A Auditoria Interna do INSS constatou pagamentos indevidos de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, em decorrência de alteração de lotação, laudos vencidos ou inexistentes e não emissão de portaria de concessão, no âmbito das seguintes Gerências Executivas: GEXPOA, GEXVIT, GEXREC, GEXMCO, GEXFOR, GEXJPS e GEXTER.

Recomendamos que os adicionais de insalubridade sejam concedidos mediante apresentação de laudo médico pericial, atualizado anualmente, homologado por médico habilitado em Medicina do Trabalho. Observa-se que cessa o direito quando o servidor deixar de trabalhar em ambiente considerado insalubre, seja por modificação física do ambiente de trabalho, que elimine as condições insalubres, ou por mudança de lotação do mesmo, de acordo com os artigos 68 a 72 da Lei n.º 8.112/90, Decreto 97.458/89 e cap. XXII da CANRH.

Gerenciamento das Informações de Pessoal

5.2.2 INFORMAÇÃO: Em decorrência das missões ordinárias realizadas pela Auditoria Interna do INSS, nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividade de Auditoria – PAAAI foram, GEXACJ, GEXLON, GEXCAN, GEXSPO, GEXVIT, GEXITA, GEXSAL, GEXSBR, GEXSOR, GEXCPN, GEXSAN, GEXSPN, GEXRJC, GEXRJS e GEXPTP, constatadas falhas nos controles internos, quando da atualização das Fichas Financeiras de servidores pela Administração de Recursos Humanos, no que se refere:

- a) não foram efetuados descontos da remuneração, por ocorrência de faltas injustificadas (Cód. 28), licença prêmio por assiduidade (cód. 46) e outros afastamentos;
- b) registro de ocorrências de ponto com falhas, inviabilizando o controle e os descontos pertinentes; e
- c) informações cadastrais de servidor, cadastro de dependentes e lotação desatualizados e/ou divergentes no SIRH, SIAPE e Pasta/Ficha Cadastral; e
- d) pagamento de Gratificação Natalina em duplicidade.

Os resultados apresentados pela Auditoria Interna do INSS demonstram fragilidades no mecanismo de controle, quanto a atualização dos registros e dos cadastros, havendo portanto necessidade de aprimoramento para evitar futuras ocorrências dessa natureza.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos maior tempestividade na atualização das Fichas Financeiras dos servidores, em caso de ocorrências a serem registradas, como também seja procedida atualização cadastral cabível, inclusive apurando se houve atualização na conversão de todos os dados cadastrais existentes no SIAPE para o novo sistema SIAPEcad.

Indenizações

Indenizações Judiciais

5.3.1 INFORMAÇÃO: Foi criado, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da PT/MP n.º 17, de 06.02.2001, o Sistema de Cadastro de Ações Judiciais – SICAJ, visando o controle, acompanhamento e cumprimento de decisões judiciais relativas à gestão de recursos humanos, nas ações propostas contra a União.

A Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS efetuou o cadastro de 255 ações judiciais até 31.12.2001. Dentre as indenizações judiciais identificamos a parcela “Adiantamento do PCCS” que teve sua origem em movimento grevista, ocorrido no ano de 1987, quando da extinção das Autarquias Federais (IAPAS, INAMPS e INPS) integrantes do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), vinculados ao Ministério da Previdência e Assistência Social, foi dada, pelo Governo Federal, a promessa de criação de um Plano de Carreira para os servidores da Previdência e Assistência Social.

Visando por fim à greve, foi concedido aos servidores um empréstimo, a partir de janeiro de 1988, denominado “Adiantamento Pecuniário”, a título de antecipação do futuro Plano de Carreira, Cargos e Salários, cujo Projeto de Lei deveria ter sido remetido pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei n.º 7.604/87.

O adiantamento em questão foi concedido na forma de um “Empréstimo Patronal”, dada a urgência no atendimento das reivindicações dos grevistas, e em razão da impossibilidade do Governo editar uma lei concedendo reajuste salarial apenas aos previdenciários.

O “empréstimo” em abordagem seria suportado pela CODAP – Comissão Diretora de Assistência Patronal, que era Órgão assistencial dos servidores da Previdência Social, mantido com contribuições desses servidores e participação supletiva da União Federal, supervisionado pelo Diretor-Geral do MPAS.

Em um primeiro momento foi concedido o aludido empréstimo através do Telex MPAS n.º 6.616, de 15.10.97, sob a condição de ser descontado, escalonadamente, após a instituição do PCCS.

Desta forma, no mês de outubro de 1987, o Fundo de Assistência Patronal emitiu um recibo de pagamento, em separado, para cada servidor da Previdência Social que tinha como base de cálculo a remuneração (vencimento/salário mais vantagens fixas) do servidor ativo e os proventos (vencimento/salário mais vantagens fixas) do servidor inativo, referente ao mês de setembro de 1987, nas seguintes bases de cálculo:

MÊS	BASE DE CÁLCULO	ATIVOS	INATIVOS
10/87	Remuneração do mês 09/97	50%	25%
11/87	Remuneração do mês 10/97	100%	50%
12/87	Remuneração do mês 11/97	100%	50%

A partir do mês de janeiro de 1988 passou a ser concedido o percentual de 100% tanto para os servidores ativos quanto para os inativos, sobre a remuneração do mês de dezembro de 1987.

Com a edição da Medida Provisória n.º 20, de 11.11.88, convertida na Lei n.º 7.686/88, foi, finalmente, instituída a vantagem denominada “Adiantamento Pecuniário”, conforme o disposto no seu Art. 8º, *in verbis*:

“Art. 8º - O adiantamento pecuniário concedido, em janeiro de 1988, aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, do Instituto Nacional de Previdência Social e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, continuará a ser pago àqueles servidores que a ele façam jus na data da vigência desta Lei, considerando os valores nominais percebidos em janeiro de 1988.

Parágrafo 1º - A partir do mês de novembro de 1988, o adiantamento pecuniário será reajustado nos termos do art. 8º do Decreto-lei n.º 2.335, de 1987, após a aplicação da antecipação salarial a que se refere o art. 1º desta Lei.”

Diante do exposto, considerando o contido no Decreto-lei n.º 2.335/87, em julho de 1989 o Instituto procedeu a atualização administrativa dos adiantamentos concedidos, com base na aplicação das URP's, retroagindo a novembro de 1988, data a partir da qual os mesmos encontravam-se congelados (MEMO/MPAS/GM 2.829/89 e Circular Conjunta IAPAS/INPS n.º 008/89).

Os valores das diferenças apurados no período acima foram pagos em folha suplementar nos meses de julho e agosto/89, conforme acordo administrativo firmado entre a Administração e os servidores da Previdência Social.

Tem-se que essa verba foi concedida, e seria descontada após a instituição do PCCS – Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Em 12.12.89, a Administração institui novas tabelas de vencimentos aos servidores públicos com a edição da Lei n.º 7.923, que excluiu expressamente das vantagens o “Adiantamento PCCS”, conforme disposto no §3º, item XXII do art. 2º.

Todavia, dando início ao processo de isonomia dos servidores públicos federais, foi editada a Lei n.º 8.460, em 17.09.92, que estabeleceu nova tabela de vencimentos e soldos para os servidores públicos civis e militares e, em seu Art. 4º, determinou a incorporação do Adiantamento Pecuniário – PCCS, regulamentado pela Lei n.º 7.686/88, aos vencimentos dos servidores civis. E ainda, determinou no seu art. 9º, que caso o valor do vencimento ou provento decorrente da incorporação do salário do servidor nos termos desta Lei, não absorva integralmente as vantagens a que se refere o art. 4º, a diferença será paga a título de vantagem individual nominalmente identificada.

Constata-se que, na implantação do PCCS JUDICIAL, não foi levado em consideração a incorporação do PCCS que vinha sendo recebido, por força da Lei 8.460, de 17.09.92.

O TCU, por meio da TC n.º 001.157/98-1, entendeu que não há embasamento legal para o pagamento, a partir de setembro de 1992, de rubrica destacada a título de “Adiantamento Pecuniário – PCCS”, o que incorreria no recebimento da verba em duplicidade pelos servidores, constituindo uma ilegalidade.

É oportuno destacar que a questão em tela foi abordada no Relatório de Gestão n.º 044356, relativo ao exercício de 1999, e no Relatório de Gestão n.º 070246, referente ao exercício de 2000, constituindo-se em ressalvas à certificação das contas.

5.3.1.1 CONSTATAÇÃO: Pagamento indevido de sentenças judiciais.

O Instituto desembolsou R\$906.468.076,70, no decorrer de 2001, como pagamento de Indenizações Judiciais a servidores, dentre elas, o Adiantamento de PCCS, o Plano Collor – 84,32%, o reajuste salarial de 3,17%, os 26,05% - URP, reajuste salarial de 47,11% e Decisões Judiciais não transitadas em julgado registradas no SICAJ, conforme **Anexo II – Gestão de Pessoas**.

A partir de setembro de 1992, dadas as disposições contidas na Lei n.º 8.460/92, nenhum servidor dos quadros da Previdência Social faz jus ao “Adiantamento PCCS”, seja por força de decisão administrativa ou por força de decisão judicial, por não haver embasamento legal para o pagamento desta rubrica. A permanência deste ato incorreria em pagamento em duplicidade pelos servidores, constituindo ilegalidade.

Em Auditorias Operacionais Integradas efetuadas em 1996 e 1997 pela então Secretaria de Controle Interno no MPAS juntamente com a Auditoria Interna e o Departamento de Recursos Humanos do INSS, foram emitidos Relatórios e enviados às Gerências Estaduais do INSS nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, solicitando que fosse procedido levantamento de todos os servidores que percebiam os valores

registrados na rubrica “Adiantamento PCCS”, visando verificar se existiam diferenças a serem pagas na forma de vantagem nominalmente identificada, como prevê o art. 9º da Lei n.º 8.460/92, bem como fossem excluídos os pagamentos daqueles servidores que tiveram incorporados o Adiantamento PCCS, incorrendo no pagamento em duplicidade pelo INSS.

O TCU, por meio da Decisão n.º 026, de 30.01.2002 – Plenário, Relatório e Voto que a fundamentou, referente a TC 009.033/1993-9 com 07 volumes anexos, inclusive a TC 001.157/1998-1, determinou à Presidência do INSS, em seus itens 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4, no tocante ao Adiantamento do PCCS, fossem adotadas, entre outras, as seguintes providências: manter o Tribunal informado por meio das prestações de contas anuais quanto aos resultados alcançados em decorrência da expedição do Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06, de 05.06.97; suspensão imediata de pagamentos em duplicidades, desincorporação da rubrica da folha de pagamento, identificação dos prejuízos e instauração de TCE; recalcular os valores porventura devidos, caso ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado destas ações; apor nos processos quadro resumo, contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes; regularização dos casos em que os pagamentos foram realizados aos beneficiários após o levantamento dos processos, segundo recomendado no Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06/97, sem os descontos de Imposto de Renda e Previdência Social; revisar os pagamentos efetuados em Julho/89 e providenciar o ressarcimento de importâncias pagas a maior, inclusive informando à SECEX/RN a respeito dos resultados da revisão em abordagem; que a GEXPA não permita o pagamento da correção relativa ao período de Nov/88 a Jul/89 nos casos em que ela já tiver sido paga; e que a GEXAC considere, à época dos pagamentos do Adiantamento do PCCS, as atualizações dos valores já despendidos antecipadamente aos reclamantes.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 087911-12, de 08.03.2002, emitida por esta equipe de auditoria, o Coordenador-Geral do Contencioso Judicial da Procuradoria-Geral do INSS informou que não caberia àquela Coordenação manifestar-se sobre a instauração da tomada de contas especial. Quanto aos prejuízos a serem ressarcidos, recomendou fosse ouvida a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos que dispõe de relação de beneficiários e de valores mantidos em rubrica específica que continuam a ser pagos. No que se refere ao gerenciamento dos pagamentos, aquela Coordenação expediu o Memorando-Circular CJ/PG/INSS n.º 06/97, orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria, como também realizou trabalhos em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, promovendo o levantamento de todos os processos relacionados com a rubrica Adiantamento do PCCS, e comunicando aos requisitados a manifestação daquela Procuradoria no sentido da imediata suspensão dos pagamentos.

RECOMENDAÇÃO: Ante a caracterização da duplicidade de pagamento levantada pelo TCU, e o entendimento desta SFC presente nos relatórios emitidos em 1996 e 1997 e nos Relatórios de Gestão 1999 e 2000, como também às conclusões da Procuradoria-Geral do INSS, expressas no Memorando 01.200.2 n.º 94, de 02.10.01, recomendamos que seja saneada a presente irregularidade, promovendo a desincorporação e o ressarcimento ao erário dos valores pagos em duplicidade.

Diárias

5.3.2 – INFORMAÇÃO: Em decorrência das missões ordinárias realizadas pela Auditoria Interna do INSS, nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividade de Auditoria – PAAAI ficou constatado o pagamento indevido de Diárias, dadas as irregularidades apuradas, corroborando com os fatos apontados e trabalhos realizados por esta Secretaria Federal de Controle Interno referente a concessão de diárias, foram apuradas diversas

disfunções/irregularidades, as quais perduram, conforme verificado pela Auditoria Interna do Instituto, em missões realizadas em 2001, por amostragem, nas unidades do INSS, que identificou:

- não apresentação dos bilhetes de passagem para conferência e anexação à respectiva PV;
- retorno antecipado ou saída posterior à data prevista, sem restituição de diárias (art. 59 da Lei N.º 8.112/90 e art. 8º do Decreto n.º 343/91);
- pagamentos de diárias com início na sexta-feira, ou em dias de sábado, domingo e feriado, sem a justificativa expressa na PV, ou sem declaração de extravio de bilhetes de passagem;
- pagamento de diárias em duplicidade;
- cálculo incorreto, quanto a inobservância do percentual de acréscimo devido pelo deslocamento à determinadas cidades;
- divergência entre os períodos de ocorrência de ponto constante nas Fichas de Registro de Frequência e os períodos correspondentes de viagem em objeto de serviço constantes nas PV;
- convocação para uma cidade e emissão de PV para outra cidade de percentual de acréscimo maior;
- não efetuado desconto para contribuição à Seguridade Social (Lei n.º 9.783/99);
- pagamentos de diárias efetuados após a saída do servidor, ou correspondente a período superior a 15 dias, de uma só vez, em desacordo com o art. 6º do Decreto n.º 343/91;
- proponente autorizando a sua própria PV;
- pagamento de diárias no período de férias do servidor;
- não efetuado desconto de auxílio transporte, ou efetuado a menor, não considerando a proporcionalidade de 22 dias úteis;
- pagamento indevido de diárias, sem pernoite ou à cidades limítrofes;
- concessão do adicional previsto no art. 9º do Decreto 343/91 em PV de prorrogação;
- período de PV não corresponde com o período da convocação;
- ausência do documento de convocação;
- não devolução dos valores pagos a maior do que a efetiva despesa com passagens;
- concessão do adicional previsto no art. 9º do Decreto 343/91 com a utilização de carro oficial;
- pagamento de diárias a prestador de serviço;
- diárias concedidas por servidor não competente para tal; e
- pagamento de diárias concedidas por longos períodos, descaracterizando o deslocamento em caráter eventual ou transitório, conforme exige o art. 58 da Lei n.º 8.112/90. O TCU, por meio da Decisão n.º 325/93 – Plenário, TC 025.590/92-8, recomendou fosse avaliada a necessidade do deslocamento /remoção de

servidores para as localidades onde seus serviços são mais necessários, observados os aspectos de economicidade.

Os resultados apresentados pela Auditoria Interna demonstrou fragilidades nos mecanismos de controle, quanto ao processo de concessão de diárias, necessitando de aprimoramento para evitar futuras ocorrências dessa natureza.

RECOMENDAÇÃO: Visando corrigir as disfunções/irregularidades, recomendamos, entre outros aspectos, o que se segue:

- que sejam exigidas as apresentações dos bilhetes de passagens como comprovante da efetiva realização da viagem, para anexação às 4ª vias da PV;
- que sejam justificados, na PV, os pagamentos de diárias com início na sexta-feira, ou em dias de sábado, domingo e feriado, observando, para a concessão, o aspecto de economicidade e o interesse da Administração;
- que as unidades de RH não efetuem pagamentos de diárias quando o servidor se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, conforme dispõe o art. 58 da Lei n.º 8.112/90;
- que as unidades de RH procedam pagamentos de diárias antecipadamente, de uma só vez, ou parceladamente, caso o período seja superior a 15 dias, de acordo com o art. 6º do Decreto n.º 343/91;
- que, no caso de deslocamento por via aérea, passem a ser exigidos, também, os respectivos cartões de embarque, visto que nas passagens emitidas/apresentadas não constam as alterações de datas e horários, e nem confirmam a real utilização do bilhete, impossibilitando observar se ocorreram partidas posteriores ou retornos antecipados que obriguem a restituição de valores, conforme art. 59 da Lei 8.112/90 e art. 8º do Decreto 343/91;
- que sejam prestadas orientações, ou criados mecanismos de controle, a fim de evitar pagamentos de diárias em duplicidade; e
- que sejam criados mecanismos de controle e acompanhamento, sobre todas as concessões/pagamentos de diárias efetuados, de modo a possibilitar a conferência das ocorrências de ponto registradas para viagens em objeto em serviço, bem como, a fim de promover os descontos de auxílio transporte e de contribuição para a seguridade social, considerando o art. 58 da Lei 8.112/90, alterado pela Lei 9.527/97, § 2º do inciso II do art. 5º da MP 2077 – 32/2001, inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei 9.783/99, e § 2º do art. 1º do Decreto 2050/96.

Ajuda de Custo

5.3.3 INFORMAÇÃO: Em decorrência das missões ordinárias realizadas pela Auditoria Interna do INSS, nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAAAI ficou constatado a concessão indevida de Ajuda de Custo, culminando nas seguintes recomendações:

- inclusão de adicional por tempo de serviço e/ou adicional de insalubridade no cálculo da remuneração para pagamento de ajuda de custo (alíneas “n” e “p”, inciso III, art. 1º da Lei n.º 8.852/94);
- erro de cálculo (art. 3º do Decreto n.º 1.445/95);

- não realização de mudança dos dependentes, acompanhando o servidor;
- não solicitação de apresentação de documentos que comprovem a mudança domiciliar;
- não existência de comprovante de dependência econômica e declaração da entidade onde faz curso superior, para dependente maior de 21 anos;
- não publicação do despacho concessório de ajuda de custo;
- não devolução da ajuda de custo após desistência da remoção “ex-offício”;
- não consta no processo cópia da publicação do ato de remoção “ex-offício” ou de nomeação;
- concessão para dependente maior de 24 anos;
- concessão de ajuda de custo incluindo como dependente a empregada doméstica; e
- reembolso de transporte mobiliário e bagagens sem apresentação de nota fiscal que comprove a despesa.

Os fatos apresentados demonstram a necessidade de rever os mecanismos de controle interno, bem como, os procedimentos do processo de concessão e comprovantes documentais.

RECOMENDAÇÃO: Em face das ocorrências de disfunções/ irregularidades, em várias unidades do Instituto, recomendamos que quando houver pagamento de ajuda de custo, seja juntado, ao respectivo processo, comprovantes da efetiva mudança domiciliar do servidor e de seus dependentes, bem como revisão de procedimentos de concessão.

Indenização de Transporte

5.3.4.– INFORMAÇÃO: Em decorrência das missões ordinárias realizadas pela Auditoria Interna do INSS, nas unidades contempladas no Plano Anual de Atividade de Auditoria – PAAAI foram constatadas irregularidades quando do pagamento de indenização de transporte a seguir elencadas:

- publicação de Portaria concessória e não ocorrência de pagamento;
- pagamento sem emissão e publicação da Portaria concessória;
- pagamentos em desacordo com a Portaria concessória;
- pagamentos em desacordo com os períodos a que faz jus o servidor;
- concessão de indenização de transporte referente a períodos de afastamento do servidor (férias, licenças,...);
- pagamento cumulativo de indenização de transporte com auxílio transporte, passagens aéreas/terrestres, adicional do art. 9º do Decreto n.º 343/91;
- Servidor atestando a execução de serviço externo por ele realizado ou por outro que não seja seu subordinado;
- indenização de transporte concedida a agentes administrativos, auxiliar operacional de serviços diversos, datilógrafos, etc. que não têm o serviço externo como atribuição própria do cargo, conforme dispõe o art. 60 da Lei n.º 8.112/90 e art. 1º do Decreto n.º 3.184/99;

- indenização de transporte concedida para dias de ponto facultativo ou feriado, finais de semana, recessos forenses;
- pagamento por dia em que foi utilizado veículo oficial;
- pagamento em duplicidade; e
- informação, na PV, de serviço a ser realizado, divergente dos serviços declarados e atestados, para o mesmo período.

RECOMENDAÇÃO: Em face das ocorrências de disfunções/irregularidades, em várias unidades do Instituto, recomendamos o que se segue:

- que a concessão de indenização de transporte ocorra, somente, após a opção, formal, do servidor, pela utilização de meio próprio de locomoção para a realização de serviços externos, de acordo com o inciso I do art. 2º da Portaria Normativa/MPOG/SRH n.º 8/99 e o art. 1º do Decreto n.º 3.184/99.
- que sejam preenchidos, na íntegra, os campos da Declaração de Realização de Serviços Externos – DRSE e Atestado de Execução de Serviços Externos – AESE; e
- que seja observado o art. 60 da Lei n.º 8.112/90, o Decreto n.º 3.184/99 e a Portaria Normativa/MPOG/SRH n.º 8/99, determinando que as declarações/atestados, que não contiverem informações condizentes com a realidade dos fatos, deverão ser submetidas às Divisões de Corregedoria das Auditorias Regionais, para apuração de responsabilidade, assim como as concessões que ocorrerem em desacordo com as normas vigentes, conforme dispõe o parágrafo único do art. 4º do Decreto n.º 3.184/99, art. 7º da Portaria Normativa/MPOG/SRH n.º 8/99, e art. 299 do Código Penal.

Capacitação e Desenvolvimento

Treinamento e Capacitação

5.4.1 INFORMAÇÃO: No decorrer de 2001 foram oferecidas 38.167 oportunidades de capacitação e atualização profissional, no âmbito do INSS, alcançando o percentual de 95% do total de servidores do quadro funcional, representando um aumento de 16% em relação ao ano de 2000, com a redução do valor médio gasto por servidor capacitado para R\$174,00 em relação a R\$381,99 despendidos em 2000.

A alusiva redução foi resultante, também, do estabelecimento de parcerias entre as Gerências-Executivas e outras instituições municipais, estaduais e federais, dentre elas: SESC, SENAC, SENAI, SESC, SEBRAI, ENAP ESAF, ANFIP, ANPREV, ANASPS, Universidades Federais e particulares entre outras.

Das áreas contempladas, 17.513 servidores foram treinadas em assuntos relacionados à Previdência Social Básica, 10.869 Arrecadação de Receitas Previdenciárias e 9.785 Valorização do Servidor Público. Ressalte-se que o Instituto conta com um efetivo de 39.538 servidores ativos, sendo; 38.802 – Ativo Permanente, 581 – Ativo Cedido, 143 – Ativo Permanente (Lei 8.878/94), 8 – Celetista e 4 – Excedente a Lotação, havendo um decréscimo de 472 servidores em relação a 2000.

Das ações de Capacitação; 2.103 foram voltadas ao treinamento operacional; 145 ao desenvolvimento de habilidades pessoal, gerencial e técnica (seminários, eventos, fóruns, palestras, simpósios, congressos e workshop); e 13 ações de capacitação e desenvolvimento organizadas pela Direção Central, favorecendo 1.705 servidores, dos quais 530 participaram

de eventos como doutorados, mestrados, MBA e seminários e congressos de atualização profissional, desenvolvidos por instituições de ensino superior e organismos internacionais.

Seguridade Social

Aposentadoria

5.5.1 INFORMAÇÃO: A Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos procedeu, no decorrer de 2001, revisão do Manual de Aposentadorias e Pensões para fins de adequação das alterações feitas pela Emenda Constitucional n.º 20/98, visando auxiliar as projeções de recursos humanos desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos (criada em junho/2001), racionalizar e simplificar o processamento de concessão de aposentadorias a servidores do INSS e benefícios de família a seus dependentes, de forma a assegurar de maneira proficiente a excelência dos serviços prestados pelo Instituto, conforme informou no Relatório de Gestão.

Demanda oriunda da DAPES/SFC/CC/PR:

INSS AL – Perolina Calheiros Correia de Melo Pinto e Outros

Trata-se da TC 020.265/1994-8 - Processo 154982.001229/2001-33 - prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 30.01.02.

Assunto: Mandados de Segurança impetrados pelos ex-servidores contra a retirada da parcela de “Adiantamento do PCCS” determinada pelo TCU. Os atos foram julgados pela legalidade, sendo os de Raunildo da Costa Lucena, Luciano Américo Galvão e Gilson José dos Santos julgados pela legalidade com recomendação, a saber:

Raunildo da Costa Lucena – apelou ao TRF da 5ª Região, que deu provimento ao recurso, impedindo a retirada do PCCS. O INSS interpôs Recurso Especial, mas este só é recebido com efeito devolutivo, razão pela qual até o julgamento por parte do STJ prevalece a decisão favorável ao ex-servidor.

Luciano Américo Galvão – apelou ao TRF da 5ª Região, mas seu recurso ainda não foi julgado.

Gilson José dos Santos – não impetrou Mandado de Segurança.

INSS BA – Maria Luiza Carneiro Pinto Zuza – Mat. 2259630

Trata-se de Diligência - Proc. 15492.001028/2001-36 – prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 17.08.01.

Assunto: aposentadoria concedida, estando pendente o lançamento dos dados no SISAC.

O Chefe do Serviço de Recursos Humanos da Gerência Executiva de Salvador/BA, por meio do expediente datado de 21.03.2002, informou que o lançamento em alusão será efetuado nos próximos dias.

INSS BSB – Harildo Fernandes da Costa – Mat. 1325795

Trata-se da TC 018.026/1996-6 – prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 20.05.01.

Assunto: aposentadoria do ex-servidor. Ato julgado regular pelo TCU, porém com recomendação.

A Secretaria Federal de Controle Interno diligenciou o INSS, que se ateve somente a apresentar o expediente de encaminhamento da Decisão do TCU e da diligência desta SFC ao Serviço de Recursos Humanos da Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal, em 11.05.01.

INSS PA – José Maria Frota Rolo – Mat. 0896807

Trata-se da TC 013.018/1995-7 – prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 06.07.01.

Assunto: recebimento de anuênios judicial, por parte do Sr. José Maria Frota Rolo, aposentado no cargo de Procurador Autárquico do INSS/Pará. Em pesquisa realizada no âmbito da Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCU, ficou constatado que o inativo não está mais percebendo a aludida vantagem judicial.

A Segunda câmara do TCU proferiu deliberação em Sessão de 10.05.2001, Ata n.º 16/2001, pela legalidade com recomendação, qual seja: não obstante constar no ato de aposentadoria a parcela de anuênios judicial, foi proposto, por economia processual, fosse considerado legal e ordenado o registro do ato em favor de José Maria Frota Rolo, aditando determinação para que seja excluído do referido ato a parcela de anuênios judicial.

INSS SC – Hilda Schweitzer Tristão/Antônio Gonçalves

Trata-se da TC 006.993/97 – prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 11.02.02 – OF/TCU 2.428/2002

INSS SC – Terezinha Erodildes de Aguiar e Roldão Salésio da Rosa

Trata-se da TC 856.115/1998-3 – prazo para atendimento proposto pela DAPES/SFC/Casa Civil/PR até 15.06.01 – OF/TCU 300/2001.

O Instituto somente apresentou FAX/Ficha de Encaminhamento informando que Terezinha Erodildes de Aguiar e Hilda Schweitzer Tristão foram aposentadas pela Gerência Executiva do INSS – Florianópolis (TC 853.923/1997-3 e TC 856.513/1998-9); quanto a Antônio Gonçalves e Roldão Salésio da Rosa, os ex-servidores foram aposentados pela Gerência Executiva de Criciúma.

Regime Disciplinar

Processos de Sindicâncias

5.6.1 INFORMAÇÃO: Esta equipe solicitou demonstrativo contendo a relação de processos de sindicância concluídos, indicando se a Unidade concluiu pelo arquivamento, pela aplicação de penalidade ou pela instauração de processo administrativo, sendo apresentado dossiê, composto de 02 volumes, contendo fichas individuais, do total de 246 processos instaurados. As aludidas fichas foram extraídas do Sistema de Acompanhamento de Inquérito Administrativo.

Compondo o quantitativo de 246 processos observamos que 30% refere-se a irregularidades em benefício; 14% trata-se de desaparecimento de processos/documentos/materiais permanentes; e 12% reporta-se à conduta inadequada de servidor, entre outros.

Da análise procedida na documentação apresentada encontramos as seguintes falhas/inconsistências: morosidade dos procedimentos a serem adotados, por fase; 30% dos processos encontram-se em fase de instauração/reinstauração, dos quais, 25% são anteriores a 2001; e 21% dos processos foram julgados, dos quais, 30% não consta informação quanto às pessoas envolvidas e/ou as penalidades decorrentes do apurado.

GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Processos Licitatórios

Formalização Legal

6.1.1 INFORMAÇÃO: Quanto à formalização legal, a entidade vem apresentando falhas quanto ao enquadramento da compra ou serviço na modalidade correta, em obras do Programa de Melhoria de Atendimento da Previdência Social – PMA.

6.1.2 CONSTATAÇÃO: Aquisição de uniformes para pessoal terceirizado

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, procedeu diversas licitações com a finalidade de contratar empresas para a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados que estão lotados ou prestam serviços nas Agências da Previdência Social, de acordo com o Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social – PMA, em todo o Brasil. Foram contratadas as seguintes empresas: CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda. (Processo n.º 35000.010678/99-16); VESTBEL LTDA. (Processo n.º 35166.001363/00-73); DIANA PAOLLUCI (35000.010674/99-65, 35239.000165/01-72, 35000.010680/99-68 e 35000.010679/99-89); HAIEL IND. E COMÉRCIO (35000.010676/99-91); e HADA COM. CONFECÇÕES (35000.010677/99-53 e 35301.009776/01-11).

Analisamos o Processo n.º 35000.010678/99-16, que trata da contratação da empresa CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda., sob a forma de execução indireta no regime de empreitada por preço global, cuja finalidade é a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados lotados ou que prestam serviços nas Agências do Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social, no estado de São Paulo, sendo firmado o Contrato n.º 034 em 26.06.2000, entre a Gerência Executiva do INSS/São Paulo – Centro e a empresa CONFEX BEL, no valor de R\$ 1.502.308,00, com vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

O resultado da análise foi exposto por meio da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 024/2002, onde foram relatadas as seguintes impropriedades/irregularidades: contratação efetivada com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 (prestação de serviço contínuo), quando se trata do item III do art. 6º da referida lei (compra de bens de fornecimento parcelado); infringência do § 1º do art. 61 da Lei n.º 8.666/93 (prazo para publicação do extrato do termo aditivo); fornecimento de uniformes a pessoal terceirizado, desconsiderando o teor dos contratos firmados pelo INSS com a FUB/UnB e CTIS e o acordo básico com a UNESCO, que descrevemos a seguir:

Acordo Básico UNESCO/CTIS: “Objeto e atribuições dos serviços

- a) Os executantes do referido serviço deverão comparecer ao serviço devidamente uniformizados, portando na lapela, à altura do peito, sua identificação (crachá plastificado), com seu nome, função e o nome da contratada, não se tolerando uniformes incompletos, sujos ou de mau gosto.”

Contrato n.º 24/98 – FUB/UnB: “Cláusula Décima-Primeira – Da descrição dos serviços

- b) fornecer uniformes ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC/BRASIL, de acordo com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.”

Contrato Emergencial n.º 88/2001 – CTIS: “Cláusula Décima-Segunda – Da descrição dos serviços

- c) fornecer uniforme ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC/BRASIL, de acordo

com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.”

Diante dessas constatações, a equipe recomendou o imediato cancelamento do contrato n.º 034/2000 e respectivos aditamentos, o ressarcimento dos valores correspondentes aos uniformes fornecidos pelo INSS ao pessoal contratado, bem como a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade e punição dos responsáveis, recomendações essas que não foram atendidas.

JUSTIFICATIVA: Em resposta ao Ofício n.º 655/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 14.02.2002, que encaminhou a Nota Técnica/DSPAS/SFC/CC/PR/ n.º 024/2002, o INSS mediante o Ofício n.º 284/DCGAB/INSS, de 01.03.2002, informou que: os preços estimados tiveram como referência o valor de mercado; a estimativa dos preços foi buscada nos produtos similares aos serem contratados, na região originária do Edital padronizado; a efetivação da contratação na categoria serviços, foi fundamentada no princípio de que as compras se caracterizam quando existir obrigação de “dar”, haverá serviço quando a obrigação for de “fazer”; a ausência de publicação do extrato do Termo Aditivo de prorrogação não é causa de sua invalidação, considerando que é o mesmo contrato reiniciando sua vigência e vigorando por outro prazo, e justificou a aquisição de uniformes para pessoal terceirizado com base na Decisão/TCU/n.º 154/2001 (DC-0154-25/01-2), que trata especificamente do contrato firmado entre a autarquia e a Fundação Universidade de Brasília – FUB/UnB (contrato n.º 024/98).

RECOMENDAÇÃO: Em razão da ausência de embasamento legal para esse tipo de contratação, mantemos as mesmas recomendações constantes da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR n.º 024/2002, sendo imprescindível a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade de quem deu causa às irregularidades constatadas, levantamento dos prejuízos causados aos cofres da Instituição referentes aos valores pagos na aquisição de uniformes para pessoal terceirizado e ressarcimento dessas despesas, aplicação das sanções devidas, observando que, no caso de terceirização de serviços, o fornecimento de uniformes deve ficar a cargo da contratada, como tem ocorrido nas demais contratações com o Poder Público, onde ocorre a cessão de mão-de-obra por parte da empresa contratada.

6.1.3 CONSTATAÇÃO: Ausência de comparativo de preços

O processo n.º 35000.005424/2000-64, referente à dispensa de licitação n.º 040/2000, originou o contrato n.º 021/2000, firmado em 26.09.2000, tendo como fundamento legal o artigo 24, inciso XVI da Lei n.º 8.666/93, com vigência de 26.09.2000 a 25.09.2001, no valor total de R\$ 224.165.000,00. O objeto do referido contrato é a prestação, pela DATAPREV ao INSS, dos serviços referentes às linhas de serviços de processamento de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas, teleprocessamento, consultoria e assessoria técnica, treinamento e apoio ao usuário, disseminação de informações, automação de escritório e administração das instalações de computadores e periféricos.

Foi emitida Solicitação de Auditoria n.º 02/0883012001, em 10.12.2001, solicitando o posicionamento atual em relação ao realinhamento de preços proposto pelo INSS, como forma de ajustar os valores de faturamento da DATAPREV com os valores autorizados no orçamento para o ano de 2001, cuja resposta não foi encaminhada a essa equipe até o momento.

Em documento elaborado pela DATAPREV, intitulado “Realinhamento de Preços do Contrato DATAPREV/INSS – Dezembro/2001”, consta que será dispensada a celebração formal de um termo aditivo, nos termos do § 8º, Art. 65 da Lei n.º 8.666/93. Foram apresentadas planilhas indicando que o realinhamento de preços reduziu o valor do faturamento mensal em 13,88% considerando-se o faturamento de agosto/2001. Com tal

redução, o faturamento mensal passou a ser de R\$ 31.059.062,99. O valor da redução relativa ao exercício de 2001 totalizou R\$ 96.656.842,21, segundo informado pela DATAPREV. O contrato n.º 21/2000 expirou em 25.09.2001, e de acordo com dados extraídos do SIAFI, foram desembolsados R\$ 290.477.131,35, aumentando cerca de 30% o valor previsto inicialmente.

No Relatório de Análise do Contrato n.º 21/2000, comparando o contrato vigente e o anterior (Contrato n.º 019/95, no valor total de R\$ 256.476.174,49), foram detectadas modificações consideráveis na estrutura do contrato n.º 21/2000, com a exclusão de alguns sistemas, a criação de novos e a continuidade de alguns já existentes. Quanto à ausência de comparação de preços, o INSS justificou que não foi apresentado “quadro comparativo entre os custos do contrato anterior e do novo, em face das alterações mencionadas, no entanto, a maioria dos serviços que permaneceram mantém as mesmas definições e, em termos de preços, sofreram pequenas variações. O que ocorreu, na verdade, foi um aumento de custos em decorrência de NOVAS IMPLANTAÇÕES DE SISTEMAS, e não alteração dos custos dos sistemas já existentes, estes, a DATAPREV teve o cuidado de mantê-los inalterados.”

O Instituto informou ainda que “o principal parâmetro para a revisão dos preços foi a dosagem do resultado da empresa a um nível compatível com a sua realidade e a de seu principal cliente...”, e que a diversidade de itens faturáveis que compõem o catálogo de serviços contemplados pelo contrato, impedem sua total comparação com o que se pratica no mercado. Observamos que os critérios adotados pela unidade para redução dos preços contratados se resumiram a uma adequação orçamentária entre as partes interessadas, sem uma revisão criteriosa das reais necessidades dos serviços contratados e sem a utilização de parâmetros de mercado que validassem essa redução.

JUSTIFICATIVA: Não foi apresentada para o fato em questão.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à unidade obediência ao disposto na Lei n.º 8.666/93 quando da contratação por dispensa de licitação, especialmente quanto à realização de pesquisa de mercado, procedimento que é fundamental para a comparação de preços praticados e influi sobremaneira na escolha mais vantajosa para a Administração. Recomendamos, ainda, acompanhamento e avaliação criteriosa dos serviços prestados pela DATAPREV, bem como adoção de critérios específicos no que se refere aos preços pactuados e quantitativo dos serviços, sempre utilizando como base comparativos de custos, realização de pesquisas de preços e revisão das reais necessidades da contratação.

6.1.4 CONSTATAÇÃO: Realinhamento de Preços

O processo n.º 35000.002533/2001-74 trata da prestação de serviços especializados pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, para período de 26.09 a 31.12.2001, tendo em vista o término da vigência do Contrato n.º 021/2000.

Foi apresentada pela DATAPREV planilha de composição de cálculo da formação dos preços dos serviços a serem prestados no novo contrato. A previsão de faturamento mensal importou em R\$ 36.149.337,02, sendo que o valor do contrato, no período de 26.09 a 31.12.2001, totalizou R\$ 131.818.820,36. A minuta contratual apresentada foi validada pelos representantes do INSS após pesquisa feita junto as diversas linhas do Instituto.

O contrato n.º 090, foi firmado em 26.09.2001, com vigência no período de 26.09.2001 a 31.12.2001, tendo por objeto a prestação, pela DATAPREV ao INSS, dos serviços referentes às linhas de serviço de processamento de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas, teleprocessamento, consultoria e assessoria técnica, treinamento e apoio ao usuário, disseminação de informações, automação de escritório e administração das instalações de computadores e periféricos. De acordo com a cláusula nona – do preço,

faturamento e forma de pagamento, “os preços expressos em reais serão especificados por serviço, na forma constante da Tabela de Elementos dos Anexos de I a XII e Projeto Básico”.

O INSS registrou que em face da não existência de tempo hábil para um estudo mais aprofundado, da ausência de uma equipe de informática, para auxiliar na análise dos serviços executados e da falta de recursos humanos na área de orçamento e finanças, para um profundo detalhamento nas planilhas de composição de preços, o Instituto sentiu-se impossibilitado de analisar minuciosamente a minuta proposta, detendo-se apenas na racionalização dos sistemas e/ou serviços.

Em 01.11.2002, foi firmado o Termo Aditivo n.º 01/2002, que trata da prorrogação do contrato por mais 03 meses, a partir de 01.01.2002 até 31.03.2002, com despesas estimadas no valor de R\$ 80.000.000,00. Em 28.03.2002, foi autorizada despesa no valor total de R\$ 80.000.000,00, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 090/2001, para prorrogação por mais 3 meses, a partir de 01.04.2002 até 30.06.2002, sob as mesmas condições contratuais. O mencionado Termo Aditivo não integrava o processo quando da análise pela equipe de auditoria.

No que se refere aos serviços, observamos algumas modificações em relação ao previsto no contrato anterior (n.º 021/2000), com introdução de novos projetos, incluindo sua construção e implantação, supressão de serviços que não estavam sendo utilizados pelas áreas do INSS, bem como alterações nos custos dos serviços contratados (ex. taxa mensal de manutenção da base de dados do sistema SINTESE/Séries Históricas: R\$ 4.707,38 no contrato anterior e R\$ 83.426,24 no atual). Conforme verificamos nos documentos integrantes do processo, essas modificações não foram respaldadas por pesquisas de mercado, de maneira a procurar obter melhores preços, tampouco foi firmado Termo Aditivo que validasse a alteração de preços e a inclusão de novos serviços. O valor pago até abril/2002, importou em R\$ 43.857.990,30.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Não foi apresentada para o fato em questão.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Unidade obediência ao disposto na Lei n.º 8.666/93 quando da contratação por dispensa de licitação, especialmente quanto à realização de pesquisa de mercado, que é fundamental para a comparação de preços praticados e influi sobremaneira na escolha mais vantajosa para a Administração. Recomendamos, ainda, acompanhamento e avaliação criteriosa dos serviços prestados pela DATAPREV, bem como a adoção de critérios específicos no que se refere aos preços pactuados e quantitativo dos serviços, sempre utilizando como base comparativos de custos, realização de pesquisas de preços e revisão das reais necessidades da contratação.

6.1.5 CONTATAÇÃO: Falhas na formalização e na gestão de convênio

Refere-se à análise do processo n.º 44000.029441/98-02, que resultou na NOTA TÉCNICA/DSPAS/SFC/MF n.º 249, de 10.12.2001. O processo trata de convênio firmado em 30.06.1998, entre o INSS e o CENTRO EDUCACIONAL DE TECNOLOGIA EM ADMINISTRAÇÃO – CETEAD, cujo objeto visou a realização de ações que possibilitassem a implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária, atividade e serviços de capacitação e profissionalização no âmbito do INSS, bem como implantação de programa de desenvolvimento gerencial integrado na busca de melhoria de qualidade da prestação de serviços; aumento do grau de satisfação do cliente e melhoria da capacitação dos recursos humanos do INSS.

Foi constatada a ocorrência de irregularidades na gestão do convênio, como: dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei (art. 89 da Lei n.º 8.666/93); antecipação de pagamento sem a contraprestação dos serviços (alínea c do art. 65 da Lei n.º 8.666/93); infringência ao art. 38 do Decreto n.º 93.872,86, que dispõe que “não será permitido

o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviços...”; liberação de verba sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular (art. 10, inciso XI da Lei n.º 9.429/92). Embora a despesa tenha sido classificada como Contrato, na modalidade de Aplicação Direta, por não ser contemplado no orçamento do INSS a natureza de despesa de Transferência, evidenciamos pagamentos a empresas privadas do ramo de informática para desenvolvimento de aplicativos para recuperação e tratamento de informações gerenciais e alimentação de bancos de dados (digitação), ou seja, prestação de serviços que obrigatoriamente deveriam ser licitados.

Na prestação de contas do CETEAD, observamos que do valor liquidado de R\$ 7.252.166,34, foram despendidos com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 96,7%, que de acordo com as ordens bancárias verificadas, referem-se a pagamentos a empresas de informática, descaracterizando despesas a título de Convênio. Do total liquidado, constatamos que o valor de R\$ 177.728,79 não foi comprovado pelo CETEAD.

Em razão dessas irregularidades foram feitas as seguintes recomendações: ressarcimento ao cofres do INSS do saldo existente de R\$ 177.698,81 devido à ausência de prestação de contas do referido valor e abertura de processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa de ato em desacordo com a legislação vigente.

Por meio do Ofício/DSPAS/SFC/MF/n.º 6.010/2001, foram solicitadas informações sobre o desenvolvimento e os resultados operacionais alcançados com a implantação das soluções de melhoria de gestão nas áreas de Arrecadação e Fiscalização, Benefícios e Procuradoria, bem como a situação atual de utilização. Em resposta, o INSS informou que por problemas técnicos, foi interrompida a manutenção do sistema na área de Arrecadação e Fiscalização, porém não constam informações sobre o desempenho do sistema nas áreas de Procuradoria e Benefícios igualmente abrangidas pelo no objeto do convênio. Em nossa avaliação, o investimento realizado pelo INSS no desenvolvimento do SIGS – Sistema de Informações do Gerenciamento por Segmentação, não alcançou o êxito desejável em relação ao previsto no objeto do convênio, tendo em vista as dificuldades operacionais na execução do projeto que teve sua manutenção interrompida desde janeiro/2001. O produto gerado foi antieconômico para o Instituto, ocasionando dano ao Erário, em torno de R\$ 2.670.000,00, sem levar em consideração os gastos com treinamento de servidores.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Instituto, por meio do Ofício INSS/AUDGER n.º 0094, de 03.04.2002, informou que foi determinado à Auditoria-Geral a abertura de processo administrativo, que estará sendo instaurado em 15.04.2002, bem como foi levado ao conhecimento da unidade com relação ao valor a ser ressarcido o assunto foi levado ao conhecimento da Auditoria-Geral para as providências regulares.

RECOMENDAÇÃO: Mantemos as recomendações contidas na Nota Técnica DSPAS/SFC/MF N.º 249/2001, ressaltando ainda a necessidade de se apurar responsabilidades pelos prejuízos causados em decorrência do abandono referente a aquisição e definição do produto “SIGS”.

6.1.6 CONSTATAÇÃO: Irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência n.º 002/2001

Com o objetivo de avaliar e emitir opinião sobre os atos praticados pela Comissão Especial de Licitação instituída pela Portaria/INSS/DIRADM/n.º 30, de 26.04.2001, para realização da Concorrência n.º 002/2001, que trata da contratação de sistema de gerenciamento informatizado de atendimento ao público nas Agências da Previdência Social, foi elaborado o Relatório de Acompanhamento da Gestão/DSPAS/DS/SFC/MF/n.º 084952/2001, cujos trabalhos foram desenvolvidos no período de 29.08.2001 a 05.09.2001.

As principais constatações foram: projeto básico sem elementos essenciais e necessários, como estimativa de preço condizente com a realidade de mercado (aumento de 277% entre o custo estimado e a proposta vencedora), cronograma de execução dos serviços especificando as agências a serem contempladas em cada etapa; inoportunidade da aquisição em razão do alto custo decorrente da sofisticação da nova solução, da carência de dotação orçamentária e do custo/benefício que essa solução propiciaria; desclassificação de concorrentes antes que a avaliação técnica fosse concluída; declaração da licitante vencedora do certame, antes mesmo de serem realizados os testes de laboratório previstos no edital; avaliação técnica sem que houvesse manifestação formal do Comitê de Tecnologia e Informação; inexistência de dotação orçamentária, no exercício em exame, destinada a assegurar o pagamento das obrigações (Lei n.º 8.666/93, art. 7º, § 2º, inciso III); e previsão de dotação orçamentária de exercícios futuros destinados ao custeio das obrigações, o que só é permitido para os casos de serviços de prestação continuada (Lei n.º 8.666/93, art. 57, inciso II).

Em razão dessas constatações, recomendamos a anulação do certame licitatório pela não observância do art. 30, § 8º da Lei n.º 8.666/93 e Portaria/MPAS n.º 6.247/99; do inciso III § 2º do art. 7º e do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, como também dos artigos 40, § 2º, inciso II, 41, caput, e 43, inciso IV da Lei n.º 8.666/93. O mencionado relatório foi encaminhado ao INSS para conhecimento e implementação das recomendações, com vistas à regularização dos fatos apontados e apuração de responsabilidades.

Observamos que no exercício de 1999 foi celebrado o contrato n.º 10/99, entre o INSS e a empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda, no valor global de R\$ 1.699.445,40, para gerenciamento informatizado de 235 agências do PMA, que foi posteriormente anulado. Após outro processo licitatório anulado, o Conselho de Administração da DATAPREV decidiu pela contratação emergencial da referida empresa, por dispensa de licitação, visando o gerenciamento informatizado de 235 APS e a adequação do software em outras 70 APS, com vigência fixada de 16.02.2000 a 13.12.2000. A referida contratação no valor global de R\$ 6.127.595,00 foi realizada pela DATAPREV, sendo homologada em 15.06.2000. O fato gerou encargos tributários desnecessários ao INSS, causando prejuízo no valor de R\$ 857.863,30, referente a Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, considerando que o Instituto, autarquia federal, tem isenção tributária, ao contrário da DATAPREV, empresa pública – pessoa jurídica de direito privado.

JUSTIFICATIVA: Por meio do Ofício INSS/DCGAB/n.º 540, de 08.04.02, fomos informados que a Comissão Especial de Licitação apresentou contra-argumentos e encaminhou-os ao Sr. Diretor-Presidente do INSS para proceder aos encaminhamentos para os Órgãos de Controle. O Diretor-Presidente constituiu comissão que opinou pela anulação da licitação e que baseando-se neste parecer foi anulada, porém a Comissão Especial de Licitação estuda o processo para entrar com representação por entender que há descumprimento da legislação na citada anulação.

RECOMENDAÇÃO: Embora o certame licitatório tenha sido anulado, verificamos que não houve apuração de responsabilidade sobre quem deu causa aos prejuízos constatados em razão de contratação emergencial realizada pela DATAPREV, pela qual mantemos a recomendação constante do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão n.º 084952/2001.

Contratos de Obras, Compras e Serviços

6.2.3 INFORMAÇÃO: Com o intuito de avaliar a execução das obras/reformas das agências da Previdência Social incluídas no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social - PMA, foram programadas auditorias em 81 obras/reformas das quais foram auditadas 36, correspondendo a 44% do programado, cujos resultados foram consolidados no Relatório

Consolidado de Auditoria n.º 096166/2001, Notas Técnicas n.º 062 e n.º 083/DSPAS/SFC/CC/PR, cujas auditorias realizadas pelas Gerências Regionais de Controle Interno da SFC.

6.2.3.1 CONSTATAÇÃO: Falha na contratação e execução das obras do PMA.

Em decorrência das análises realizadas e consolidadas nos relatórios e notas mencionadas no item anterior, foram constatadas falhas e impropriedades nas obras e reformas das Agências da Previdência Social, tais como:

- ausência de documentos comprobatórios da verificação da conformidade dos preços contratados com os vigentes no mercado, conforme estabelece o art. 43 da Lei n.º 8.666/93, nas obras/reformas das Agências da Previdência de Castanhal-PA, Marabá-PA e Osasco-SP;
- fiscalização de obras não exercida de forma efetiva durante a execução do objeto, devido ao reduzido número de engenheiro e a grande quantidade de projetos;
- ausência e/ou desatualização das anotações das ocorrências na execução dos contratos referentes às agências: Tefé/AM, Imperatriz/MA, Castanhal/PA, Marabá/PA, Guarapuava/PR, Francisco Beltrão/PR, Itapetininga/SP, Itapeva/SP, Osasco/SP e Santos/SP;
- Ausência de designação formal de um representante da unidade para o acompanhamento da execução dos contratos das obras das agências de Camaçari, Candeias, Conceição do Coité, Santo Amaro e Serrinha, todas no Estado da Bahia; e Osasco no Estado de São Paulo;
- ausência de Termo de Recebimento Definitivo das obra das Agências de Camaçari/BA e Francisco Beltrão/PR.
- prazo de recebimento da obra, data de pagamento, sanções contrariando os artigos 68 a 72 da Lei n.º 8.666/93, nas obras das Agências de Itacoatiara/AM, Tefé/AM, Camaçari/BA, Itápolis/SP, Mogi das Cruzes/SP e Ribeirão Preto/SP;
- serviços inadequados, ocasionando infiltrações;
- serviços imperfeitos com probabilidades de causar futuros acidentes;
- serviços e/ou compras executados com quantitativos abaixo do proposto no projeto básico;
- problemas na pintura dos muros e canteiros externos;
- não fornecimento de equipamentos previstos no projeto básico, como macas para os consultórios e microcomputadores;
- sinalização externa inadequada; problemas na pintura dos muros e canteiros externos;
- serviços imperfeitos quanto a instalações hidrossanitárias;
- instalação de estrutura metálica incompatível com o especificado;
- dentre o mobiliário entregue, alguns não se encontravam adequadamente limpos, outros com remendos e pintura em cor diferente das divisórias; e
- execução de serviços não previstos no projeto básico.
- Designação de fiscal de obra não habilitado ou não credenciado pelo CREA, conforme estabelece o inciso IV, art. 13 da Lei n.º 8.666/93. Fato ocorrido nas Agências de Itacoatiara/AM, e Tefé/AM.

- Incompatibilidade entre o cronograma físico e o financeiro, ou seja, serviços pagos e não executados, infringindo os arts. 66 e 69 da Lei n.º 8.666/93. Irregularidade verificada nas Agências de Itacoatiara/AM, Tefé/AM, Santo Amaro/BA, Guanambi/BA, Imperatriz/MA, Castanhal/PA e Osasco/SP.
- No comparativo de preço ficou comprovado que os itens de maior relevância estão compatíveis com os praticados no mercado local, com exceção da obra da Agência de Itacoatiara/AM, onde alguns itens ficaram acima dos preços de mercado, infringindo o disposto no inciso IV do art. 43 da Lei n.º 8.666/93.
- Com relação aos aditamentos dos contratos, constatou-se que os acréscimos ou reduções estão de acordo com o limite estabelecido no art. 65 da Lei nº8.666/93, entretanto, nas obras das agências de Guanambi/BA, Senhor do Bonfim/BA e Canavieiras/BA, constatou-se que os valores dos contratos após os respectivos aditamentos ficaram acima das propostas dos demais concorrentes.
- Obras de caráter permanente realizada na Agência de Itapeva/SP, cujo o imóvel pertence a terceiro, em desacordo com o estabelecido no item 10 da Resolução INSS/PR N.º 311, de 3 de novembro de 1995.
- Na obra da Agência de Camaçari/BA foi constatado que a empresa contratada "Fase Empreendimentos Mercantil e Serviços Ltda, não possui qualificação técnica para execução da obra.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Direção do Instituto não se manifestou de forma consolidada sobre o Relatório Consolidado n.º 096166/2001 e Notas Técnicas N.ºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR.

RECOMENDAÇÕES: Recomendamos a implementação das recomendações formuladas no Relatório Consolidado de Auditoria n.º 096166/2001 e Notas Técnicas N.ºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR.

GESTÃO OPERACIONAL

Programação dos Objetivos e Metas

Aderências Normativas da Programação

7.1.1 - INFORMAÇÃO: As ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2001 tiveram como instrumentos de planejamento a Lei Orçamentária Anual e o Plano Operacional do INSS. A primeira estabeleceu as dotações e metas físicas e foi elaborada em consonância com o Programa Avança Brasil do Governo Federal, enquanto o segundo previu as ações internas do instituto necessárias ao alcance de tais metas. A síntese da execução anual informada no relatório de gestão do INSS aponta o resultado dessas ações, sobretudo quanto à eficácia.

Em uma análise da realização das metas mensuramos o grau de alcance destas, todavia as comparações históricas quanto ao Plano Operacional foram prejudicadas devido à falta de continuidade das metas estabelecidas no Planos de exercícios anteriores.

Gerenciamento de Processos Operacionais

Economicidade dos Processos Operacionais

7.2.1 - INFORMAÇÃO: Indicativos de racionalidade e/ou redução de custos na Área de Precatórios

O Grupo Especial de Trabalho RS/INSS/DC n.º 56/2001 da Procuradoria da Previdência Social em Bauru-SP apresentou relatório parcial das atividades desenvolvidas e metas alcançadas, assinado pelos Srs. Ayres Lourenço de Almeida Filho e Luiz Antônio Leite

de Andrade, Procuradores-Federais, o qual contemplou as seguintes conclusões, com destaque para as economicidades:

Precatórios

A situação dos Precatórios relacionados pelos Tribunais: TRF-3º, TJ e TRT para a Região abrangida pela PPS da Gerência Executiva Bauru-SP é a seguinte:

- a) Ano 1998 - dos 511 inscritos no orçamento, foram autorizados pagamentos pelo GET, e/ou impugnados/excluídos 99,22%, restando para análise 0,59%, ou seja, 03 precatórios. A Gerência obteve os seguintes números em valores reais:

Valor total dos inscritos: R\$ 17.413.775,16

Custo com pagamentos/Precatórios: R\$ 3.216.798,78

Economia com impugnações/exclusões: R\$ 14.165.374,71

Restos a pagar R\$ 28.281,07 (sem atualização)

- b) Ano de 1999 - dos 2310 inscritos no orçamento, foram pagos, impugnados e/ou excluídos 94,85%, restando para análise 1,17% ou seja, 27 precatórios. A Gerência obteve os seguintes números em valores reais:

Valor total dos inscritos: R\$ 28.098.536,32

Custo com pagamentos/Precatórios: R\$ 10.916.259,26

Economia com impugnações/exclusões: R\$ 15.881.034,36

Restos a pagar R\$ 442.638,82 (sem atualização)

- c) Ano de 2000 - dos 2256 inscritos no orçamento, foram autorizados pagamentos pelo GET, e/ou impugnados/excluídos 98,18%, restando para análise 1,82%, ou seja, 41 precatórios. A Gerência obteve os seguintes números em valores reais:

Valor total dos inscritos: R\$ 22.399.604,34

Custo com pagamentos/Precatórios: R\$ 12.324.514,25

Economia com impugnações/exclusões: R\$ 7.823.011,29

Restos a pagar R\$ 564.841,56 (sem atualização)

- d) Ano de 2001 - até a data de 5/10/2001, dos 1437, inscritos no orçamento, restam para análise 172 precatórios do TRF, uma vez que os inscritos do Tribunal de Justiça e do TRT já foram pagos. A Gerência obteve os seguintes números em valores reais:

Valor total dos inscritos; R\$ 12.925.860,70

Custo com pagamentos/Precatórios: R\$ 8.774.565,50

Economia com impugnações/exclusões: R\$ 2.194.910,18

Execuções de Precatórios

No período compreendido a Janeiro de 2001 até a data de 5/10/2001 foram realizadas mais de 1500 análises, elaborações de cálculos/contas em processos que estão sob a jurisdição da Procuradoria dos Tribunais de São Paulo-SP (TRF – 3ª Região), que foram disponibilizados pelos Desembargadores Federais Theotonio Costa, Roberto Haddad, Gilberto Jordan e Oliveira Lima.

Ações Rescisórias

A Gerência obteve 110 tutelas antecipadas, requeridas em ações rescisórias, suspendendo o pagamento de benefícios concedidos irregularmente/fraudulentos nas áreas de abrangência da Gerência Executiva de Bauru. Restando, ainda, 40 pedidos de tutelas antecipadas pendentes de análise pelo TRF - 3ª Região.

O GET já cadastrou 355 dossiês de aposentadorias deferidas judicialmente, com todas as características de que são fraudulentas. Dossiês estes, que devido a inércia dos defensores à época, não foram devidamente instruídos, estando este Grupo viabilizando a retiradas dos autos judiciais para esta finalidade, bem como para a instrução documental das rescisórias a serem propostas.

Neste mesmo prisma, o Grupo acompanha a instrução de 1.200 inquéritos policiais, cujas provas capitalizadas, servem de subsídios para estas rescisórias a serem propostas, e, ainda, como documento novo na reiteração do pedido de antecipação de tutela ainda não deferido. Estas, em torno de 50 despachos de indeferimento.

Não bastasse isso, quando da retirada dos autos judiciais nas comarcas para fins de colher elementos para ação rescisórias, estando estes em fase de execução, para não perder o prazo do art. 730 do CPC, obrigatoriamente, o Grupo elabora cálculos e propõe embargos à execução quando em desconformidade com a sentença, isso na quantidade de 10% dos casos.

Ações Revisionais

Após pesquisa aprimorada dos Procuradores lotados em Botucatu foi articulada e proposta uma ação revisional em um caso com prazo de rescisória decaído. Esta revisional obteve êxito no pedido de antecipação de tutela, deferindo MM. Juiz da 1ª Vara de São Manuel. Com isso, trouxe à baila a possibilidade de serem propostos mais 300 casos de ação revisional, podendo esse número aumentar em 20%.

Outras Situações

O Grupo tem acompanhado os 1.200 inquéritos policiais instalados em cima da apreensão do mesmo números de carteiras de trabalho e outros documentos, pela Polícia Federal. Na esteira destes serviços, tem surgido uma grande quantidade de aposentadorias fraudulentas que não tiveram documentos apreendidos pela Polícia Federal e conhecidos agora, face ao trabalho desenvolvido pelo Grupo.

No mesmo intuito, quando vão surgindo novos casos, também desconhecidos, o Grupo tem se destacado na proposta de representações visando à abertura do inquérito policial para possibilitar a produção de provas cabais à proposta de medidas judiciais visando reverter a fraude. Não somente para a Polícia Federal, mas também para o Ministério Público Federal quando o caso assim o requer.

Com isso, tem surgido casos de fraudes nas diversas Comarcas circunvizinhas a Botucatu e São Manuel, sendo imprecisos os números, mas podendo a chegar a uma centena de aposentadorias fraudulentas. Somente na cidade de Avaré/SP, o mesmo advogado que vem patrocinando as fraudes, ajuizou quase 400 ações de aposentadorias, fatos levantados pelo grupo recentemente.

Economias

Do período compreendido entre 1998 a 2001, restam para análise menos de 5% do total de 6.578 precatórios (incluídos os do Tribunal de Justiça). O GET até a data de 5/10/2001 obteve 110 deferimentos de tutelas antecipadas, suspendendo pagamento de benefícios/precatórios, gerando para o INSS significativa **economia de R\$ 4.664.000,00**

tomando como parâmetro, apenas, 1 salário mínimo o valor do benefício durante um período de 15 anos de concessão:

Precatórios :	R\$ 1.100.000,00
Pagamentos administrativos:	<u>R\$ 3.564.000,00</u>
Total	R\$ 4.664.000,00

Há que se destacar alguns feitos do GET impugnando com êxito, alguns precatórios, como por exemplo os de n.º 97.030.14184-6-SP (Autor João Cruz, processos originário 564/89, da 1ª Vara de Bariri), e de n.º 2000.03.000127393 - SP (Autor José da Cruz Franzolin, proc. 282/98, Conchas-SP), que culminaram uma **economia de R\$ 151.450,50** para os cofres públicos somente nesses precatórios.

Nos processos de execução colocados à disposição do GET, pelo Tribunal Regional Federal, para apresentação de cálculos de GET, somente no processo Apelação Cível 2000.03.99.070754-2, Autor Haroldo Cofani e outros, houve uma **economia de R\$ 1.100.000,00**, com a decisão do Tribunal refutando os cálculos dos Autores.

Para cada 100 ações rescisórias vitoriosas, há uma economia de mais ou menos de R\$ 4.500.000,00. O mesmo cálculo é válido para ações revisionais que visam o mesmo resultado. Considerando que existem 700 casos de rescisórias/revisionais a serem ajuizados até 2003, a economia para o erário, em caso de êxito, seria de R\$ 31.500.000,00. O Grupo - quando em sua composição plena – produziu o máximo de 14 ações rescisórias, por semana, face a dificuldade no levantamento de dados, produção de documentos e cópias, diligências e outras articulações necessárias para a sua proposta, sem contar com a produção de interlocutórias, embargo, representações, análise e impugnações de precatórios e outras tarefas inerentes à atividade do Grupo.

O relatório destaca que as atividades do Grupo tem possibilitado uma íntima articulação em conjunto com a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Fiscalização e até mesmo da sociedade organizada tais como Prefeitura de São Manuel, Maçonaria, Rotary Clube Lions, que indagam quais são os resultados em relação à apuração das fraudes. Contudo, eles acreditam que para se atingir os mesmos resultados, principalmente na reversão das fraudes, seria necessário o Grupo funcionar com o mesmo apoio que teve no momento, de sua constituição, haja vista que hoje o Grupo funciona com apenas 3 servidores e lhe são atribuídas as mesmas atividades anteriores.

Diante de todo o exposto, o grupo entende que as suas atividades devem continuar (restritas à auditoria/apuração de fraudes, face ao fato de as relacionadas à precatórios já alcançaram praticamente os seus objetivos) até que as possam ser absorvidas, plenamente, pela Procuradoria da Previdência Social/Bauru.

Por outro lado, esta SFC entende que o assunto Precatórios merece acompanhamento específico no âmbito da entidade e deflagrará ações no sentido de examinar de forma pormenorizada a questão.

Diante do quadro, recomendamos que o gestor adote providências visando estender a ação do grupo a outras regiões e analise a conveniência e oportunidade de manter o funcionamento do grupo conforme solicitado por seus componentes.

Avaliação de Resultados

Eficácia dos Resultados

7.3.1 - INFORMAÇÃO: Na avaliação da eficácia dos resultados tomamos como parâmetros as metas fixadas na Lei Orçamentária Anual e as fixadas no Plano Operacional do INSS para

2001, em comparação com os respectivos resultados obtidos quando do encerramento do mesmo exercício, bem como avaliamos a evolução histórica dos resultados.

I) Metas Segundo a Lei Orçamentária:

0083 - Previdência Social Básica

Ação	Descrição	Produto (Unidade)	Previsto 2001	Realizado 2001	% Realizado 2001	Realizado 2000	2001/ 2000
2564	Cadastro Nacional de Informações Sociais	Registro mantido	450.000	909.375	202%	523.124	174%
1469	Capacitação de servidores para reconhecimento de direitos previdenciários	Servidor capacitado	14.850	17.513	118%	2.546	688%
2593	Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social	Usuário atendido	48.091.405	23.641.324	49%	9.203.544	257%
2571	Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho	Segurado atendido	53.920	-	0%	120.000	-
0137	Pagamento de Abono	Pessoa beneficiada	5.319	4.964	93%	5.563	89%
0132	Pagamento de Aposentadorias	Pessoa beneficiada	10.803.360	11.056.122	102%	10.838.457	102%
0133	Pagamento de Aposentadorias Especiais	Pessoa beneficiada	507.354	452.404	89%	460.445	98%
0136	Pagamento de Auxílios	Pessoa beneficiada	1.131.070	1.028.319	91%	931.556	110%
0134	Pagamento de Pensões	Pessoa beneficiada	5.559.809	5.294.181	95%	5.173.106	102%
0117	Pagamento de Salário-família	Pessoa beneficiada	190.148	160.678	85%	*	*
0141	Pagamento de Salário-maternidade	Pessoa beneficiada	182.248	97.112	53%	132.862	73%
2910	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	Benefício pago	262.851	204.296	78%	217.127	94%
2578	Serviço de Perícia Médica	Perícia realizada	2.504.640	3.926.419	157%	1.809.523	217%
2581	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	Benefício processado	640.445	204.295	32%	217.127	94%
2585	Serviço de Reabilitação Profissional	Segurado reabilitado	35.360	15.466	44%	16.586	93%
2591	Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	Benefício concedido/ Cessado	4.254.253	2.632.530	62%	2.962.749	89%

0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Ação	Descrição	Produto (Unidade)	Previsto 2001	Realizado 2001	% Realizado 2001	Realizado 2000	2001/ 2000
------	-----------	-------------------	---------------	----------------	------------------	----------------	------------

7999	Capacitação de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos	Servidor capacitado	12.100	10.869	90%	*	*
2567	Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários	Crédito recuperado	1.500.000	2.118.608	141%	609.499	348%
2568	Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa	Crédito recuperado	2.500.000	276.144	11%	173.139	159%
2570	Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias	Empresa fiscalizada	35.372	88.766	251%	102.677	86%
2015	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	Recurso julgado	120.000	228.964	191%	*	*
2596	Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	Usuário atendido	2.694.096	1.689.000	63%	24.233.873	7%
6541	Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviço Pelo Recebimento das Guias do FGTS e de Informações à Previdência Social	Guia recolhida	89.195.835	83.170.982	93%	*	*
2580	Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social	Guia processada	84.060.000	83.170.982	99%	88.515.830	94%

c) 0085 - Qualidade do Atendimento na Previdência Social

Ação	Descrição	Produto (Unidade)	Previsto 2001	Realizado 2001	% Realizado 2001	Realiz. 2000	2001/ 2000
2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	Auditoria realizada	3.000	5.579	186	2.934	190%
2563	Avaliação da Qualidade e Produtividade nas Unidades de Atendimento da Previdência Social	Unidade avaliada	993	1.125	113	300	375%
7933	Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI	Sistema implantado (percentual de execução física)	70	16	23	*	*
1478	Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários	Estudo realizado	1	1	100%	3	33%
5509	Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social	Unidade implantada/reformulada	473	376	79%	152	247%
2587	Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/Ouvidoria da Previdência Social	Usuário atendido	181.000	97.013	54%	*	*
4405	Serviços Interativos da Previdência Social - PREVFONE/PREVNET/PREV FÁCIL	Usuário atendido	14.843.999	20.076.281	135%	*	*

0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Ação	Descrição	Produto (Unidade)	Previsto 2001	Realizado 2001	% Real. 2001	Realizado 2000	2001/ 2000
0536	Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	Pessoa beneficiada	147.867	102.970	70%	154.948	66%
2572	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	Benefício pago	1.774.356	1.381.016	78%	1.799.314	77%
2582	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Legislação Especial	Benefício processado	1.774.356	1.381.016	78%	1.799.314	77%

* não houve previsão de meta correspondente no exercício anterior

Depreende-se dos demonstrativos acima que as metas em sua maioria foram atendidas ou atingiram mais de 80% de cumprimento. Entretanto, metas importantes como as relativas às ações 2593, 2581, 2585, 2568 e 7933 não alcançaram 50% da previsão.

II) Metas Segundo o Plano Operacional 2001:

Ao todo o Plano Operacional previu 133 metas, sendo 53 descentralizadas e 80 centralizadas. O resultado esperado tem natureza qualitativa, não havendo, ainda, disponibilidade de indicadores que possibilitem suas mensurações e comparações. A seguir informamos a previsão e realização das quantitativamente mensuráveis de maior relevância dentre as informadas no Relatório de Gestão.

Metas da Área de Benefícios

Meta	Descrição	Previsto	Realizado	% Realizado
1.097	Implantação do SABI (sistema implantado)	250	43	17,20
1.098	Implantar o REABILITA nos serviços	100	52	52,00
1.099	Implantar o REABILITA nas agências	320	76	23,75
1.101	Exames médico-periciais	1.214.000	1.725.681	142,15
1.221	Conclusão de processos de benefícios	4.750.979	3.464.049	72,91
1.100	Reabilitação de segurados	31.200	15.466	49,57
1.252	Visitas de orientação e uniformização de procedimentos em APS/UAA/UAM	11.220	6.585	58,69

Meta	2000	2001	Variação
Tempo médio de concessão	16	21	+31%
Benefícios em manutenção	19.572.748	20.032.858	+2,35%
Pagamento de benefícios (R\$ bilhões)	65,79	75,33	+15%
Benefícios represados	164.024	198.276	+21%

Conforme observamos, o atendimento das metas relacionadas à área de Benefícios não expressa regularidade, apresentando metas com menos de 20% de alcance e outros que superam em até 42,15% o previsto, demonstrando falhas e inconsistências nas definições das metas.

Quanto aos indicadores históricos, verificamos que o Tempo Médio de Concessão e o Estoque de Benefícios Represados aumentaram em 2002. Conforme informado no Relatório de Gestão, a tendência antes da greve dos servidores era de redução, entretanto, devido ao acúmulo de processos no período de agosto a novembro de 2001, houve aumento do prazo de concessão e maior quantidade de benefícios represados.

No tocante a esse indicador, inclusive, observamos que a diminuição do TMC pode apresentar efeitos adversos daqueles que lhe seriam próprios, ao favorecer a ampliação da concessão não criteriosa e apenas quantitativa (mais segurados por menos tempo). Assim, é oportuno prover uma dimensão qualitativa à questão. Para tanto, em lugar de simplesmente aumentar a quantidade de segurados por tempo, via dimensão do TMC, deve-se trabalhar para aprimorar os sistemas informatizados para suportar de maneira mais sólida as novas concessões com tempo mínimo razoável.

O Gestor se pronunciou, quando da leitura da versão preliminar do relatório, que *“em relação às metas 1.097/1098/1099/1221,1100 e 1252 as mesmas não foram atingidas conforme previsto no Plano Operacional 2001, face a greve dos servidores por mais de 100 dias (de agosto a novembro de 2001) aliado ao contingente reduzido de servidores no atendimento e após o retorno e reabertura das Agências, todo o contingente de servidores foram deslocados para o atendimento aos clientes, não priorizando a execução interna dos trabalhos. A normalidade somente se deu a partir do início do corrente ano”*.

Metas da Arrecadação

Meta	Descrição	Previsto	Realizado	% Real.
9.135	Alcançar 90% de adimplência	90	82,95	92,17
9.136	Recuperação de créditos por meio de parcelamentos (R\$ milhões)	2.227	2.034	91,33
9.137	Recuperação de créditos (R\$ milhões)	2.417	1.800	74,47
9.18	Reduzir o tempo médio de tramitação de processo de débito (dias)	120	157	130,83
6.20	Arrecadação de contribuições previdenciárias correntes (R\$ bilhões)	56,195	57,2	101,79
6.24	Arrecadar em contribuições previdenciárias correntes, incidentes nas reclamatórias trabalhistas (R\$ milhões)	972	710	73,05
6.4	Resultado de ação fiscal (R\$ bilhões)	17,278	17,742	102,69
6.218	Promover ação fiscal em grandes contribuintes	3.300	3.056	92,61
6.320	Promover ação fiscal em contribuintes diversos	370.000	206.734	55,87
6.329	Fiscalização de rotina em empresas localizadas em regiões onde há deficiência de contingente fiscal	32	16	50,00
6.240	Fiscalização em 12 empresas de grande porte e grupos econômicos, sob comando da coordenação de gerenciamento da ação fiscal, localizada em mais de uma Gerência-Executiva	12	15	125,00
6.14	Arrecadar contribuições correntes com a retenção do fundo de participação dos estados e municípios (R\$ bilhões)	1,320	1,634	123,79

Já em relação à Área de Arrecadação, a realização das metas esteve bem próxima das previsões, não sendo prejudicadas com a greve dos servidores, sendo que as metas não atendidas completamente se aproximaram da previsão. Todavia, conforme informado pelo Instituto, em resposta ao Ofício 8.069/DSPAS/SFC/MF, as previsões não são baseadas em estudos quanto ao potencial arrecadador do instituto e sim em números obtidos nos exercícios anteriores, aplicados os percentuais relativos à inflação, ao crescimento do PIB e à expectativa de redução da evasão.

Ressalte-se que temos UF com grande potencial de arrecadação, como MG, BA e RJ, que apesar do vigor de suas atividades econômicas, estão em contínua situação de déficit, ou seja, pagamento de benefícios superior a arrecadação de contribuições previdenciárias, enquanto outros estados, cujas atividades econômicas não são tão favoráveis, se mostram superavitários, como RR, DF e MT. Demonstramos no quadro a seguir os déficits/superávits por unidade da federação.

UF	Arrecadação	Pag. Benefícios	Déficit/superávit	R\$ Arrec/Benef
RR	54.654.339	33.417.341	21.236.998	1,636
DF	1.314.400.469	843.497.924	470.902.545	1,558
MT	532.883.532	416.137.229	116.746.303	1,281
AM	563.985.176	456.048.534	107.936.642	1,237
AP	61.395.870	51.302.741	10.093.129	1,197
SP	25.489.827.143	23.182.550.632	2.307.276.511	1,100
RO	214.891.891	219.504.504	(4.612.613)	0,979
GO	1.056.216.564	1.087.085.206	(30.868.642)	0,972
PR	3.430.669.046	3.703.493.480	(272.824.434)	0,926
MS	442.445.849	500.826.214	(58.380.365)	0,883
TO	141.704.413	174.971.246	(33.266.833)	0,810
SC	2.288.712.785	2.827.626.241	(538.913.456)	0,809
ES	921.943.152	1.194.298.792	(272.355.640)	0,772
AC	83.626.283	121.135.822	(37.509.539)	0,690
RS	4.266.107.803	6.382.399.670	(2.116.291.867)	0,668
RJ	6.581.127.430	10.066.698.095	(3.485.570.665)	0,654
MG	4.880.526.562	7.679.992.536	(2.799.465.974)	0,635
SE	301.719.256	520.708.353	(218.989.097)	0,579
PA	648.482.209	1.188.376.436	(539.894.227)	0,546
BA	1.940.651.141	4.104.254.197	(2.163.603.056)	0,473
PE	1.182.258.662	2.814.065.289	(1.631.806.627)	0,420
RN	383.496.670	949.688.477	(566.191.807)	0,404
CE	911.468.488	2.315.319.676	(1.403.851.188)	0,394
AL	282.389.966	753.091.979	(470.702.013)	0,375
MA	379.842.152	1.175.527.868	(795.685.716)	0,323
PB	356.195.382	1.184.221.644	(828.026.262)	0,301
PI	219.024.986	895.652.196	(676.627.210)	0,245
TOTAL	62.038.769.975	74.841.892.322	(12.803.122.347)	0,829

Arrecadação

Meta	2000	2001	Variação
-------------	-------------	-------------	-----------------

Arrecadação da receita previdenciária (R\$ bilhões)*	55,60	62,40	+12%
Resultado da ação fiscal (R\$ bilhões)	14,81	17,74	+20%
Recuperação de créditos – parcelamento (R\$ bilhões)	2,60	2,50	-3,8%

* Arrecadação líquida + depósitos judiciais + taxa de administração + REFIS + SIMPLES

Déficit (R\$ bilhões)				
	1999	2000	2001	Variação 2000-2001
Arrecadação	49,1	55,6	62,4	12%
Benefícios	58,6	65,7	75,3	15%
Resultado	9,45	10,17	12,83	26%

Como se pode observar, o Déficit Previdenciário teve um crescimento de 26% de 2000 para 2001, resultante do crescimento das despesas com pagamento de benefícios superior ao incremento da arrecadação. Resultado que consideramos desfavorável vez que aponta para um Déficit em ascensão.

Outro aspecto importante da arrecadação diz respeito ao REFIS, cuja receita foi da ordem de R\$442.626.452,04. Não houve meta específica para o REFIS, mas somente o estabelecimento de um cronograma de ações. Observamos que houve um alto índice de adesão a essa forma de pagamento de receita previdenciária por parte dos devedores da Previdência, entretanto, já foram excluídos 83.775 optantes do programa, restando somente 40.482, o que vem a demonstrar que os critérios para enquadramento como optante do REFIS não foram rigorosos, tampouco apresentou resultados relevantes.

Verificamos, ainda, que as metas previstas no Plano Operacional não apresentam correlação com as da Lei Orçamentária. Comprovam essa afirmação o fato de existirem metas semelhantes na descrição mas com previsões físicas distintas, tais como as metas “Perícia Médica”, “Reabilitação de Segurados” e “Ação Fiscal”, cujos números informados tanto para a previsão como para a realização das metas apresentam distorções. Conforme quadro a seguir:

Meta	Previsão LOA	Previsão Plano	Realização LOA	Realização Plano
Perícia Médica	2.504.640	1.214.000	3.926.419	1.725.681
Reabilitação de segurados	35.360	31.200	15.466	15.466
Resultado de ação fiscal	35.372	370.000	88.766	206.734

Percebe-se, ainda, que o Relatório de Gestão, com vistas a avaliar a realização das metas, priorizou as previsões do Plano Operacional em detrimento das metas fixadas na LOA, o que implica que as metas estabelecidas na lei orçamentária não atendem adequadamente às atividades do INSS, posto que internamente são estipuladas outras para atender à realidade da Instituição.

Dessa forma, levando-se em consideração o grau de atingimento das metas, em que pese as falhas evidenciadas no corpo deste Relatório, a gestão dos dirigentes do Instituto foi EFICAZ no período avaliado, ressalvadas as ações 2593, 0141, 2581, 2585, 2568, 2596 e 7933.

7.3.2 - INFORMAÇÃO: Resultados da Gestão dos Programas

Na avaliação da eficácia dos resultados, foram considerados como metas as fixadas na Lei Orçamentária Anual e respectivo QDD e como resultados os dados apostos no Sistema de Informações Gerenciais do Plano Plurianual – SIGPLAN. Assim, temos:

a) Programa 0083 - Previdência Social Básica / Gerente: FRANCISCO JOSÉ POMPEU CAMPOS

Ação 2564 - Cadastro Nacional de Informações Sociais - Previdadão

Meta prevista no QDD: 450.000

Produto: registro mantido (mil),

Realizado: 909.374,846 - 202,1%.

Analisando o Relatório de Dados Físicos do SIGPLAN, de 19/04/2002, observamos um erro de preenchimento, uma vez, que a meta física informada mês a mês não constitui fração da meta anual e sim a mesma. Ou seja, o realizado anual está igual ao realizado em cada mês e não um somatório de todos os meses. Essa situação pode levar a uma análise equivocada das informações.

Ação 1469 - Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários.

Meta prevista no QDD:14.850

Produto: servidor capacitado (unidade)

Realizado: 17.513 - 117,9%.

Ação 2593 - Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social

Meta prevista no QDD: 42.091.405

Produto: usuário atendido (unidade)

Realizado: 23.641.324 - 49,2% .

Segundo o SIGPLAN, o gestor informou que a meta não foi alcançada devido à greve nas Agências da Previdência Social ocorrida entre agosto/2001 e novembro/2001.

Ação 2571 - Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho

Meta prevista no QDD: 60.000

Produto: segurado atendido (unidade).

Realizado: não houve realização.

Segundo informações obtidas no SIGPLAN devido à paralisação ocorrida entre agosto/2001 e novembro/2001 o treinamento dirigido aos Orientadores Profissionais e Médicos foi paralisado, o que refletiu na execução da meta.

Ação 0137 - Pagamento de Abono

Meta prevista no QDD: 4.684

Produto: pessoa beneficiada (unidade)

Realizado: houve um incremento de 635 na meta, totalizando, a nova meta, 5.319, sendo o realizado de 4.964 - 93,3%.

Ação 0132 - Pagamento de Aposentadorias

Meta prevista no QDD: 10.883.501

Produto: aposentado beneficiado (unidade)

Realizado: houve uma redução de 80.141, reduzindo a meta para 10.803.360, com uma realização de 11.056.122, 102,3%.

Ação 0133 - Pagamento de Aposentadoria Especial

Meta prevista no QDD: 452.924

Produto: aposentado beneficiado (unidade)

Realizado: durante o período houve um aumento de 54.430, em relação a meta inicial, que totalizou 507.354. Contudo, o realizado foi de 452.404 - 89,2%.

Ação 0136 - Pagamento e Auxílios

Meta prevista no QDD: 934.681

Produto: segurado beneficiado (unidade)

Realizado: durante o período houve um aumento de 196.389 em relação a meta inicial, que totalizou 1.031.070. Contudo, o realizado foi de 1.028.319 - 90,9%.

Ação 0134 - Pagamento de Pensões

Meta prevista no QDD: 5.406.016

Produto: pensionista beneficiado (unidade)

Realizado: durante o período houve um aumento de 153.793 em relação a meta inicial, que totalizou 5.559.809. O realizado durante o ano foi de 5.294.181 - 95,2%.

Ação 0117 - Pagamento de Salário-Família

Meta prevista no QDD: 186.657

Produto: pessoa beneficiada (unidade)

Realizado: tendo havido um aumento de 3.491 totalizando 190.147, a meta final atingida foi de 170.678 - 84,5%.

Ação 0141 - Pagamento de Salário-Maternidade

Meta prevista no QDD: 192.302

Produto: pessoa beneficiada (unidade)

Realizado: houve uma redução para 182.248. Devido a greve de agosto/2001 a novembro/2001 a meta ficou prejudicada, atingindo apenas 97.117 - 53,3%.

Ação 2910 - Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários

Meta prevista no QDD: 225.763

Produto: benefício pago(mil)

Realizado: houve um aumento de 37.088 em relação a meta inicial, totalizando 262.851, a meta realizada foi de 204.295.814. Ressalte-se que o realizado de dezembro de 2001 não está computado no valor final da meta, constando com valores zeros no relatório do SIGPLAN.

Ação 2578 - Serviço de Perícia Médica

Meta prevista no QDD: 2.504.640

Produto: perícia realizada (unidade)

Realizado: foi de 3.926.419 - 156,8%. Nesse cálculo não está computado o mês de dezembro/2001, os valores não estão informados no SIGPLAN.

Ação 2581 - *Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários*

Meta prevista no QDD: 225.763

Produto: benefício processado (mil)

Realizado: houve um aumento de 414.682, totalizando 640.445, contudo o realizado foi 204.295 - 31,9%. O mês de dezembro não está incluído na meta final, segundo relatório do SIGPLAN, de 19/04/2002.

Ação 2585 - *Serviço de Reabilitação Profissional*

Meta prevista no QDD: 35.360

Produto: segurado reabilitado (unidade)

Realizado: 15.466 - 43,75%. A meta ficou prejudicada pela greve ocorrida no período de agosto/2001 a novembro/2001.

Ação 2591 - *Serviço de Concessão, manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários*

Meta prevista no QDD: 2.254.253

Produto: benefício cedido/cessado (unidade)

Realizado: foi acrescido em 2.000.000, totalizando uma meta de 4.254.253. Contudo, o realizado foi de 2.632.530 - 61,9%.

b) Programa 0084 - *Arrecadação de Receitas Previdenciárias* / **Gerente:**
FRANCISCO JOSÉ POMPEU CAMPOS

Ação 2999 - *Capacitação de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários*

Meta prevista no QDD: 12.100

Produto: servidor capacitado (unidade)

Realizado: foi de 10.869 - 89,8%.

Ação 2567 - *Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários*

Meta prevista no QDD: 1.500.000

Produto: crédito recuperado (unidade)

Realizado: foi de 2.118.607.799, 141,2%.

Ação 2568 - *Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa*

Meta prevista no QDD: 2.500.000

Produto: crédito recuperado (unidade)

Realizado: foi de 276.143.861 - 11%.

Ação 2570 - *Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias*

Meta prevista no QDD 35.372

Produto: empresa fiscalizada (unidade)

Realizado: foi de 88.766 - 250,9%.

Ação 2015 - *Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social*

Meta prevista no QDD:120.000

Produto: recurso julgado (unidade)

Realizado: foi de 228.964, 190,8%.

Ação 2596 - *Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social*

Meta prevista no QDD: 3.000.000

Produto: usuário atendido (unidade)

Realizado: houve uma redução em 305.904, perfazendo uma meta de 2.694.096, o realizado foi de 1.689.000 - 62,7%.

Segundo Informações contidas no Relatório de Dados Físicos as atividades referentes a essa ação foram incrementadas a partir do mês de julho, refletindo na meta prevista.

Ação 6541 - *Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social*

Meta prevista no QDD:112.451.532

Produto: guia recolhida (unidade)

Realizado: houve uma redução de 23.255.697, totalizando uma meta de 112.451.532, o realizado foi de 83.170.982 - 93,2%. Não está computado o mês de dezembro/2001, segundo Relatório de Dados Físicos do SIGPLAN de 19/04/2002.

Ação 2580 - *Serviço de processamento de Dados das Guias de Previdência Social*

Meta prevista no QDD: 83.651.532

Produto: guia processada (unidade)

Realizado: foi de 83.170.982 - 98,9%, no total informado não consta realização de dezembro/2001, segundo dados do Relatório de Dados Físicos do SIGPLAN.

c) Programa 0085 - *Qualidade do Atendimento na Previdência Social* / **Gerente:**
ELIANE LOURENÇA DA SILVA SOUSA

Ação 2562 - *Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos*

Meta prevista no QDD: 3.000

Produto: auditoria realizada (unidade)

Realizado: foi de 5.579 - 186%, segundo dados do Relatório de Dados Físicos do SIGPLAN.

Ação 2563 - *Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento da Previdência Social*

Meta prevista no QDD: 1.100

Produto: unidade avaliada (unidade)

Realizado: houve uma redução para 993 e foi realizado 1.125 - 113,3% do previsto.

Ação 7933 - *Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI*

Meta prevista no QDD: 70

Produto: sistema implantado (% de execução físico)

Realizado: sua meta, segundo informações do SIGPLAN, ficou prejudicada devido ao período de transição das Empresas responsáveis pelo desenvolvimento e ao período de greve no INSS de agosto/2001 a novembro/2001, totalizando uma meta atingida de 16 - 22,9%.

Ação 1478 - Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários

Meta prevista no QDD: 1

Produto: estudo realizado (unidade)

Realizado: foi de 1 - 100%.

Ação 5509 - Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social

Meta prevista no QDD: 473

Produto: unidade implantada/reformulada (unidade)

Realizado: segundo informações do SIGPLAN, o INSS conta com 1.052 Agências e 73 PREVMóveis, até dezembro/2001, encontravam-se reformuladas 376 agências. A previsão para o ano de 2001 era a reformulação de 425 agências, entretanto em 49 houve atraso na implantação devido à paralisação dos funcionários no período de agosto a novembro. O realizado foi de 376 - 79,5%.

Ação 2587 - Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/ Ouvidoria da Previdência Social

Meta prevista no QDD: 100.000

Produto: usuário atendido (unidade)

Realizado: segundo informações do SIGPLAN desde sua criação, a média mensal de usuários atendidos pela Ouvidoria é de cerca de 9.000, entretanto o não funcionamento de agências no período de agosto a início de dezembro, devido à greve, resultou a redução no número de atendimentos neste período. A meta inicial teve um aumento de 81.000, tendo como realização 97.013 - 53,6%.

Ação 4405 - Serviços Interativos da Previdência Social Prevfone/Prevnet/ Prevfácil

Meta prevista no QDD: 14.843.999

Produto: usuário atendido (unidade)

Realizado: foi de 20.076.281 - 135,2

d) Programa 0087 - Gestão da Política de Previdência Social / Gerente: GERALDO ALMIR ARRUDA

Ação 5500 - Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação

Meta prevista no QDD: 9

Produto: plano implantado (% de execução física)

Realizado: foi de 1,570 - 17,4%.

e) Programa 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União / Gerente: FRANCISCO JOSÉ POMPEU CAMPOS

Ação 0536 - Pagamento de Benefícios de Legislação Especial

Meta prevista no QDD: 147.867

Produto: pessoa beneficiada (unidade)

Realizado: a meta realizada foi de 102.970 - 69,6%.

Ação 2572 - Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial

Meta prevista no QDD: 1.774.356

Produto: benefício pago (unidade)

Realizado: foi de 1.381.016 - 77,8%.

Ação 2582 - Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Legislação Especial

Meta prevista no QDD: 1.774.356

Produto: benefício processado (unidade)

Realizado: foi de 1.381.016 - 77,8%.

Foram encaminhados Ofícios aos diversos gerentes de programas do Ministério da Previdência e Assistência Social solicitando informar a forma de coleta do dado físico primário, a relação dado físico executado x dado financeiro executado e os mecanismos de controle/monitoramento da execução das atividades. Apenas o Gerente da área de Qualidade não respondeu.

Após a resposta, novos ofícios foram encaminhados solicitando complementações. Destaque para o Ofício n.º 9.746/DSPAS/SFC/MF, de 26/12/2001, encaminhado ao Sr. **Francisco José Pompeu Campos** (Gerente de Programa de Previdência Social Básica) que encaminhava nossa SA Auditoria n.º 01/0883012001, de 05/12/2001, e relatava algumas das distorções verificadas na execução orçamentária do programa (aspecto relevante no âmbito financeiro). As supracitadas distorções poderiam constituir restrição ao bom gerenciamento dos recursos. Além disso, solicitava informações sobre o andamento do novo sistema de avaliação e a sobre a implantação de outros mecanismos de controle e fiscalização.

O Ofício não foi respondido até a data de encerramento dos trabalhos.

Eficiência dos Resultados

7.3.3 - INFORMAÇÃO: Para cumprir as metas estabelecidas e atingir os objetivos finalísticos de arrecadar receitas e pagar benefícios previdenciários, o INSS dispôs, durante o exercício de 2001, de R\$85,645 bi em Créditos Orçamentários, dos quais R\$77,497 bi foram gastos com pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais e R\$7,707 bi com despesa de custeio. Dessa forma, 91% do orçamento foi utilizado na realização de atividades finalísticas e 9% em atividades de custeio. No exercício de 2000, de R\$63,91 bi em Créditos Orçamentários, R\$68,70 bi foram gastos com pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais e R\$5,40 bi com despesa de custeio e capital, assim, 92% do orçamento foi utilizado na realização de atividades finalísticas e 8% em atividades meio. Comparando os indicadores desses exercícios, verifica-se que o custo total do INSS aumentou praticamente na mesma proporção do orçamento de 2000, de onde se conclui que a política de redução de custos do Órgão não produziu resultados positivos relevantes no período analisado.

Se compararmos o total arrecadado com o pagamento de benefícios temos a proporção de R\$0,89 para cada R\$1,00 a ser desembolsado com despesas de benefícios. Todavia, se consideradas as diferentes unidades do INSS em todo o país, observamos que há muitas distorções quanto à capacidade de pagamento. Para exemplificar temos o estado do Piauí que para cada R\$ 1,00 de pagamento de benefícios dispõe de somente R\$0,245 de arrecadação, enquanto Roraima arrecadou R\$1,636 para cada um real de benefícios. Embora consideremos, ainda, fatores como potencial de riqueza de cada estado, e por conseguinte maior capacidade de arrecadação, é importante observar estas distorções, com vistas a

identificar que fatores podem estar levando ao desequilíbrio financeiro cada uma dessas unidades, que podem tanto estar prejudicadas pelo alto índice de evasão, como podem apresentar uma grande margem de recursos devido à baixa taxa de reconhecimento de direitos de segurados.

Efetividade dos Resultados

7.3.4 - INFORMAÇÃO: Tomando por base as ações finalísticas de arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias, bem como de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, executadas de forma contínua, consideramos EFETIVA a gestão dos Dirigentes do Instituto no período avaliado, embora apresentando falhas no processo operacional dessas ações.

Resultados da Missão Institucional

7.3.5 - INFORMAÇÃO: Com o objetivo de acompanhar e avaliar os programas de governo a cargo do INSS, esta Secretaria Federal de Controle Interno realizou no decorrer do exercício de 2001 as seguintes ações de controle:

PROGRAMA: 0083 – Previdência Básica

AÇÕES: 0132 - Pagamento de Aposentadorias; 0134 – Pensões; 0136 – Auxílios; 0137 – Abono; 0117 – Salário-Família; e 0141 - Salário-Maternidade.

A ação de controle abrangeu 06 ações do Programa, especificamente as que se referem ao pagamento de benefícios previdenciários: pagamento de aposentadorias, pensões, auxílios, abonos, salário-família e salário-maternidade. Os trabalhos foram realizados por amostragem nas Agências da Previdência Social selecionadas, localizadas no Distrito Federal (agências Plano Piloto e Gama) e no Rio de Janeiro (agências Copacabana, Laranjeiras e Praça da Bandeira), no período setembro de 2000 a dezembro de 2001, através do cruzamento das bases de dados das agências selecionadas com a base central de pagamentos, e também da análise dos processos concessórios referentes aos benefícios da amostra, tendo por objetivo verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e documentais e os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários.

Os resultados dos trabalhos evidenciaram a existência das seguintes situações: existência de processo de validação para verificar se os cálculos, por espécies de benefícios, estão corretos, porém é necessário realizar sistematicamente e amostralmente a validação de todo o processo de concessão e de manutenção, visando aprimorar os mecanismos de controle e eliminar os erros e fraudes que ocorrem na área de benefícios; benefícios registrados na base central e não registrados na base local das agências selecionadas; campos chaves sem informações e conflitantes, tais como: Identidade, CPF, Nome da Mãe, Data de Nascimento, NIT, etc.; manutenção de benefícios cujos respectivos processos concessórios não foram localizados e não se encontram registrados na base local da agência; processo indevido de povoamento de benefício da base central para a base local após a migração ocorrida em 1993; manutenção de benefícios de espécies incompatíveis a um mesmo segurado; processos de concessão de benefícios apresentando falhas em sua formalização e sem a utilização das informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.

Em razão dessas inconsistências, houve a necessidade de se trabalhar com a base de dados total de benefícios, com intuito de avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados. Dessa forma, foi solicitado à DATAPREV a base de dados de pagamento de set/2001, contendo informações dos benefícios ativos e, do SISOBÍ – Sistema de Óbito, sendo

encaminhada base de dados contendo 18.031.466 benefícios ativos e 3.384.611 registros de óbitos.

Na análise efetuada pela SFC, na base de dados de benefício, foi constatada divergência na quantidade total de benefícios pagos, sendo encaminhado 18.031.466 e o correto seria 20.065.946, gerando uma diferença de 2.034.480 que já foi enviado pela DATAPREV e será analisado posteriormente pela SFC.

Os resultados dos cruzamentos das informações das mencionadas bases de dados que serão apresentados a seguir, constituem uma amostra do trabalho que está sendo realizado e que devido à criticidade e relevância das informações houve a necessidade de um aprofundamento e levantamentos detalhados com o objetivo de validação dos dados obtidos.

Dados que Apresentaram Inconsistência	Quantidade de Inconsistência	% (*)
CPF (SUB x Sistema CPF Receita Federal)	6.681.750	-
NIT – Número de Identificação do Trabalhador	7.542.856	41,83
Nome dos titulares e mães	3.723.559	20,65
Data de nascimento	1.837.695	10,186
Duplicidade	960.389	5,33
Órgão Local Concessor	3.241.838	17,98
Matrícula do Concessor do Benefício	10.157.182	56,33
Valor de Benefício acima do teto	5.674	0,03
Data do DER maior que a do DIB – acima de 90 dias	5.487.095	30,43
Data do DIB maior que a do DDB	82.732	0,46
Data do DER maior que a do DDB	65.321	0,36
Data do DER, DIB e DDB “00000000”	83.732	0,46
Data do DER, DIB e DDB “ano “0000” mês “00” dia “00”	1.201.236	6,66

(*) Percentual em relação a base total de benefícios encaminhados (Quant. 18.031.466)

CAUSAS DAS IRREGULARIDADES/INCONSISTÊNCIAS NO SISTEMA DE BENEFÍCIO

Após esse levantamento preliminar, podemos apontar várias causas que provocam a ocorrência dessas inconsistências/irregularidades, entre outras:

- Ausência de análise e validação, por amostragem, da sistemática mensal da maciça no processo de concessão e pagamento de benefício. Esclarecemos que só existe um sistema de validação da maciça para os cálculos de acordo com as espécies de benefícios;
- Falta de uma Política específica de Recursos Humanos, principalmente, no que diz respeito a treinamento (melhorar a capacidade técnica dos servidores da área de benefício) e remuneração condizente com a atividade desempenhada;

- c) Política interna de terceirização de mão-de-obra na atividade de benefício, incluindo os servidores da DATAPREV, o que contraria o descritor legal, além de fragilizar o processo de concessão de benefício;
- d) Mudanças constantes de legislações e normas;
- e) Falha e ausência de Política de Segurança, principalmente, no que diz respeito ao acesso dos usuários aos sistemas da área de benefício;
- f) Falha na concepção da lógica dos sistemas de benefício, por parte dos gestores responsáveis (INSS e DATAPREV);
- g) Falha e ausência de críticas no sistema de benefício;
- h) Ausência de avaliação e acompanhamento, por parte do Gestor e Auditoria, de povoamento de benefício da base central para a base local, realizado pela DATAPREV;
- i) Sistemas em plataforma e ambiente tecnológico defasados;
- j) Módulo de Revisão de benefício sem marca do OL Concessor e matrícula do servidor que efetuou as alterações, bem como, ausência de relatórios gerenciais informando aos órgãos responsáveis pelo controle interno (Gerência Executiva e Chefe da Agência do INSS) e Auditoria Interna do INSS, das alterações ocorridas em processo de revisão, para que os mesmos façam avaliações e acompanhamentos;
- k) Ausência de relatórios gerenciais, para avaliação e acompanhamento pela Auditoria Interna e Gerência Executiva do INSS, quando há impossibilidade de críticas pelos sistemas;
- l) Ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento do processo de concessão, manutenção e revisão de benefício;
- m) Falta e falha de integração e cruzamento de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOB, CPF-Receita Federal, etc...);
- n) Falta de auditoria, avaliação e acompanhamento sistemático das bases de dados, tanto pela Auditoria Interna como pelas Gerências Executivas do INSS;
- o) Falta e falha de punição tempestiva aos servidores envolvidos em irregularidades e fraudes;
- p) Indicador de Desempenho (Tempo Médio de Concessão - TMC) que tem como meta institucional o aspecto puramente de quantidade e baixo índice de represamento de processos de concessão de benefício ao invés de indicador e meta de qualidade e segurança na mencionada concessão;
- q) Ausência de segregação de função na área de benefício, referente às etapas de habilitação, concessão, manutenção e revisão;
- r) Ausência de rotatividade de servidores da área de benefício entre as Agências e Gerências Executivas do INSS;
- s) Possibilidade de cadastramento pela Previdência Social de Número de Identificação do Trabalhador - NIT e alteração dos dados do CNIS na base local.

Justificativa do Gestor: Quanto ao apontado nas alíneas “a”, “e”, “g”, “j”, “m”, “r” e “s”, o Gestor teceu os seguintes comentários:

Item a - “a) A validação da matrícula é feita por espécie e situação de benefícios e de forma descentralizada pelas Gerências Executivas”.

Comentários: Mantemos nossa posição tendo em vista que a validação realizada se restringe aos cálculos, e não se refere a todo o processo.

Item e - “e) Quanto a ausência de Política de Segurança de acesso dos usuários, é de se ressaltar que utilizamos o SCA - Sistema de Controle de Acesso”.

Comentários: A existência de um sistema de controle de acesso não caracteriza por si só a existência de uma política de segurança, aspecto mais macro. Foi constatado, por exemplo, que não é feito batimento dos dados dos servidores que acessam o sistema com os dados do sistema SIAPE.

Item g - “g) No Sistema de Benefícios on-line a crítica é efetuada no ato da formatação do benefício e os demais no momento do processamento”.

Comentários: De acordo com os resultados e as evidências obtidas, a situação de falhas e ausência de críticas permanece.

Item j - “j) Referente ao módulo de revisão esclarecemos que os benefícios concedidos anteriormente a 1994 os dados estão incompletos, haja vista que o povoamento ocorreu nesta data e não houve migração de todos os dados, estamos na fase de conceituação do Projeto de atualização dos dados cadastrais anteriores a 1994 no PROPREV, deve ser concluído até 2004”.

Comentários: Pelas verificações efetuadas, existe a necessidade de se estender a revisão até a data atual, pois existem situações em que os dados estão nas mesmas condições anteriores a 1994.

Item m - “m) O cruzamento de informações de base de dados hoje ocorre, obrigatoriamente, com o SUB/PRISMA/CNIS/SISOBI, na concessão e manutenção dos benefícios”.

Comentários: Pelos resultados encontrados e evidências obtidas, a despeito da existência de cruzamento de informações, as falhas/irregularidades apontadas permitem concluir que os processos gerenciais apresentam problemas.

Item r - “r) Quando da formação de grupos de trabalhos nas Gerências, as mesmas recebem servidores de outras localidades, resultando numa rotatividade e troca de conhecimentos”.

Comentários: Em face da argumentação apresentada, mantemos nossa afirmativa, ressaltando que a rotatividade de funções é um dos princípios essenciais de controle interno administrativo dispostos na IN/SFC/MF nº 01/2001.

Item s - “s) O cadastramento do NIT só é realizado após o batimento do CNIS para fins de identificação do segurado, os NIT's atribuídos na sua grande maioria são para beneficiários assistenciais que nunca tiveram vínculo com a Previdência Social”.

Comentários: Em razão da justificativa apresentada, mantemos nosso posicionamento.

RECOMENDAÇÕES

As causas e recomendações serão objeto de item específico em relatório a ser encaminhado posteriormente pela SFC ao Tribunal de Contas da União, em complemento a Prestação de Contas do INSS, com uma proposta de elaboração de um Plano de Ação Conjunto entre INSS e DATAPREV para correção das inconsistências dos dados.

PROGRAMA: 0084 – Arrecadação de Receitas Previdenciárias

AÇÃO: 2570 – Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias

Ao longo do exercício esta ação foi objeto de análise por esta Secretaria sob as seguintes perspectivas: acompanhamento e avaliação das metas fixadas, participação na elaboração de programas de auditoria de fiscalização, participação no monitoramento de auditoria piloto na área de fiscalização realizada pela Coordenação Geral de Auditoria de Fiscalização na Gerência Executiva do INSS em Fortaleza – CE.

Em decorrência da Ação de Auditoria Ordinária realizada na Gerência Executiva Fortaleza, no Processo de Planejamento da Ação Fiscal e Resultado da Ação Fiscal, no período de 16/06/2001 a 10/08/2001, foram detectadas as seguintes falhas: inexistência de planejamento da ação fiscal da Gerência; alto índice de evasão de receita; grande quantidade de empresas deixaram de ser fiscalizadas; Auditor Fiscal de Previdência Social desempenhando atividades no plantão fiscal a mais de 6 meses; parcelamentos pendentes de regularização, média de 50, em desacordo com a IN/29/2000 e ou de emissão da respectiva NFLD e Auto de Infração, para que seja evitada a decadência e evasão de receita; ausência de rotatividade das ações fiscais; empresas em situação de falência, não fiscalizadas; baixo índice de recolhimento por parte das empreiteiras e sub-empreiteiras das obras fiscalizadas; empresas com o rótulo de "impossibilidade de fiscalização sem a devida justificativa; empresas com potencial de débito sem fiscalização e sem o devido Resultado de Fiscalização - RAF; empresas com situação encerradas ou paralisadas bem como matrículas CEI, mas com recolhimentos no Sistema Águia; cálculo prévio não transformado em lançamento de débito; fiscalização encerrada com pendências; débitos em diligência com o Auditor Fiscal há mais de 01 ano.

Esta Secretaria solicitou providências dos órgãos públicos sobre a retenção e recolhimento dos 11% das faturas das empresas prestadoras de serviço aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a título de retenção previdenciária, uma vez que foi constatado falhas de não recolhimento, apropriação fora do prazo e sem os devidos acréscimos legais.

Após a conclusão do presente trabalho, o Programa de Auditoria foi revisto e aperfeiçoado pelos técnicos da Auditoria-Geral do INSS e da SFC, visando maior eficácia na implementação das ações que serão implementadas no decorrer do exercício de 2002.

PROGRAMA: 0084 – Arrecadação de Receitas Previdenciárias

AÇÃO: 2567 – Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários

Ao longo do exercício de 2001, as ações de controle consistiram em análises trimestrais do estoque da dívida na fase administrativa e judicial e a avaliação dos créditos previdenciários da Agência da Previdência Social – APS – Plano Piloto.

Os resultados dos trabalhos apontaram o seguinte: quanto à cobrança administrativa, do total de débitos que tiveram os saldos zerados somente 0,5% se refere a baixas por liquidação; 12.910 créditos encontram-se na mesma situação há mais de um ano, o que representa o total de R\$4,8 bilhões; quanto à fase de Procuradoria, dos débitos que passaram a ter saldo zero somente 0,6% se referem a efetivos pagamentos; 5.235 créditos, além de apresentarem valores zerados indicam fase "ñ class", o que prejudica uma avaliação precisa de sua real situação; mais da metade dos créditos (53%) encontram-se na mesma fase há mais de dois anos, e 22% permanecem na mesma fase entre cinco e dez anos; em muitos dos créditos o número identificador não permanece o mesmo, pois quando o crédito é parcelado ou passa para a Dívida Ativa recebe uma nova numeração, o que dificulta a identificação do real andamento dos processos; os créditos migrados para o REFIS também não se encontram devidamente identificados, constando apenas como "baixados".

Esses resultados foram encaminhados ao Presidente do INSS para conhecimento, com vistas à regularização dos fatos apontados. No exercício de 2002, serão estabelecidos alguns indicadores, que servirão de norteadores das atividades, no tocante à seleção das

unidades a serem avaliadas. As Gerências Executivas cujas APS tenham apresentado indicadores com maior incidência de possíveis impropriedades/irregularidades poderão ser selecionadas para uma avaliação mais minuciosa.

PROGRAMA: 0084 – Arrecadação de Receitas Previdenciárias

AÇÃO: 2568 – Cobrança de Débitos Inscritos na Dívida Ativa da Previdência Social

Ao longo do exercício de 2001, a ação de controle teve como objetivo análises referentes as ações executadas na cobrança judicial dos débitos inscritos na Dívida Ativa.

Os resultados dos trabalhos apontaram o seguinte: créditos com valores zerados, arrecadação informada no SIAFI inferior a 10% da meta programada, tempo de duração na mesma fase muito extenso; existência de falhas nos cadastros e falta de tempestividade na alimentação das informações dos processos no sistema.

Esses resultados foram encaminhados ao Presidente do INSS para conhecimento, com vistas à regularização dos fatos apontados. No exercício de 2002, serão estabelecidos alguns indicadores, que servirão de norteadores das atividades, no tocante à seleção das unidades a serem avaliadas. As Gerências Executivas cujas APS tenham apresentado indicadores com maior incidência de possíveis impropriedades/irregularidades poderão ser selecionadas para uma avaliação mais minuciosa.

IV – CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados sobre os atos e fatos ocorridos no período objeto da presente auditoria de Prestação de Contas, o Instituto Nacional do Seguro Social se encontra adequadamente estruturado para o exercício de suas atribuições regimentais.

Dentre os diversos assuntos analisados, merecem especial atenção aos subitens: 1.1.1; 1.1.3; 2.2.3; 2.2.4; 2.2.6; 2.2.7; 2.2.8; 2.2.9; 2.2.10; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 4.2.2; 4.3.2; 5.1.4; 5.2.1; 5.2.2; 5.3.1; 5.3.2; 5.3.3; 5.3.4; 5.5.1; 6.1.2; 6.1.3; 6.1.4; 6.1.5; 6.1.6; 6.2.3.1; 7.2.1; 7.3.2 e 7.3.5 deste relatório, os quais devem ser sanados no presente exercício.

Dessa forma opinamos pela emissão do Certificado de Auditoria **REGULAR COM RESSALVAS**.

Brasília, 21 de maio de 2002.

João de Fátima Marques
Analista de Finanças e Controle

Laércio Mendes Vieira
Analista de Finanças e Controle

Dayze Lucy Brito de Souza
Analista de Finanças e Controle

Walquíria Alves de Castro
Analista de Finanças e Controle

Ana Maria Alves Ferreira
Analista de Finanças e Controle

Márcia Maria Pacheco Moreira
Analista de Finanças e Controle

Vítor Alves de Souza
Técnico de Finanças e Controle